

JANETE TEREZINHA FERRON

**FHC POR CONY: UMA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA EM
O PRESIDENTE QUE SABIA JAVANÊS**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em Letras, Curso
de Pós-Graduação em Letras (área de
concentração: Estudos Lingüísticos), Setor de
Ciências Humanas, Letras e Artes da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Iara Bemquerer Costa

CURITIBA

2003



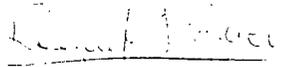
PARECER

Defesa de dissertação da mestranda JANETE TEREZINHA FERRON para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

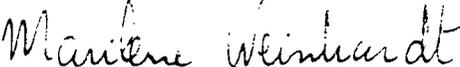
Os abaixo assinados Iara Bemquerer Costa, Cristóvão César Tezza e Raquel Illescas Bueno argüiram, nesta data, a candidata, a qual apresentou a dissertação:

“FHC POR CONY: UMA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA EM O PRESIDENTE QUE SABIA JAVANÊS”

Procedida a argüição segundo o protocolo aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	Conceito
Iara Bemquerer Costa		A
Cristóvão César Tezza		A
Raquel Illescas Bueno		A

Curitiba, 31 de março de 2003.


Prof.^a Marilene Weinhardt
Coordenadora

Para minha mãe, Nelsi Evangelista Ferron, que me ensinou as primeiras palavras.

Para Oscar e Pedro Henrique, minha história de amor e esperança.

AGRADECIMENTOS

- Ao Oscar Kim Jr., pelo grande incentivo e por acreditar em mim;
- À Prof^a Iara Bemquerer Costa, pela eficiência no trabalho de orientação e pela compreensão durante os momentos de dificuldades;
- Ao Prof. Carlos Alberto Faraco, pela minha efetiva aproximação da filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin e pela generosidade e solidariedade acadêmica e humana;
- À Angela Maria Rubel Fanini, pela presença amiga, generosa e pelas relevantes observações realizadas;
- À Maria de Lourdes Bernartt, amiga desta e de outras vidas, pelo apoio sincero e entusiasmado;
- Ao Mário Cândido de Athayde Jr., pela amizade e interlocuções constantes;
- À Teresina Costa, outra grande amiga, com quem pude dividir muitas das minhas angústias na realização deste trabalho e cuja experiência com a linguagem possibilitou valiosas reflexões;
- À Maria Franziska Kollarz, pelo carinhoso auxílio com a Língua Latina;
- Ao CEFET-PR, pelo apoio; e aos meus colegas do Departamento de Comunicação e Expressão, por assumirem algumas de minhas tarefas nesse período, principalmente a sala de aula.

Tudo que é dito, tudo que é expresso por um falante, por um enunciador, não pertence só a ele. Em todo o discurso são percebidas vozes, às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais, quase imperceptíveis, assim como as vozes próximas que ecoam simultaneamente no mundo da fala.

Mikhaíl Bakhtin

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
INTRODUÇÃO	1
1 LINGUAGEM E DISCURSO	8
1.1 DIALOGISMO E ENUNCIÇÃO: AS CONTRIBUIÇÕES DE MIKHAIL BAKHTIN.....	8
1.1.1 Linguagem e Enunciação	15
1.1.2 A Enunciação como Princípio Dialógico	16
1.1.3 Dialogismo e Alteridade	20
1.1.4 O Discurso Cotidiano e a Produção de Sentidos “Outros”	23
1.2 ANÁLISE DO DISCURSO: SUJEITO E SENTIDO.....	26
1.2.1 Análise do Discurso: Três Épocas	28
1.2.2 Discurso e Formação Discursiva	37
1.2.3 Do Discurso ao Interdiscurso.....	39
1.2.4 A Concepção de Sujeito	41
1.2.5 Heterogeneidade Discursiva.....	46
1.3 BAKHTIN E ANÁLISE DO DISCURSO: APROXIMANDO OS CONCEITOS.....	50
2 OS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E A CRÔNICA NO CONTEXTO JORNALÍSTICO.....	56
2.1 DISPOSITIVO DE ANÁLISE	57
2.2 O PAPEL DO CRONISTA E O LUGAR DA CRÔNICA NO JORNAL.....	58
2.2.1 Sobre a Noção de Gênero do Discurso	61
2.2.2 Heterogeneidade Genérica: A Crônica como Contraponto à Objetividade no Jornalismo	63
2.2.3 Crônica: Discurso, História e Memória.....	66
2.3 O Presidente que Sabia Javanês: do Jornal para o Livro	68
3 ANÁLISE DAS HETEROGENEIDADES EM <i>O PRESIDENTE QUE SABIA JAVANÊS</i>	74
3.1 As heterogeneidades discursivas: alguns exemplos	74
3.1.1 Heterogeneidade Mostrada Marcada	74
3.1.2 Heterogeneidade Mostrada Não-Marcada.....	82
3.2 O HOMEM QUE SABE JAVANÊS	89
3.3 O CONSELHEIRO ACÁCIO.....	91
3.4 O DONO DA PEDRA FILOSOFAL.....	93
3.5 O DOCE CONSTRANGIDO	95
3.6 O DESCOBRIDOR DA PÓLVORA.....	100
3.7 O GOVERNO SEM IMAGINAÇÃO.....	102
3.8 O GOLPISTA.....	105
3.9 RESULTADOS DAS ANÁLISES: CONSTRUÇÃO DE DISCURSO E IMAGEM	108
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120

LISTA DE QUADROS

**QUADRO 1 - EXPRESSÕES UTILIZADAS PELO LOCUTOR PARA REFERIR-SE
A FHC..... 112**

RESUMO

Esta dissertação consiste em uma análise das crônicas de *O presidente que sabia javanês*, de Carlos Heitor Cony, publicadas entre 1994 e 2000 na Folha de S. Paulo, e cujo enfoque primordial é o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. A pesquisa tem como embasamento teórico os conceitos de Mikhail Bakhtin e a Análise do Discurso Francesa, principalmente no que se refere à heterogeneidade, intertextualidade e dialogismo; a noção de linguagem como processo reflexivo e sócio-interativo, tendo o dialogismo como sua característica essencial e princípio constitutivo de todo discurso. Conduzido por estes conceitos, o objetivo deste trabalho é investigar: i) a multiplicidade de vozes sociais que se encontram nas crônicas e que efeitos de sentido podem ser resgatados pelos seus interlocutores através do entrecruzamento das vozes aí instauradas; ii) de que forma as diferentes vozes sociais são enquadradas nas crônicas; iii) como a voz do outro (discurso de Fernando Henrique Cardoso) é articulado pelo autor; iv) como o autor constrói, pelo discurso, uma imagem social de seu objeto. Fernando Henrique Cardoso, seu governo e o “contexto extraverbal” da política brasileira durante o período 1994-2000 constituem objeto de depreciação de Carlos Heitor Cony que, para efetivar essa desvalorização do discurso/imagem de FHC, dialoga com uma grande variedade de discursos sociais. A fala do autor não reflete uma realidade pré-existente, mas ele constrói seu objeto através do ponto de vista da carnavalização, utilizando paródia, ironia e humor. De um lado, há o discurso que é dito, criando uma imagem social de Fernando Henrique Cardoso como um mau, hipócrita e corrupto presidente; em contrapartida, outro objeto do discurso é constituído pelo não-dito, construindo, assim, uma auto-imagem do próprio autor, como uma pessoa boa, honesta e respeitável. Portanto, as crônicas de *O presidente que sabia javanês* são constitutivamente dialógicas, em constante embate com o já-dito e apresentam, no interior do mesmo discurso, dois objetos que são instituídos por meio dos múltiplos discursos sociais. Enquanto um objeto é absolutamente desqualificado, o outro é exaltado.

Palavras-chave: análise do discurso; dialogismo; heterogeneidade discursiva.

ABSTRACT

In this dissertation, it is investigated the chronicles that composed the literary and journalistic work *O presidente que sabia javanês* written by Carlos Heitor Cony. These chronicles were published on *Folha de São Paulo* newspaper from 1994 to 2000. Fernando Henrique Cardoso, the President of Brazil, is the main object focused in the chronicles. The investigation is based upon Mikhail Bakhtin's theoretical background and French Discourse Analyses, mainly, the concepts of heterogeneity, intertextuality, dialogism, meaning achieved by social struggle among discourses and language as dialogue and interaction and the discourse as rooted in social experience. Guided by these concepts the analyses aimed: i) establish the multiplicity of social utterances that constitute each chronicle, aiming to search the possible meanings through that multiplicity; ii) search how the multiple social utterances are located and assimilated in the chronicles; iii) investigate how the other's utterance (Fernando Henrique Cardoso's speech) is articulated by the author; iv) how the author creates, through discourse, a social image of his main object. Fernando Henrique Cardoso, his presidential term and the "extraverbal context" of Brazilian Politics during that period (1994-2000) constitute Carlos Heitor Cony's object of depreciation. They are delivered through a great variety of social discourses, aiming to depreciate and devalue them. The author's language does not reflect a pre-existing reality but generates his object through a carnivalesque point of view, using parody, irony and humour. On one hand there is *what is said*, creating a social image of Fernando Henrique Cardoso as a bad, hypocrite, corrupt president and, on the other hand, there is another object of the discourse that constitutes *the unsaid* discourse, creating a self-image of the author as a good, honest and respected person. Thus, the chronicles of the book *O homem que sabia javanês* are dialogic because they present inside the same utterances two objects that fight through the multiple social discourses to be established. One object is absolutely disqualified and the other one is exalted.

Keywords: discourse analysis; dialogism; discursive heterogeneity.

INTRODUÇÃO

Paulo Freire, ao longo de sua obra, ressalta que é preciso aprender a ler a palavra sem deixar de ler o mundo, já que *ler* é muito mais que decifrar códigos; é construir sentidos, estabelecendo uma relação de diálogo com o mundo.

Acreditamos ser esta a questão fundamental deste trabalho, bem como da nossa prática como docente de Língua Portuguesa e analista do discurso: interpretar pelas palavras as possibilidades de sentido presentes no discurso dos indivíduos e como elas expressam as suas posições frente à realidade social; e em seu cerne, “*a ambigüidade fundamental da palavra de ordem mais que centenária ‘aprender a ler e a escrever’*”, que visa ao mesmo tempo à **aprensão de um sentido unívoco (...)** e o **trabalho sobre a plurivocidade do sentido como condição mesma de um desenvolvimento interpretativo do pensamento**” (Pêcheux, 1982, p. 59 – grifo nosso).

A palavra não existe isoladamente, ela é solidária, envolve-se com outras. Seu sentido só é no mundo, em contexto; por isso, a necessidade de práticas interpretativas de discurso, uma vez que esse, como um processo de representação da realidade, não é transparente. A língua não é um decalque da realidade (Benveniste, 1974) e exige interpretações.

Assumindo a noção de linguagem como um processo reflexivo e sócio-interativo, tendo o dialogismo como sua característica essencial e princípio constitutivo de todo discurso, entendemos o sujeito, nesse contexto, como produtor de *gestos* e práticas sociais, capaz de escolhas efetivas que, às vezes, transformam a sua vida e a dos outros; um sujeito que tem como símbolo a contradição e o movimento em direção à alteridade; um sujeito que se identifica, reconhecendo o outro e nele reconhecendo-se, porém sem se assujeitar.

Contraditório por natureza, o ser humano pode algumas vezes assujeitar-se mas, por sua própria experiência: chegar à superação dessa sujeição através do reconhecimento e da resistência. Resistência que, dialeticamente, acontece em dois sentidos: pela reivindicação das diferenças e pela afirmação da igualdade de oportunidades. Em qualquer um dos casos, o fundamental para a construção do sujeito é o processo de interação de sua experiência com a sociedade na qual, como

indivíduo consciente, intervém para transformar. Nem meramente objeto, nem somente sujeito: um indivíduo plural.

Nessa perspectiva, estamos dialogando com a teoria da enunciação de Mikhail Bakhtin e com os conceitos da análise do discurso de orientação francesa (AD). Buscaremos na figura de Fernando Henrique Cardoso (FHC) - ator - personagem de Carlos Heitor Cony¹ no livro *O presidente que sabia javanês*² (OPQSJ) – a constituição de seu discurso e sua imagem; como esse discurso é construído pelo autor, os efeitos de sentidos instaurados e como essa configuração sujeito – sentido é representada pelo autor no discurso da crônica político-social. Nossa hipótese é de que tanto a construção discursiva como os diversos efeitos de sentidos apontam para o dialogismo e a heterogeneidade discursiva.

Carlos Heitor Cony, na construção discursiva de FHC recupera e enquadra diferentes discursos, ora explícitos, ora “mascarados”, cabendo ao interlocutor o papel de resgatar via história, memória discursiva e interdiscurso os efeitos de sentidos aí instaurados.

O diálogo em OPQSJ inicia-se pelo próprio título do livro em que Carlos Heitor Cony, numa referência ao conto de Lima Barreto, associa o presidente FHC ao *homem que sabia javanês*³. Porém, com uma diferença: “o homem que sabia javanês sabia que não sabia javanês. FHC é o primeiro a acreditar que sabe javanês”.

Lima Barreto era um crítico mordaz da sociedade e da política do seu tempo. Vivendo no Rio de Janeiro da recém-proclamada República, pouca coisa escapava ao seu olhar perscrutador. No conto *O homem que sabia javanês*, o autor, que conviveu com a pobreza e a loucura toda a vida (boa parte de sua família era

¹ Carlos Heitor Cony nascido em 14 de março de 1926, no Rio de Janeiro, é autor de mais de 30 livros, entre romances, crônicas, contos, documentários e ensaios biográficos. Jornalista desde 1952, iniciou carreira no Jornal do Brasil, passando pelo Correio da Manhã, Revista Manchete e, atualmente, é membro do conselho editorial da Folha de S. Paulo, onde publica suas crônicas. Em maio de 2000 foi eleito imortal pela Academia Brasileira de Letras, assumindo a cadeira número 3.

² *O presidente que sabia javanês* reúne 133 crônicas de Carlos Heitor Cony (e charges de Angeli) publicadas entre 1994 a 2000, na Folha de S. Paulo, enfocando o período de governo de Fernando Henrique Cardoso.

³ Este conto pode ser encontrado na seguinte publicação e com a qual estamos trabalhando: *Melhores Contos de Lima Barreto* / seleção de Francisco de Assis Barbosa. 8. ed. São Paulo: Global, 2002.

constituída de pessoas com problemas mentais), não poupou munição contra a ignorância vigente entre os cariocas do século XIX.

No conto, um sujeito desempregado vê certo dia, num jornal, um anúncio que lhe chama a atenção. Precisavam de um professor de javanês. Induzido pela necessidade e pela possibilidade de obter um bom salário, o herói picaresco se faz passar por um professor da língua da distante ilha de Java, e acaba conseguindo o emprego. Ele obtém tanto sucesso na nova profissão que conquista o cargo de respeitável funcionário de órgão público.

A ironia desse conto consiste no fato de a sociedade aceitar e respeitar aquele que aparenta douto saber que, além de atestado por títulos, é respaldado, muitas vezes, pela ignorância e pelo preconceito do próprio povo. Afinal, quantos naquele Rio de Janeiro afrancesado sabiam falar javanês? O herói malandro impôs-se mais pela parvoíce da sociedade do que por seus méritos.

Ora, a julgar pelas crônicas de OPQSJ, de Carlos Heitor Cony, a ética que representaria aquela realidade distante pareceu ser moeda vigente também nos tempos de FHC. Ou, então, como entender alguém que “acredita que sabe javanês” quando não o sabe? Como acreditar num presidente que “como animal político” só se “interessa [pelo] poder”, que “exerce o poder pelo poder?” O que esperar de um governo eleito e consagrado como “esclarecido”, mas que se mostra um verdadeiro “déspota assumido?” Por que entregar duas vezes o país nas mãos de um sociólogo que pede que “esqueçam o que escreveu?”.

Tal qual Lima Barreto, Carlos Heitor Cony não economiza críticas e, sem se prender a nenhum compromisso com pessoas ou grupos, disseca a personalidade política do sociólogo-senador, de Ministro da Fazenda à reeleição presidencial. E, na medida que o faz, o autor vai na contramão do discurso que sai em defesa de FHC como o supra-sumo do intelecto nacional e daquele que somente vê no sujeito com distinção acadêmica um presidente capaz de governar o Brasil.

Comparando-o a Collor, Hitler, Barrabás, dentre outros, Cony desvela, de crônica em crônica, a personalidade do ex-professor que “tem muito a ver com Barrabás” e que é o “único cidadão da República que no momento não pode falar em mão limpa. Afinal, de quem é a mão que assina[va] o expediente oficial, de onde saem os esqueletos que andam por aí?”

Não é objetivo deste trabalho realizar uma arbitragem do período em que FHC esteve no poder e tão eficientemente abordados por Carlos Heitor Cony. Com um truque monetário, o Brasil conseguiu distanciar-se do fantasma ameaçador da inflação, mas a ele sempre está sujeito a retornar, principalmente no término da era FHC, quando o foco é justamente sobre a dívida social no país. Também não é primordial levantar uma discussão em torno das competências respaldadas no saber acadêmico do presidente-personagem que até “sabia falar japonês”. Nossa proposta, como já comentamos anteriormente, é analisar, na construção discursiva de FHC em OPQSJ, por Carlos Heitor Cony: i) como se estabelecem as relações dialógicas nas crônicas e que efeitos de sentido podem ser resgatados pelos seus interlocutores através do entrecruzamento das vozes aí instauradas; ii) de que forma as diferentes vozes sociais se fazem presentes nas crônicas sobre FHC; iii) quais são essas “vozes” que se encontram mascaradas e que procedimentos formais foram utilizados para o enquadramento do discurso do outro.

Assim, para chegarmos aos procedimentos analíticos, abordamos, na primeira parte deste trabalho, a teoria enunciativa dialógica de Mikhail Bakhtin, que sustenta a relação de parceria discursiva intersubjetiva, juntamente com a situação de produção dos enunciados. Da mesma forma, apresentamos nessa parte os principais conceitos da AD os quais consideramos relevantes para o nosso trabalho. Desse modo, faremos uma incursão pelas três fases da AD, com o intuito de construir um breve histórico do desenvolvimento da mesma para melhor situarmos a temática da nossa análise: heterogeneidade discursiva. Na seqüência, produzimos uma breve reflexão a partir dos deslocamentos teóricos de conceitos fundamentais estudados.

Na segunda parte, fazemos uma discussão sobre o discurso jornalístico e o lugar da crônica como gênero nesse contexto da mídia. Abordamos também os procedimentos metodológicos da análise. E, finalmente, na terceira e última etapa do trabalho, efetivamos a análise das crônicas a partir do arcabouço teórico apresentado.

Antes, porém, consideramos importante, fazer um roteiro de leitura especificando cada uma das partes de OPQSJ, as quais foram dialógica e estrategicamente organizadas. Já no sumário, focalizam-se os deslizamentos de

sentidos potencializados pelo fio do interdiscurso. São sete subtítulos que, por si só significam, e correspondem a um determinado número de crônicas publicadas de 1994 a 2000 e cujo enfoque, obviamente, é o presidente FHC.

Na primeira parte – **1994: Um Plano e um Candidato** – nota-se a preocupação de Carlos Heitor Cony no sentido de dar coerência ao tema central do livro que é retratar a figura de FHC. Um presidente de quem ele discorda e a quem ele ironiza de forma sutil e inteligente. Nada fica impune: a figura, a origem, a formação acadêmica e, principalmente, a plataforma de governo (Cony e Angeli, 2000).

Em **1995: Primeiro Reinado**, o autor descreve um governo que ele sabe fraco e omisso mas que, como o Acácio de Eça de Queiroz aconselha, mostra caminhos, faz-se de iluminado e revestido de poderes de um Guru capaz de levar o país para o caminho do desenvolvimento e da ascensão social. A ironia fina com que ele descreve fatos e posições aponta um locutor atento e inteligente. Escreve para leitores de um país inteiro embora saiba que, segundo ele (Cony), talvez isto sirva “apenas para salvar a minha dignidade de cidadão humilhado e ofendido” (p. 7).

1996: Velhas Palavras é a terceira parte das crônicas. Aqui o locutor, na construção discursiva sobre FHC, descreve-o como protótipo de político que busca o poder pelo poder, a qualquer preço, mas sorratoriamente. Acompanhado de uma primeira-dama “tímida e modesta” como fica bem a um candidato que busca o “poder pelo poder” (p. 37).

O discurso de FHC para justificar o caminho “quase” legal a fim de permanecer no poder está claro, evidente e veementemente ironizado em **1997: Tudo pela reeleição**. Nessa parte, as crônicas enfocam um presidente que “vende” no exterior uma imagem de político que herdou dos governos anteriores um país com problemas crônicos, mas que isso se deve à oposição. Ele, FHC, sabe da realidade social pois que é sociólogo, (ou melhor, “ex- sociólogo”) (p. 70). No entanto, diante dos olhos do mundo, precisa urgentemente parecer o condutor de um povo que progride e cura suas mazelas.

Carlos Heitor Cony apresenta, ao longo das crônicas que constituem **1998: O Servo do Poder**, a imagem que FHC tem de si mesmo: para suceder FHC, só

mesmo FHC. É o gênio sucedendo ao gênio. *The best of the best*. Bem manuseado, o país dos desempregados, dos excluídos, dos falidos pagará impostos ao governo que “senta” com os mais pobres e lhes pede que votem nele, que o auxiliem na busca de subsídios para um novo período de governo. Nas crônicas que seguem este segmento, o locutor substitui a ironia pela preocupação com a reeleição. Sabe que as próprias eleições nem sempre são a melhor forma de saber quem o povo quer como governante. Quando um candidato tem as armas, ou melhor, os truques para manipular resultados, as eleições podem ser comparadas a um “jogo do bicho, viciado” (p. 119) e à “velhice”: “a gente aceita porque a outra alternativa (morte) é pior”.

Na penúltima etapa do livro, **1999: Cinzas de Vila Rica**, encontramos de forma incisiva o objetivo do locutor de desvendar a personalidade de FHC. Em alguns momentos a ironia é menor e a preferência é pelo uso das metáforas, como por exemplo ao dizer que o governo de FHC é “politicamente bichado” (p. 140). É o Brasil voltando ao período colonial mesmo que *Vila Rica* tente escapar do fato de sentir-se espoliada pelos colonizadores. É o retrato de um presidente cúmplice do espólio feito pelos países mais ricos. Mas Cony é Cony e em *Mercado & Mercado* volta a ser irônico: “Somente dinossauros e bobos não conseguiam alcançar a maravilhosa engenharia desse novo Jeová que dividiria a luz e as trevas” (p. 142). Mais adiante fala em persuasão feita com cédulas retangulares e esverdeadas (p. 166).

2000: Nosso Homem em Brasília é a última parte e nela nos parece que o próprio Carlos Heitor Cony sente o peso de um governo que se perpetua na incompetência e no disfarce: FHC instaura o “totalitarismo da mediocridade”. O locutor dessas crônicas não mais dissimula, mas fala abertamente contra o governo. Chama-o de golpista e diz que a “subversão ameaça vir de cima” (p. 179). Mostra FHC como um presidente caricato, pomposo e ridículo. Como todo o caricato, FHC, no exterior, fala qualquer coisa sobre qualquer assunto, superando o próprio Acácio. Porém, o discurso internamente no Brasil, é outro: “esqueçam o que fiz”. Carlos Heitor Cony apresenta um FHC que, não podendo mais esconder os erros e esbarrões, promete ser “o bom menino”, nesse segundo mandato de governo. Mostra-nos também um irresponsável falando a um povo inculto. Refém dos próprios:

conchavos feitos para se reeleger, FHC engole não só “buchada de bode”, mas todos os sapos que seus, outrora aliados, o obrigam a engolir.

E, remetendo seu discurso à memória discursiva e à história política brasileira, Carlos Heitor Cony introduz no final de OPQSJ “os Gregórios”, numa referência explícita à semelhança dos aliados de FHC ao Gregório Fortunato que, apesar de cercado por um “mar de lama”, era chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas.

Assim, OPQSJ, ao longo das crônicas – e dos fatos político-sociais – torna-se mais denso, mais direto e não apenas irônico, uma vez que Carlos Heitor Cony, ao dialogar com a realidade, reflete a gravidade dessa realidade.

1 LINGUAGEM E DISCURSO

1.1 DIALOGISMO E ENUNCIÇÃO: AS CONTRIBUIÇÕES DE MIKHAIL BAKHTIN

Mikhail Bakhtin emergiu na segunda metade do século XX como um dos maiores pensadores e é definido por Todorov, no prefácio de *Estética da Criação Verbal*, como uma das figuras mais fascinantes e enigmáticas da cultura europeia. É possível, hoje, encontrar as idéias bakhtinianas em diversas áreas como literatura, lingüística, psicologia, antropologia, semiótica, sociologia e estudos ligados ao cinema e à comunicação.

Apesar de plural, o pensamento de Mikhail Bakhtin é permeado por uma unidade: o conceito de dialogismo como princípio geral de sua obra. Procurando romper com a concepção de homem que adquire uma linguagem ideal, pronta e acabada, e com a dicotomia que delimita a linguagem como forma e conteúdo, Bakhtin concebe um homem que dialoga com a realidade por meio da linguagem, ou seja, é o homem, o mundo e a linguagem interagindo num mesmo processo dialético.

Estudar o dialogismo bakhtiniano certamente não é uma tarefa fácil em função da amplitude de suas idéias, das dúvidas geradas em torno da autoria dos textos produzidos pelos integrantes do grupo de estudiosos da época - denominado Círculo de Bakhtin - e também em função do desconhecimento que ainda se percebe em torno de seu pensamento motivado pela diversidade de objetos de reflexão do autor. No entanto, nessa diversidade encontra-se o princípio da intersubjetividade em que o sujeito se constitui frente ao outro em um processo de auto-reconhecimento pelo reconhecimento desse outro em um movimento de alteridade. Esse é, de certa forma, um aspecto unificador que permeia toda a produção teórica de Bakhtin.

Assim, o objetivo deste estudo em torno do pensamento bakhtiniano, obviamente, não é esgotar o debate sobre as idéias do autor; tampouco discutir a questão da autoria atribuída aos seus textos, mas uma tentativa de clareamento da concepção de linguagem e, conseqüentemente, de discurso elaborados pelo mesmo, elucidando, assim, conceitos relevantes para esta dissertação como os de

dialogismo, heteroglossia, dentre outros, bem como a noção de sujeito subjacente a eles.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1929), Mikhail Bakhtin (Volochinov) procura aplicar o método sociológico à lingüística, não deixando de se referir à sociedade em que está inserido, mostrando, assim que linguagem e sociedade são indissociáveis e por isso torna-se impossível colocá-las em compartimentos estanques. O que parecia inovador, passa a ser questionado por teóricos de uma época ainda herdeira do positivismo e preocupada em conferir às disciplinas aspectos de ciências, de estudo delimitado e método de análise indiscutivelmente apoiados nos tradicionais métodos das ciências naturais. A maior parte das disciplinas ou áreas relacionadas com os fatores sociais ou humanos assentava quase sempre em descrições exaustivas que esqueciam as interrelações com os aspectos sociais. A necessidade de “cientificar” era tanta, que certas disciplinas acabavam por compartimentá-las demasiadamente, retirando-lhes a interdisciplinariedade sem a qual não podem – ou não poderiam - existir. Portanto, as teorias de Bakhtin (Volochinov) acerca da linguagem confrontam diretamente os preceitos daquele que foi considerado um dos mais brilhantes lingüistas e criador de toda uma escola de discípulos: Ferdinand de Saussure.

Bakhtin (Volochinov) (1929) começa por observar esta questão ao criticar o empirismo fonético superficial e a obsessão pelo estudo dos sons, do ponto de vista meramente físico e acústico, sem a preocupação de inseri-los numa realidade lingüística e comunicacional. Segundo o autor, o objeto de estudo da lingüística não pode ser o som enquanto fenômeno puramente físico e acústico, pois “se isolarmos o som enquanto fenômeno puramente acústico, perderemos a linguagem como objeto específico” (p. 70). Para Bakhtin (Volochinov), a palavra deve resultar não somente de processos físicos, mas também fisiológicos e psicológicos e sobretudo inseridos numa interação social. Realidade social que, partilhada pelos indivíduos, torna-se condição essencial para que a língua se una à fala e se torne processo de comunicação capaz de produzir atos de fala. Assim, é muito importante a discussão desenvolvida no capítulo 4 do livro, em que Bakhtin (Voloschinov) apresenta as bases para o objeto de estudo da lingüística e, ao delimitar a linguagem como objeto

de estudo específico, divide a história da filosofia da linguagem em duas correntes: subjetivismo idealista e objetivismo abstrato.

A primeira, que se iniciou fundamentalmente por William Humboldt, vê a língua como um processo criativo, atribuindo-a basicamente a indivíduos isolados e não a fatores sociais, estabelecendo-se assim, analogias com a criação artística em que o fator psicológico individual é o mais salientado na criação dos atos de fala. É uma concepção estética da linguagem em que o gosto artístico individual impera e seleciona as escolhas feitas na língua.

Quanto à segunda corrente, a que o autor denomina de objetivismo abstrato, é concretamente, a corrente saussureana, da concepção de língua como um sistema abstrato, constituído de formas fonéticas, gramaticais e lexicais que vão garantir a unicidade e a normatização de uma língua dada. Esse sistema composto por leis lingüísticas não pode depender da criação individual nem de gostos estéticos já que, as leis lingüísticas são arbitrarias e, logo, se não é o aspecto individual que impera é, sem dúvida, um coletivo social que obedece à norma.

Bakhtin (Volochinov) critica a visão de Saussure, já que essa demonstra uma enorme distância entre a língua como sistema e a fala como atualização desse sistema, afirmando que existe “um fosso que separa a história do sistema lingüístico em questão da abordagem histórica, sincrônica” (p. 79). A fala, para os saussureanos, não é mais do que “variações fortuitas” das formas normativas e são essas variações, segundo Bakhtin, que constroem a evolução da língua. Bakhtin (Volochinov), então, compara as premissas de Saussure ao modelo racionalista em que o valor da língua convencional e arbitrária e da lógica matemática são inalienáveis, de tal forma que o falante não é digno de ser levado em conta, pois o fato de exprimir a sua vida interior não é o que torna o ato objetivo, mas sim o ponto de vista do receptor enquanto decodificador de símbolos lógicos, semióticos, isto é, signos lingüísticos. Desse modo, sendo a fala um ato individual, a língua não depende do sujeito falante, logo, a fala opõe-se à língua da mesma maneira como o individual opõe-se ao social.

A partir dessa distinção entre subjetivismo idealista e objetivismo abstrato, Bakhtin (Volochinov) critica as duas correntes, submetendo-as a uma análise profunda e apontando-lhes as falhas e incoerências. No objetivismo abstrato, o autor

interroga-se, inicialmente, a respeito da impossibilidade de um sistema de normas imutáveis conformar-se diante de uma realidade em constante mudança, visto que as próprias normas imutáveis da língua evoluíram com o passar dos tempos. A diacronia é desprezada pelos objetivistas que vêem a língua como um produto acabado diretamente imposto aos sujeitos usuários, meros assimiladores e reprodutores da língua, entendida como sistema de formas fonéticas, lexicais e gramaticais imutáveis, ao passo que são os indivíduos que constroem a língua e é através dela que despertam a consciência de si próprios. Além disso, mesmo que esse sujeito provoque algum tipo de modificações na língua, essas são analisadas como desvios ou erros, desencadeadas pelo próprio sistema e realizadas inconscientemente por parte dos sujeitos usuários. Isso é prova de que a falta de ligações da diacronia à sincronia da língua provoca uma distância da realidade evolutiva da língua e das suas funções sociais. O objetivismo abstrato acaba por estudar as línguas vivas como se fossem mortas e a língua nativa como se fosse estrangeira, não reconhecendo a importância da contextualização e da palavra em uso. Além disso, apesar de a palavra ser determinada pelo contexto, ela não deixa de ser uma; a palavra é polissêmica e é a partir da interação que a comunicação se constrói. O objetivismo abstrato despreza essa interação e a significação constrói-se descontextualizada, recortando e restringindo a realidade. Assim sendo, a crítica de Bakhtin (Volochinov) ao objetivismo abstrato demonstra que essa corrente estuda apenas os fenômenos lingüísticos enquanto tal e, ao fazê-lo, rejeita a enunciação e o ato de fala.

Na crítica do subjetivismo idealista, Bakhtin (Volochinov) verifica que também os subjetivistas partem da enunciação monológica que se apresenta como um ato individual, mas vindo do interior do sujeito e que, através da expressão, se exterioriza objetivamente para outrem através de códigos de signos exteriores pressupondo, portanto, uma interação entre um interior e um exterior. No entanto, a crítica de base a essa concepção de língua, atinge, principalmente, a questão da relação do sujeito com o social uma vez que, dentro dessa linha, a língua se constitui como criação do sujeito isolado e não como uma construção social realizada pelos usuários nas relações históricas e concretas que travam entre si. Ou seja, valoriza-se a subjetividade mas oprime-se a intersubjetividade, uma vez que a língua, as

palavras e as enunciações verbais são concebidas a partir da ótica do individual em detrimento de uma visão mais ampla que entende o fenômeno lingüístico como uma realização social, organizada a partir da interação e do coletivo. A proposta de Bakhtin é, sobretudo, ver a língua imersa na realidade enunciativa concreta, servindo aos propósitos comunicativos do locutor. A forma lingüística invariável não importa, mas sim a sua função em um dado contexto. Assim sendo, a palavra – em estado de dicionário – nem sempre será uma realidade da qual o falante pode valer-se para os seus propósitos comunicacionais:

“(...) a forma lingüística, (...) sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida” (Bakhtin, 1929, p. 95).

Por fim, a crítica epistemológica de Bakhtin (Volochinov) considera que o subjetivismo idealista, ao reduzir a linguagem à enunciação monológica isolada, e o objetivismo abstrato, ao reduzir a linguagem a um sistema abstrato de formas, constituem um obstáculo a uma apreensão da linguagem. Segundo o autor, a compreensão ampla da natureza da linguagem não está no meio dessas duas orientações; ela está além. Para superar, dialeticamente, essas posições dicotômicas, propõe a *interação verbal* – realizada através da enunciação – por ser “uma idêntica recusa tanto da tese como da antítese, e constitui uma síntese dialética” (p. 109), evitando, desse modo, o ecletismo e o relativismo e abrindo caminho para uma nova concepção de linguagem. A unidade fundamental da língua passa, assim, a ser o diálogo, entendido não somente no sentido restrito do termo, mas na amplitude de toda a comunicação verbal. Logo, a enunciação é o resultado da interação dos indivíduos na sociedade sendo um deles o locutor e o outro o interlocutor e tendo este último um papel preponderante na formação da enunciação, já que o locutor vai construí-la dependendo de para quem fala. A palavra tem duas faces: é determinada por quem fala e para quem se fala, é portanto, o território comum do locutor e do interlocutor. Dependente desses dois indivíduos, a enunciação está também dependente da sua própria situação. Essa situação

enunciativa é condicionada, por um lado, pela atividade mental do indivíduo enquanto portador de necessidades e desejos e, por outro lado, pela sua inserção num meio social atribuidor de padrões culturais e sociais. Esse contexto social e cultural assim estabelecido vai determinar a atividade mental que realiza a tomada de consciência e a elaboração ideológica. Bakhtin (Volochinov) distingue, em primeiro lugar, dois pólos de atividade mental: a do eu, fundada basicamente no indivíduo isolado e que é pouco produtiva pelo fato de estar desenraizada do social; e a atividade mental do nós, diretamente proporcional ao grau de inserção do indivíduo na sociedade. Distingue, ainda, a atividade mental do tipo individualista, a que denominou atividade mental para si, e que é diferenciada da atividade mental do eu que está relacionada com o lado mais animal do homem. Contrariamente, segundo ele, a atividade mental individualista é estruturada na relação entre o indivíduo e a atividade mental do nós, isto é, revela-se um produto total da interrelação social. Assim, “não é tanto a expressão que se adapta ao nosso mundo interior, mas o nosso mundo interior que se adapta às possibilidades de nossa expressão, aos seus caminhos e orientações possíveis” (p. 118).

Dessa forma, Bakhtin (Volochinov) prova que “o centro organizador de toda a enunciação, de toda a expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo” e também que toda enunciação está impregnada de conteúdo ideológico (p. 121). Assim, também não é coerente a corrente do subjetivismo idealista que destaca o caráter individual e subjetivo da enunciação, pois, segundo o autor, a interação verbal é a chave da realidade fundamental da língua que se realiza na e pela enunciação.

“A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua” (Bakhtin, 1929, p. 123).

Um aspecto importante da reflexão desenvolvida pelo autor no capítulo 7, refere-se à discussão que ele faz em torno da significação. Para ele, “a multiplicidade das significações é o índice que faz de uma palavra uma palavra (...) sua significação é diferente a cada vez, de acordo com a situação” (p. 130). Isso nos mostra que o autor considera a significação uma virtualidade: “a significação é o

estágio inferior da capacidade de significar. A significação não quer dizer nada em si mesma, ela é apenas um potencial, uma possibilidade de significar no interior de um tema concreto” (p.131).

Sinteticamente, poderíamos dizer que em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin (Volochinov) afirma o conceito de dialogismo e o valor duplo da palavra, ou seja, por um lado a palavra no sentido de unidade lexical e, por outro, no sentido de encadeamento de idéias encarada como unidade de enunciação. Sobre dialogismo (que trataremos particularmente mais à frente), é importante ressaltar que o autor o concebe como elemento constitutivo e real da linguagem e é o diálogo, também, produto da relação de alteridade existente entre duas consciências socialmente organizadas. Desse modo, para que o locutor se apresente enquanto tal, é necessário que já seja uma consciência que se reconhece no outro:

“Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores. Toda a sua atividade mental, o que se pode chamar o ‘fundo perceptivo’, é mediatizado para ele pelo discurso interior e é por aí que se opera a junção com o discurso apreendido do exterior. A palavra vai à palavra” (Bakhtin, 1929, p. 147).

Portanto, a partir do momento em que um eu institui um tu, está criada uma estrutura dialógica, uma troca enunciativa e, mesmo que o enunciador se assumia como co-enunciador, basta apenas que num enunciado perpassasse a voz dos outros. Assim, a enunciação monológica vista por Saussure ou pelos subjetivistas é, segundo Bakhtin (Volochinov), descontextualizada e estéril uma vez que o homem – ser social que é – interage via linguagem com a sociedade onde está inserido.

A partir da reflexão que fizemos sobre o texto *Marxismo e filosofia da linguagem*, abordaremos, na seqüência, alguns conceitos que acreditamos ser relevantes para o nosso trabalho. No entanto, não seguiremos uma seqüência cronológica, tampouco um único texto como o fizemos anteriormente. A idéia é refletir sobre os conceitos, trabalhando com diferentes textos bakhtinianos.

1.1.1 Linguagem e Enunciação

A linguagem, para Bakhtin, é uma prática social que tem na língua a sua realidade material. A língua é entendida não como um sistema abstrato de formas lingüísticas à parte da atividade do falante, mas como um “processo de evolução ininterrupto”, constituído pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação, que é a sua verdadeira substância (1929, p. 127). Diferentemente de Saussure e de seu *objetivismo abstrato*, o autor russo valoriza a fala, que não é individual, senão social e está estreitamente ligada à enunciação, já que o momento da enunciação, instaurando a intersubjetividade, instaura também a interação. Defendendo a natureza social e não individual da linguagem, ele situou a sua realidade material - língua -, bem como aos indivíduos que a usam, em um contexto sócio-histórico:

"Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade de discurso em qualquer área do estudo lingüístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, da mesma forma que, através deles, a vida penetra nela" (Bakhtin, 1979, p. 282).

Ao veicular concepções de mundo, a linguagem torna-se um lugar de confrontos ideológicos. *A palavra é o fenômeno ideológico por excelência*, pois carrega uma carga de valores culturais que expressam as divergências de opiniões e as contradições da sociedade, tornando-se assim um *palco de conflitos*. Ela, no entanto, não pertence a ninguém, estando a serviço de qualquer ser humano e de qualquer juízo de valor.

Para Bakhtin, o signo lingüístico tem, pois, uma *plurivalência social* que se refere ao seu valor contextual. O fato de diferentes grupos sociais empregarem o mesmo sistema lingüístico faz com que as palavras manifestem valores ideológicos contraditórios, tendo o seu sentido firmado pelo contexto em que ocorrem. É a situação social imediata a responsável pelo sentido.

Outra característica do signo bakhtiniano, ligada à anterior, é a mutabilidade, uma vez que, como reflexo das condições do meio social, a palavra é sensível às transformações na estrutura social, registrando todas as mudanças. As palavras

estão presentes em todas as relações sociais e são tecidas a partir de uma infinidade de fios ideológicos, portanto serão “sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais” (Bakhtin, 1929, p. 41).

O verdadeiro interesse do autor, no entanto, não é o sistema, mas a linguagem enquanto uso e em interação social. E a enunciação seria, precisamente, o momento do uso da linguagem, processo que envolve não apenas a presença física de seus participantes como também o tempo histórico e o espaço social de interação. Sua crítica à Lingüística, enquanto teoria da abstração – língua – foi sempre nesse sentido, o de faltar a ela uma abordagem da enunciação, que desse conta do que, no seu entender, era o discurso, ou seja, “a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da lingüística” (Bakhtin, 1963, p. 181).

Em contrapartida, ele propõe uma nova disciplina, complementar à Lingüística: a “metalingüística”. Uma não exclui a outra, pois ambas estudam o mesmo fenômeno complexo, a palavra. O objeto de estudo do autor está, parecidos, claramente definido: é a enunciação, não apenas como “realidade da linguagem”, mas também como “estrutura sócio-ideológica”. A enunciação não parte de um sujeito individual, considerado isoladamente, mas como já comentamos anteriormente, é “produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados” e do contexto da situação social complexa em que aparece (Bakhtin, 1929).

Sendo a enunciação a marca de um processo de interação entre sujeitos, uma vez que a palavra tem “duas faces” – parte de alguém com destino a outro alguém – Bakhtin institui o princípio dialógico para o estudo de seu objeto.

1.1.2 A Enunciação como Princípio Dialógico

A base do princípio dialógico é a filosofia do diálogo ou da relação que, afirmando a palavra como dialógica, se estabelece “entre” os seres humanos e funda a experiência da intersecção, ou interação. Para essa filosofia, o homem não é um ser individual, mas uma relação dialógica entre eu-tu. O “tu” é condição de existência do “eu”, pois a realidade do homem é a realidade da diferença entre um “eu” e um

“tu”. O “eu” não existe individualmente, senão como abertura para o outro. Origina-se aí a constituição do par fundador - eu-outro.

Para Bakhtin (1979), o fundamento de toda a linguagem é o dialogismo, essa relação com o outro. Tudo o que nos diz respeito vem-nos do mundo exterior por meio da palavra do outro. Todo enunciado é apenas um elo de uma cadeia infinita de enunciados, um ponto de encontro de opiniões e visões de mundo. Nessa rede dialógica que é o discurso, instituem-se sentidos que não são somente originários do momento da enunciação, mas que fazem parte de um *continuum*, pois

“o objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras. é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões de mundo, tendências. Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear” (Bakhtin, 1979, p. 319).

Da mesma forma que na análise do discurso, o indivíduo não é a origem de seu dizer. Por isso, é necessário pensar sempre no homem em relação aos (e com) outros homens e afirmar que o indivíduo é social e somente constitui-se verdadeiramente humano na relação viva, ou seja cotidiana e social, com os outros seres humanos, uma vez que:

“a experiência verbal individual do homem toma forma e evolui sob o efeito da interação contínua e permanente com os enunciados individuais do outro. É uma experiência que se pode, em certa medida, definir como um processo de assimilação, mais ou menos criativo, das palavras do outro (e não das palavras da língua)” (Bakhtin, 1979, p. 313-314).

O fenômeno social da interação é, segundo Bakhtin (1929 e 1979), a realidade fundamental da linguagem, realizando-se como uma troca de enunciados, na dimensão de um diálogo e através da enunciação.

É importante atentar para o significado de “diálogo” em Bakhtin como um princípio geral de comunhão solidária e coletiva – mas sem passividade – da linguagem e não apenas como a comunicação ou a troca de opiniões direta entre parceiros. Também é preciso frisar que o grande mérito de Bakhtin, ao introduzir o sujeito e seu contexto social via dialogismo interativo, foi trazer com ele o elemento histórico para os estudos do discurso.

Assim, a enunciação é determinada pela situação social imediata e pelo meio social, sendo organizada, no que diz respeito ao seu conteúdo e significação, “fora do indivíduo pelas condições extra-orgânicas do meio social”. Por isso, ela é um produto da interação social (Bakhtin, 1929, p. 121).

O sentido do enunciado é também produzido pelas condições reais da enunciação e distribui-se *entre as* “diversas vozes” que habitam o tecido da linguagem. Estabelece-se, assim, um relacionamento dialógico de sentidos entre enunciados confrontados, pois “a relação dialógica é uma relação (de sentido) que se estabelece entre enunciados na comunicação verbal” (Bakhtin, 1979, p. 345).

E não poderia ser diferente, visto que a linguagem é um processo determinado pela vida social, estando em permanente evolução. É isso que faz do enunciado um *continuum* no fluxo incessante da interação verbal, ligado ao movimento perene da vida social e da história.

Em texto de 1926⁴, o autor destaca que a interação social é o produto de três participantes: o falante (autor), o interlocutor (leitor) e o tópico (o que ou o quem) do discurso, fatores que constituem esse discurso.

“O discurso verbal é como um ‘cenário’ de um dado evento. Um entendimento viável da significação global do discurso deve reproduzir este evento de relação mútua entre os falantes; deve, por assim dizer, “representá-lo’ de novo, com a pessoa que quer compreender assumindo o papel do ouvinte. Mas para representar esse papel, ela precisa compreender distintamente também as posições dos outros dois participantes” (Bakhtin, 1926, p. 10).

Outro fator que permeia toda a obra bakhtiniana e, segundo o autor, intervém sempre, é a alteridade. A identidade é um movimento em direção ao outro, um reconhecimento de si pelo outro que tanto pode ser a sociedade como a cultura. E o elo de ligação é a linguagem. “Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. (...) A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor” (Bakhtin, 1929, p. 113).

⁴ O texto com o qual estamos trabalhando *Discurso na vida e discurso na arte* é uma tradução informal para o português feita por Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza, a partir de versão inglesa publicada em V. N. Volochinov, *Freudism*, Nova Iorque, 1976. O texto original foi publicado em russo, em 1926, sob o título “Slovo v zhizni i slovo v poesie” e assinado por V. N. Volochinov.

O suporte do sujeito é um “nós”, pois ele não coincide jamais consigo mesmo, sendo inesgotável em sua significação: “o *eu* pode realizar-se verbalmente, apenas sobre a base do *nós*” (Bakhtin, 1926, p. 06). Todorov, no prefácio de *Estética da Criação Verbal*, afirma que o ser humano não existe para si, senão na medida em que é para os outros, “no complemento necessário do outro”. Ainda sobre essa questão, ele lembra que certos acontecimentos da vida de um indivíduo só são experimentados pelos outros e exemplifica: o próprio nascimento ou a morte. O que comprovaria a impressão de sermos também *continuum*: começar e terminar nos outros.

Estudos em torno da obra de Bakhtin tendem a dividir o dialogismo em duas formas: o diálogo entre interlocutores, baseado na interação fundadora da linguagem, e a relação entre discursos, chamada *polifonia*, ou seja, as vozes exteriores que marcam nosso discurso. O nome dialogismo é mantido em relação à interação entre sujeitos por ser o próprio princípio constituidor da linguagem e do social. A relação intersubjetiva, estabelecida pela enunciação, constrói tanto os sujeitos quanto os sentidos do discurso.

Quanto ao diálogo entre discursos, o que produzimos é um *tecido de vozes*, de muitas vozes que se relacionam polemicamente entre si, sem haver, muitas vezes, soluções para esse conflito, gerando a eterna “agonística” entre os discursos. De onde podemos concluir que o sujeito é dialógico por natureza e seu discurso é polifônico.

De acordo com Barros (1997), a polifonia é uma relação entre textos, a qual manifesta as vozes componentes de nosso discurso. Nos textos polifônicos, o diálogo entre discursos é marcado, enquanto que nos monofônicos há um efeito de sentido que dissimula o dialogismo fundador. Entretanto, mesmo que tentássemos ocultar as vozes, o dialogismo como constitutivo da linguagem permaneceria e o texto ou o discurso faria enxergar a comunidade e a história.

O estabelecimento da relação eu-tu, que emerge da concepção dialógica, deve ser entendido como um deslocamento do conceito de sujeito. O sujeito centrado é substituído pelas diferentes vozes sociais que o tornam um sujeito histórico e ideológico. Concordamos com a tese dos pesquisadores de Bakhtin de que sua concepção de dialogismo, pioneiramente, abala a concepção clássica do

sujeito cartesiano uno, uma vez que o sujeito bakhtiniano torna-se solidário às vozes, às alteridades de seu discurso (Barros, 1997; Dahlet, 1997). Em Bakhtin (1979, p. 329), a intersubjetividade é anterior à subjetividade, uma vez que “o pensamento, enquanto pensamento, nasce no pensamento do outro que manifesta sua vontade, sua presença, sua expressão, seus signos (...)”. E a enunciação como uma experiência social, dialógica, ativa e interativa passa a ser o centro da interlocução.

1.1.3 Dialogismo e Alteridade

O princípio dialógico funda a alteridade como constituinte do ser humano e de seus discursos. Reconhecer a dialogia é encarar a diferença, uma vez que é a palavra do outro que nos traz o mundo exterior.

“Nossa fala, isto é, nossos enunciados (...) estão repletos de palavras ‘dos outros’(...) As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos. (...) Os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem são auto-suficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. (...) O enunciado está repleto de ecos e lembranças de outros enunciados (...) Nosso próprio pensamento (...) nasce e forma-se em interação e em luta com o pensamento alheio (...) Em todo o enunciado, contanto que o examinemos com apuro, (...) descobriremos as palavras do outro ocultas ou semi-ocultas, e com graus diferentes de alteridade. Dir-se-ia que um enunciado é sulcado pela ressonância longínqua e quase inaudível da alternância dos sujeitos falantes e pelos matizes dialógicos, pelas fronteiras extremamente tênues entre os enunciados e totalmente permeáveis à expressividade do autor” (Bakhtin, 1979, p. 314-318).

Ao produzirmos discursos, não somos a fonte deles, porém intermediários, uma vez que dialogamos e polemizamos com os outros discursos existentes em nossa sociedade, em nossa cultura. Como já foi dito, a relação dialógica é polêmica, não há passividade. Nela, o discurso é um jogo, é movimento, tentativa de transformação e mesmo subversão dos sentidos. O sentido de um discurso jamais é o último: a interpretação é infinita. O que faz evoluir um diálogo entre enunciados é essa possibilidade sem fim de sentidos esquecidos que voltam à memória, provocando neles a renovação dentro de outros contextos.

Bakhtin, então, esboçou uma interpretação da cultura que a coloca como uma composição de discursos que retêm a memória coletiva e em relação aos quais é

necessária uma tomada de posição. É essa interação dialógica e opinante que gera movimento e transformações, afastando do sujeito o assujeitamento.

Derivado do princípio da relação dialógica polêmica, estabelecida pelo sujeito produtor de discursos em um contexto social, Bakhtin instituiu a “compreensão responsiva ativa” (Bakhtin, 1929, p. 132). Toda compreensão é um processo ativo e dialógico, portanto tenso, que traz em seu cerne uma resposta, já que implica sujeitos. O ser humano, juntamente com seu discurso, sempre presume destinatários e suas respostas. A compreensão de um “enunciado vivo” é sempre preche de respostas (Bakhtin, 1979). “A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica” (Bakhtin, 1929, p. 132). O sujeito que produz um discurso não quer uma compreensão passiva que somente levaria à repetição de seu pensamento, mas almeja respostas que evidenciem adesão, concordância ou, contrariamente, objeção às idéias expostas. O sujeito bakhtiniano gera respostas, toma atitudes, constituindo-se um sujeito não totalmente interpelado. Mesmo o enunciado, essa unidade concreta produzida pelo ato enunciativo, é definido por Bakhtin (1979) como uma expressão lingüística orientada para o outro.

Assim, a construção de um discurso levará em consideração a representação que um sujeito tem de seu interlocutor, bem como a “ressonância dialógica” produzida por seus enunciados já proferidos e todos os enunciados de outros sobre o mesmo assunto, retidos em sua memória:

“Ter um destinatário, dirigir-se a alguém, é uma particularidade constitutiva do enunciado, sem a qual não há, e não poderia haver, enunciado. As diversas formas típicas de dirigir-se a alguém e as diversas concepções típicas de destinatário são as particularidades constitutivas que determinam a diversidade dos gêneros do discurso” (Bakhtin, 1979, p. 325).

Essa “responsividade” implica um juízo de valor que, partindo da relação do enunciado com a realidade, com seu autor e com os outros enunciados anteriores, traz para o discurso os elementos ideológicos que o constituem:

“Enquanto elaboro meu enunciado, sempre levo em conta o fundo aperceptivo sobre o qual minha fala será recebida pelo destinatário: o grau de informação que ele tem da situação, seus conhecimentos especializados na área de determinada comunicação cultural, suas opiniões e suas convicções, seus preconceitos (de meu

ponto de vista) suas simpatias e antipatias, etc; pois é isso que condicionará sua compreensão responsiva de meu enunciado” (Bakhtin, 1979, p. 321).

Faz parte da “orientação social” do enunciado em direção a um outro sujeito colocar em evidência a questão dos valores: “(...) viver significa ocupar uma posição de valores em cada um dos aspectos da vida (...)”, já que as “categorias fundamentais de valores” são o eu e o outro. O autor do enunciado avaliará seu destinatário e por aí modelará a forma e o modo de produção de seus enunciados, que serão diversos conforme a situação social e importância de seu interlocutor, bem como suas posições, convicções e pontos de vista. É no enunciado que se dá o contato entre a língua e a realidade. A escolha das palavras para a construção de um enunciado leva em conta outros enunciados de outros sujeitos, em relação aos quais o locutor se posiciona. Assim, quando reproduzimos o discurso do outro, nele podemos captar uma dupla expressão: a original, do outro e a expressão atualizada que é por nós introduzida no enunciado do qual vai fazer parte (Bakhtin, 1979, p. 202).

Em conseqüência, não só ao locutor cabem os “direitos” sobre as palavras, mas também ao ouvinte e a todos cujas vozes são ouvidas naquele discurso. “A palavra é um drama com três personagens (...) que é representado fora do autor” (Bakhtin, 1979, p. 350). Por isso o processo de compreensão do enunciado é visto por Bakhtin como uma relação que envolve os participantes e onde quem compreende torna-se o “terceiro” no “diálogo”. O primeiro é o locutor; o segundo é o destinatário próximo, de quem se espera uma compreensão responsiva; e o terceiro é o “superdestinatário superior”, de quem o locutor prevê uma compreensão responsiva ideal e que pode adquirir, dependendo da época, “uma identidade concreta variável (Deus, a verdade absoluta, o julgamento da consciência humana imparcial, o povo, o julgamento da história, a ciência, etc)”, porque para todo discurso é imprescindível uma resposta. Na busca pela compreensão, o discurso vai longe, torna-se um elo, entra em um diálogo em que o sentido, além de não ter mais fim, contém toda a memória coletiva do dizer (Bakhtin, 1979, p. 356).

Portanto, para Bakhtin a produção do discurso envolve um trio, composto pelo autor, pelo destinatário e por todas as vozes-outras que sempre-já nele habitavam, pois o “diálogo” é o acontecimento do encontro e interação com a palavra do(s)

outro(s). A alteridade é, para o autor, um processo dialógico em que o elemento comum é o discurso.

1.1.4 O Discurso Cotidiano e a Produção de Sentidos “Outros”

A importância do estudo dos discursos cotidianos, ou os “gêneros da vida cotidiana”, é enfatizada em toda a obra de Bakhtin. A natureza social da linguagem é aí, segundo ele, diretamente percebida, pois é visível a relação entre o enunciado e o meio social circundante. Situação de enunciação, ou seja, o contexto extraverbal, as condições sociais reais e enunciado são essenciais um ao outro, já que de sua união dependem seus sentidos. A realidade faz parte do sentido.

Ao afirmar que a forma do enunciado, seu estilo e composição, é determinada pela relação de valor que o locutor estabelece com a realidade representada no discurso, Bakhtin (1926) indagava sobre como se dá esse processo de representação do discurso com a situação extraverbal que o engendra. A resposta à indagação foi o emprego de um método de análise que comportava o “contexto extraverbal” do enunciado que, para o autor russo, seria composto por três aspectos: o “horizonte espacial” - espaço e tempo - comum aos interlocutores; o “conhecimento e compreensão comum da situação”, ou seja, o saber comum, o conteúdo temático partilhado; e a “avaliação comum” (elemento axiológico) que manifesta a posição dos sujeitos frente à situação vivenciada:

“(…) a situação extraverbal está longe de ser meramente a causa externa de um enunciado – ela não age sobre o enunciado de fora, como se fosse uma força mecânica (...) a situação se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação” (Bakhtin, 1926, p. 06).

O elemento extraverbal liga-se ao verbal, o não dito determina o dito, e este reage ao já dito. Eis a causa de diferentes situações determinarem diferentes sentidos de uma mesma expressão verbal.

A partir disso, outro ponto foi considerado essencial por Bakhtin no discurso cotidiano: a interação que une os participantes de uma mesma situação e que os faz dividirem uma “unidade das condições reais de vida que geram uma comunidade de julgamentos de valor” tornando-os solidários e levando-os a apoiar a

intersubjetividade verbal em um “nós” discursivo. A solidariedade existe entre interlocutores, qualquer que seja seu número:

“Quanto mais amplo for o horizonte global e seu correspondente grupo social, mais constantes se tornam os fatores presumidos em um enunciado. (...) Onde o campo de alcance é mais amplo, o enunciado pode agir apenas se sustentando em fatores constantes e estáveis da vida e em avaliações sociais substantivas e fundamentais” (Bakhtin, 1926, p. 07).

Bakhtin alertava, com isso, para o fato de muitas avaliações sociais fundamentais não precisarem ser explicitadas verbalmente, por pertencerem ao contexto situacional comum ao grupo social ou, até mesmo, à cultura. Tais avaliações, condicionadas pela cultura coletiva, ressoam sempre, organizando ações e condutas de todas as pessoas e tornando-se um dogma indiscutível, pertencente à memória histórico-coletiva de uma sociedade.

Contudo, como a avaliação passa sempre pela questão ideológica da representação de visões de mundo, institui-se no interior do discurso um jogo dramático de vozes, estabelecendo uma tensão dialética. Como os enunciados são, comumente, “impregnados de subentendidos e não ditos”, qualquer que seja o sentido corrente ou a significação do discurso cotidiano, não há coincidência plena com sua “constituição puramente verbal”.

Assim sendo, a possibilidade de agregar sentidos a esses enunciados, pode transgredir e subverter aqueles sentidos arraigados e instaurar outros. O enunciado, como nos faz ver, não é puro reflexo do que existe fora dele. Ele sempre cria algo que, antes de seu acontecimento, não existia, algo novo e irreproduzível relacionado ao elemento axiológico.

“O enunciado nunca é simples reflexo ou expressão de algo que lhe preexistisse, fora dele, dado e pronto. O enunciado sempre cria algo que, antes dele, nunca existira, algo novo e irreproduzível, algo que está sempre relacionado com um valor (a verdade, o bem, a beleza, etc.)” (Bakhtin, 1979, p. 348).

Dialeticamente, entretanto,

“(...) qualquer coisa criada se cria sempre a partir de uma coisa que é dada (a língua, o fenômeno observado na realidade, o sentimento vivido, o próprio sujeito falante, o que é já concluído em sua visão do mundo, etc.). O *dado* se transfigura no *criado*” (Bakhtin, 1979, p. 348).

O sujeito-autor do enunciado produz, ao construí-lo, um acontecimento lingüístico, pois ainda que se veja, em todo enunciado, o sistema da língua, responsável pelo que é repetitivo e reproduzível, ao mesmo tempo, cada enunciado é “único e irreproduzível”, sendo nisso que reside seu sentido. Mesmo havendo uma tentativa de reprodução, releitura e até citação, o enunciado será uma recriação, uma singularidade, visto que produzido por um outro sujeito, em um outro momento. “O acontecimento na vida do texto, seu ser autêntico, sempre sucede nas fronteiras de *duas consciências, de dois sujeitos*” (Bakhtin, 1979, p. 333).

O enunciado manifesta a “história do pensamento” em direção ao pensamento e ao sentido dos outros. Quanto ao sentido, que integra o enunciado enquanto seu valor semântico, ele está também ligado à história “através do ato único de sua realização”. Segundo Bakhtin (1963), o discurso é a linguagem em sua totalidade concreta e viva. Os enunciados dele fazem parte, sendo considerados produtos de um processo ativo do qual o sistema lingüístico convencional, enquanto ordem sintática e lexical repetível, é um dos elementos; o outro é tudo o que fornece ao enunciado o fato de sua enunciação, o que significa, também, um “contexto” histórico, social, cultural, etc., único. O “contexto de enunciação”, como instância do discurso, é também um acontecimento que integra o horizonte social comum dos sujeitos. O contexto e a história refletem-se no sentido do enunciado, integrando-o e fazendo dos discursos do cotidiano um acontecimento.

No texto sobre os gêneros do discurso, Bakhtin (1979) vê os discursos do cotidiano como os mais livres e criativos por fazerem parte da intimidade social. O gênero é entendido como a “forma padrão” e relativamente estável de “estruturação de um todo” que compõe os enunciados produzidos por um sujeito. As variações percebidas nos diferentes gêneros decorrem em conformidade às circunstâncias, à posição social e ao relacionamento dos interlocutores do discurso. Dessas condições sempre diferenciadas e únicas, deriva a singularidade do enunciado que, apesar disso, não é uma “combinação absolutamente livre” dos signos da língua, manifestando uma vontade individual. Nossa escolha será, de certa maneira, condicionada pelo contexto histórico-social. Os gêneros são exatamente os enunciados devidamente organizados em função das possibilidades: - ou dos campos de atividade humana - do processo discursivo.

Enfim, os gêneros aparecem como tipos de discursos, utilizados conforme a realidade situacional em que o discurso é produzido e os sujeitos envolvidos. Os discursos do cotidiano caracterizam-se por esse estreito e íntimo encontro com o outro e com a situação vivenciada, em nível de igualdade entre os sujeitos, o que os torna um campo privilegiado para o estudo da relação entre os parceiros discursivos, de sua relação com o próprio mundo e da constituição das heterogeneidades de seus discursos. O fato de neles melhor se observar a importância da situação extraverbal para a constituição do sentido, facilita a percepção e a apreensão de acontecimentos discursivos, pois, sendo a palavra “o indicador mais sensível de todas as transformações sociais” em todas as épocas, foi através desses discursos cotidianos que se detectaram as mudanças de sentidos que apontavam para a destruição de visões de mundo tradicionais e sedimentadas.

Uma mesma língua, afirma Bakhtin (1975), é coabitada por falares diversos, “linguagens sociais” dinâmicas que se cruzam, atravessadas pelo social e pela história. São “linguagens do plurilingüismo” em que estão inscritos pontos de vista inseparáveis das transformações da experiência cotidiana. É esse movimento dinâmico de “práticas languageiras” plurais da vida cotidiana que é capaz de romper o aprisionamento do sentido no signo lingüístico, libertando-o para novos significados.

1.2 ANÁLISE DO DISCURSO: SUJEITO E SENTIDO

Partindo da dicotomia *langue/parole*, Ferdinand de Saussure, em seus estudos sobre a linguagem⁵, determinou que o importante para uma análise científica era a língua – sistema social coeso de relações estruturais – independente de seus usuários. A *parole*, como ato individual de manifestação do sistema *langue*, seria tão sujeita a variações que nenhum estudo científico poderia descrevê-la adequadamente.

⁵ Ferdinand de Saussure – lingüista suíço – propõe o estudo da linguagem como ciência, fundando assim, a Lingüística. Seus conceitos-chave sobre a Lingüística foram publicados postumamente no seu *Cours de Linguistique Générale*, em 1916, Paris, a partir das anotações feitas por alunos em cursos ministrados pelo autor junto à Universidade de Genebra (1907 a 1911).

Obviamente esses estudos tiveram papel fundamental para situar a Lingüística entre as ciências humanas. No entanto, a fim de estabelecer o seu objeto, eles limitaram o campo do lingüista, separando a língua da fala, o lingüístico do extralingüístico.

Assim, a Lingüística – calcada na teoria saussureana – estudou por muito tempo a linguagem desvinculada de quem a usava, tendo como objeto a estrutura língua e as relações formais entre seus elementos, relegando a utilização da língua por seus usuários, bem como o sentido aí estabelecido.

Muitas pesquisas foram realizadas a partir de Saussure, procurando resolver o problema dessa dicotomia, resgatando a fala e alargando, portanto, os estudos dos lingüistas, sobretudo nas questões de significação.

A partir dos anos 50 surgem, oficialmente, novas teorias incluídas no campo da Lingüística, dando conta da situação pragmática que envolve o ato de linguagem e assumindo o seu sujeito produtor e seu contexto de produção, assim como o caráter ideológico do signo lingüístico⁶.

A análise do discurso (AD) surgiu na França dos anos 60⁷, sob um quadro teórico estruturalista, como uma nova forma de encarar a linguagem - ou seja, enquanto discurso, ressaltando seus problemas de significação e priorizando as condições sócio-político-ideológicas de sua produção. Foram, inicialmente, desenvolvidos projetos no caminho de uma lingüística do discurso, envolvendo a semântica e a pragmática, e enfocando o sentido dos enunciados e os sujeitos que os empregam.

Nesse sentido, com o propósito de elaborar uma nova teoria para os estudos da linguagem, que abrangesse ao mesmo tempo a língua, o indivíduo – sujeito produtor de enunciados – e os fatores ideológicos aí envolvidos, Pêcheux (1969)⁸

⁶ Ressalta-se aqui, porém, que desde a década de 20, na Rússia, Mikhail Bakhtin – como destacamos na primeira parte deste trabalho – estudava a linguagem como uma prática social resultante da experiência de relações entre os homens e a realidade, e não como algo estático e imutável.

⁷ A AD francesa surge logo após as turbulências políticas do final dos anos 60, refletindo uma tentativa de se pensar mais profundamente a respeito dos poderes políticos do discurso, bem como de se encarar a linguagem de forma crítica.

⁸ A fundação da AD francesa, de acordo com Malidier (1994) está centrada no lingüista Jean Dubois e no filósofo Michel Pêcheux. A proposta inicial de Pêcheux (publicada originalmente na França em 1969) encontra-se traduzida para o português, no texto: Pêcheux, M. Análise automática do discurso

situou o discurso – esse processo histórico e social de produção da linguagem no interior de um sistema de formações sociais – entre a língua e a ideologia, tomando-o como efeito de sentidos entre sujeitos. Como processo sócio-histórico, o discurso é uma experiência de relações entre indivíduos, sendo, portanto, coletivo e não individual; é um lugar de interação e, ao mesmo tempo, de confronto entre o lingüístico e o ideológico, tendo como base material/sistema formal de análise, a língua.

Mais tarde, em 1975, Pêcheux e Fuchs⁹, procurando situá-la melhor dentro de um campo científico de conhecimentos, organizaram um quadro epistemológico de referência da AD composto por quatro áreas: o materialismo histórico, enfatizando a questão da ideologia, a lingüística, a teoria do discurso e por último – cruzando de forma incisiva essas três regiões – a psicanálise.

Da sua concepção, até o início dos anos oitenta, são distinguidas três diferentes épocas, evidenciando a evolução do pensamento teórico no interior da AD. Considerados esses aspectos, pensamos ser pertinente construir um breve histórico do desenvolvimento da AD de modo a ressaltar alguns pontos problemáticos, as críticas e as soluções que foram sendo buscadas ao longo do tempo, para desembocar nas questões que são colocadas hoje e aí situar nossa análise. Portanto, nesta parte faremos uma breve exposição dos conceitos principais da AD os quais consideramos relevantes para o nosso trabalho.

1.2.1 Análise do Discurso: Três Épocas

Uma incursão pelas três fases da análise do discurso desenvolvida por Michel Pêcheux revela que houve, na passagem de uma fase a outra, mudanças de caráter não apenas metodológico mas também teórico. Da primeira à terceira fase, ocorreu o abandono de uma posição “estruturalista” que se traduzia, de um lado, numa

(AAD-69). In: Gadet, F. & Hak, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

⁹ Pêcheux & Fuchs reformulam alguns conceitos da AD em 1975: PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: Gadet, F. & Hak, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

rigidez na seqüência das etapas da análise – que partia da análise sintática de enunciados elementares para chegar à fase interpretativa de seqüências do *corpus* e, assim, remontar à análise dos processos discursivos – por uma “máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma” (Pêcheux, 1983a, p. 311) e, de outro, numa concepção de sujeito concebido apenas como efeito de assujeitamento à máquina estrutural.

Em sua primeira fase, Análise Automática do Discurso (AAD-69), Pêcheux encara o discurso enquanto processo discursivo, ou seja, não como um produto, pronto para ser analisado, mas um trabalho em construção. Preserva, contudo, o pensamento saussurreano, considerando-o também uma estrutura determinada, origem de coerções sintáticas. Ao mesmo tempo, integra ao processo mecanismos da ordem da fala (a linguagem em uso pelos indivíduos, porém coletivamente) e que estariam ligados à situação em que o discurso é produzido, “(...) a um estado dado das condições de produção corresponde uma estrutura definida dos processos de produção do discurso a partir da língua (...)” (Pêcheux, 1983a, p. 79).

Já se preconiza, nesse momento, a necessidade de uma análise em dois níveis: um sintático, que é invariante; e um nível contextual, em que as circunstâncias exteriores da produção também devem ser levadas em conta. A essas “circunstâncias”, Michel Pêcheux (1969) denominou **condições de produção**, que concernem o lugar determinado, ocupado pelo locutor na formação social em que vive. O próprio sentido do que ele diz depende desse lugar. No entanto, há que se levar em consideração a relação estabelecida com os outros discursos anteriores, produzidos sobre o mesmo tema, os quais, da mesma forma, interferem no sentido desse, de onde advém uma característica fundamental do processo discursivo, que é a sua continuidade. Por outro lado, é preciso referir a participação do ouvinte na construção do significado do discurso. Michel Pêcheux sugere que a antecipação do pensamento do outro também constitui o discurso. Todos esses elementos situacionais comporiam as condições de produção do discurso.

Baseado nas funções jakobsonianas da linguagem¹⁰, Pêcheux (1969, p. 82) pensa na seqüência verbal emitida entre A e B (que não seriam presenças físicas,

¹⁰ Roman Jakobson (1960) descreve as funções da língua, referindo-se aos elementos necessários a toda comunicação lingüística. Segundo ele, esse processo se dá por meio de um destinatário, de um

necessariamente, mas posições ocupadas por sujeitos quaisquer), como um **discurso**, sem a obrigação de informar, mas como **efeito de sentidos** entre posições. Ele afirma, então, que o lugar, no processo discursivo,

“se encontra aí representado, isto é, presente, mas transformado; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (Pêcheux, 1969, p. 82).

O autor destaca que em todo o processo discursivo o que está presente não é a realidade física, senão uma representação dela, por meio dessas **formações imaginárias**. Elas também se relacionam com outros processos discursivos anteriores, fazendo parte de um *continuum* discursivo.

Assim, nesse primeiro momento da AD, partia-se do levantamento de palavras e proposições que pertencessem a um conjunto de discursos engendrados por uma e apenas uma máquina discursiva. A análise automática apresentava como resultado uma série de enunciados elementares e de relações entre as frases, que podiam estar em relação de equivalência semântica ou não. Palavras e proposições literalmente diferentes podem ser dotadas do mesmo sentido, apresentado por meio de relações de substituição, sinonímia e paráfrase, sendo essa a condição para formarem um conjunto. Supunha-se a existência de discursos homogêneos e, através da análise, procurava-se suprimir toda forma de heterogeneidade. Não havia ainda condições teóricas para a postulação da primazia do interdiscurso, isto é, da alteridade, do heterogêneo, sobre o discurso, formulação que somente foi possível em um momento posterior.

Contudo, há vários aspectos positivos e essenciais nessa primeira fase. Um é a tentativa de se proceder a uma análise não subjetiva dos efeitos de sentido, uma análise que não ficasse presa à ilusão do sujeito de ser a origem do sentido. Outro é o rompimento com uma concepção reducionista da linguagem, que a entende como mero instrumento de comunicação, pois, enquanto discurso, ela produz efeitos de

remetente (ou destinador), de um contexto ao qual a mensagem remete, de um código, de um contacto (canal físico e conexão psicológica entre o destinatário e remetente, que permitem estabelecer e manter a comunicação). Pela função *referencial*, a mensagem é centralizada no contexto, pela função *emotiva* no locutor, pela função *conativa* no destinatário, pela função *fática* no contacto, pela função *metalingüística* no código, pela função *poética* na mensagem em si.

sentidos entre posições. Essa concepção instrumental tradicional da linguagem é rejeitada por Michel Pêcheux já na própria definição do objeto da análise do discurso: o discurso como objeto atravessado simultaneamente pela língua e pela ideologia e irredutível a uma ou a outra. Um terceiro aspecto positivo é a elaboração do conceito de relações de sentido entre discursos, o qual mostra que sempre um discurso remete a um ou a vários outros. Essa característica dos discursos coloca, para Pêcheux, a inviabilidade de se analisar um discurso como um texto. Um texto seria “uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma”, enquanto que, para se analisar um discurso “é necessário referi-lo ao *conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção” (Pêcheux, 1969, p. 79). **Condições de produção** são definidas pelo autor como as circunstâncias de produção de um discurso, circunstâncias essas que são historicamente determinadas e remetem à relação de forças e às relações de sentido nas quais um determinado discurso é produzido.

Por último, mas não menos importante, está, já nessa primeira fase, a proposta de articulação do lingüístico com o histórico-social, através do conceito de determinação do processo discursivo pelas suas condições de produção. Esse traço permite ao analista ir além da superfície discursiva e apreender o discurso como “efeito de sentidos” entre interlocutores, na definição do próprio Michel Pêcheux.

Entretanto, o paradoxo nesse momento, dizia respeito às limitações da teoria lingüística a serviço da AD, por ser estruturalista, com procedimentos fixos e etapas estanques, ao abrigo das determinações sócio-históricas. Faltavam, ainda, na AAD-69, uma reflexão sobre a enunciação e uma elaboração mais profunda do conceito de sujeito. Nessa primeira fase da análise do discurso, trata-se de um sujeito que, embora concebido como assujeitado pela estrutura e, portanto, distante tanto do sujeito psicológico universal (como o sujeito da teoria gerativa, por exemplo) quanto do sujeito intencional teorizado por uma postura fenomenológica da semântica da enunciação e da pragmática (cf. Pêcheux, 1983a), é visto como produtor de discurso dentro da perspectiva de homogeneidade enunciativa. É sobretudo a introdução do conceito de heterogeneidade enunciativa - que tratamos na primeira parte deste capítulo em que abordamos os conceitos de Mikhail Bakhtin - que permite o deslocamento da noção de sujeito para concebê-lo como sujeito atravessado pela

alteridade que o constitui, ao mesmo tempo que o mantém na ilusão do um (do ego-eu como enunciador que estrutura solitária e conscientemente o seu dizer). O procedimento metodológico da AAD-69 pressupunha a homogeneidade enunciativa das seqüências analisadas, conforme assinala criticamente Pêcheux (1983a), perspectiva que foi abandonada posteriormente, como resultado da interação cumulativa de momentos de análise lingüística e análise discursiva. Essa nova postura metodológica teve importantes desdobramentos. Ela permitiu o enfoque sobre o acontecimento e não mais apenas sobre a estrutura, posição explicitada em Pêcheux (1983b), com o conseqüente deslocamento da noção de constituição do discurso, que passou a ser concebido como constituído no entrecruzamento entre a estrutura e o acontecimento. Permitiu também a percepção de lugares enunciativos plurais no fio do discurso, dentro da perspectiva de que a heterogeneidade enunciativa é constitutiva do discurso, o que consideramos ter sido a base de outros conceitos fundamentais da AD propostos posteriormente, como o “interdiscurso” e o “pré-construído”.

Críticas à fase inicial da análise de discurso (cf. Maingueneau, 1987) centraram-se, entre outros pontos já mencionados, na escolha dos termos-pivôs como objeto privilegiado de investigação, assim como no método de escolha que, por fazer a opção por vocábulos, sobretudo substantivos, imediatamente definíveis como possuidores de um conteúdo ideológico, acabava por definir antecipadamente e por um saber histórico exterior ao funcionamento discursivo dos temas (dados pelos termos-pivôs, no caso) a serem abordados.

Problemática, também, era a análise dos termos-pivôs de forma dissociada do fenômeno enunciativo, postura compreensível face à ausência de uma teoria da enunciação condizente com os postulados da análise de discurso. Tais críticas levaram a tentativas posteriores de ampliação do espectro de elementos textuais passíveis de análise, apresentando como conseqüência a mobilização de outras dimensões da discursividade, como, por exemplo, a relação entre o “exterior” e o “interior” da língua, ou o estatuto da voz ou vozes que ocupam o lugar de enunciação, que resultaram, segundo Maingueneau (1997, p. 187), em “uma mudança global na forma de considerar o discurso”.

A segunda época da AD tem início em meados da década de setenta e tem como pilar a obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*¹¹. Anteriormente, entretanto, também no ano de 1975, Pêcheux e Fuchs publicam o artigo *A propósito da Análise do Discurso: atualização e perspectivas*, objetivando – como já foi dito anteriormente - situar melhor o horizonte teórico da AD, bem como revisar criticamente e aprofundar alguns conceitos, deixados “soltos” na primeira fase.

Em *Semântica e Discurso*, Michel Pêcheux investe na construção de uma teoria materialista do discurso, pregando a importância dos estudos lingüísticos, da semântica e da filosofia para o pleno desenvolvimento da AD. Aqui, também, aprofunda-se a crítica ao sujeito idealista, baseada nos próprios estudos da filosofia idealista, da semântica tradicional e nas contribuições trazidas da psicanálise. O propósito é fazer uma análise materialista das “práticas de linguagem” e expor a contradição existente no fato de que a “mesma língua no sentido lingüístico desse termo, autoriza funcionamentos de ‘vocabulário-sintaxe’ e de raciocínios antagonistas” (Pêcheux, 1975, p. 26). Tal fato ocorre porque a língua é a base comum de diferentes processos discursivos, que não pertencem a sujeitos individuais, mas são coletivos; é o lugar da produção dos efeitos de sentido (Pêcheux, *ibid*):

“(…) se se admite que às *mesmas* palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra, é necessário também admitir que palavras, expressões e proposições *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada, “ter o mesmo sentido”, o que (...) representa, na verdade, a condição para que cada elemento (palavra, expressão ou proposição) seja dotado de sentido. A partir de então, a expressão processo discursivo passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada” (Pêcheux, *ibid.*, p. 161).

Pode-se afirmar, então, que a AD – nesse segundo momento - promove um deslocamento teórico em relação à primeira fase ao lançar o olhar para as relações entre processos discursivos. Esse novo enfoque é possibilitado pela introdução

¹¹ Editada em 1975, na França, sob o título *Les Vérités de la Palice*. No Brasil foi publicada em 1988 pela Editora da Unicamp, com tradução de Eni Pulcinelli Orlandi.

sobretudo das noções de formação discursiva e interdiscurso, que fazem implodir a idéia de máquina estrutural fechada da AAD-69, ao colocar, no interior de um discurso, elementos vindos de outro lugar, do seu exterior, e que o constituem (cf. Pêcheux, 1983a). Pode-se dizer, então, que a contribuição mais importante desse momento foi o desenvolvimento teórico dos conceitos de “interdiscurso” e “pré - construído”, conceitos que, posteriormente, tornaram-se chave para os estudos na área da AD. A reflexão em torno desses conceitos permitiu o questionamento e a abertura para a relação com o *outro*, expressa pela referência à contradição dialética que faz com que o discurso represente as relações de reprodução-transformação, protagonizadas pelos sujeitos, nas formações sociais. Como consequência, as formações discursivas deixavam de ter limites, tornando-se heterogêneas.

Mas é na terceira fase da AD¹² que se desconstrói a noção de máquina discursiva estrutural, pela acentuação do primado da alteridade sobre o mesmo, com o aprofundamento do conceito de interdiscurso. Num primeiro momento, esse deslocamento causa questionamentos entre os analistas, a respeito, por exemplo, do objeto próprio para a análise de discurso ou do estatuto do sujeito da enunciação, o que suscita, para Pêcheux (1983a), a interrogação sobre como separar, no sujeito da enunciação, o registro funcional do “ego-eu”, enunciador estratégico que se apresenta como responsável pelo seu dizer, de uma posição do sujeito afetado pelo interdiscurso e, por consequência, desprovido de controle estratégico. Adquirem ênfase, também, as tentativas de diálogo da análise do discurso com outras áreas, notadamente a História, a Lingüística e a Psicanálise, ou de delimitação de sua especificidade. Algumas expressões, tidas como chave nas épocas anteriores, desapareceram, é o caso das “condições de produção” estáveis e homogêneas e da “formação discursiva” como uma máquina lógico-lingüística com autonomia para a

¹² Segundo Guilhaumou e Maldidier (1986), o momento inicial da terceira época da AD foi o texto *Remontémonos de Foucault a Spinoza*, apresentado por Pêcheux em um simpósio sobre os discursos políticos na Universidad Nacional Autónoma de México, em novembro de 1977, cuja publicação dos anais deu-se em 1980. Ainda de acordo com os autores, este texto marca uma retificação ao percurso teórico de Pêcheux. No entanto, nessa terceira fase da AD, novas formulações são introduzidas na teoria discursiva, não apenas por Pêcheux, mas, principalmente, a partir das contribuições de vários estudiosos que integravam o seu grupo de pesquisa. Outro ponto que não pode ser esquecido, também, é que o campo de estudos discursivos, na França, era marcado por polêmicas que expressavam as posições políticas dos pesquisadores, contribuindo para o avanço das reflexões.

análise. E, fundamentalmente, o deslocamento da análise de discursos institucionalizados para os ordinários, onde o sujeito é encontrado, via história, pelo trabalho de memória, pela *incessante retomada do já dito*, que coloca em circulação as heterogeneidades discursivas e permite, mais uma vez, constatar que o sentido não é estanque, ele *escapa sempre*.

O que predomina, nas análises dessa fase, segundo a ótica de Pêcheux (1983a), são pesquisas sobre os encadeamentos intradiscursivos, que permitem à análise de discurso “abordar o estudo da *construção* dos objetos discursivos e dos acontecimentos, e também dos “pontos de vista” e “lugares enunciativos no fio intradiscursivo” (id. *ibid.*: p. 316). O que se busca, a partir daí, na visão de Maingueneau (1987), é uma reflexão sobre a própria *identidade* discursiva. A terceira época, portanto, marcou uma mudança de rumo na AD.

O último texto de Michel Pêcheux, *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1983b) – dedicado à noção de **acontecimento** – coloca, uma vez mais, a análise do discurso sob o prisma de uma leitura interpretativa.

O conceito “acontecimento” foi enfocado como um fato novo, singular, imprevisível em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e reorganiza, uma novidade, enfim, que não exclui a opacidade, inscrita no jogo de alguns enunciados que remetem ao mesmo fato, mas que têm sentidos diversos. “O confronto discursivo prossegue através do acontecimento”. (Pêcheux, 1983b, p. 20). A contradição está sempre manifesta no interdiscurso. O confronto só se torna aparente via análise do intradiscurso.

Analisando o enunciado “*On a gagné*” - “ganhamos” -, expressão do acontecimento político que foi a vitória de F. Mitterrand, em maio de 1981, na eleição presidencial francesa, o autor tece um paralelo metafórico dessa frase entre o campo político e o campo esportivo. Tomado sob a ótica dos meios de comunicação, tal enunciado teria a *mesma univocidade lógica*. Sob o ângulo da AD, entretanto, sabe-se que esse enunciado é opaco: sua materialidade lingüística coloca-o em meio a uma série parafrástica de enunciados heterogêneos, desvendados no momento em que se colocarem questões referentes ao sujeito do verbo ou a seus complementos elididos, ou seja, questões simples como: quem ganhou? o quê, como e por quê? Nas palavras de Pêcheux (1983b):

“A partir do exemplo de um acontecimento (...), a questão teórica que colocou é, pois, a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (...) e formulações irremediavelmente equívocas” (Pêcheux, 1983b, p. 28).

Estava novamente em pauta a questão dos “gestos” de leitura como apreensão do real, abordado sob a perspectiva da diferença entre descrever e interpretar. O que se propõe é a interpretação de um outro tipo de real, “um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (Pêcheux, *ibid.*: p. 43) Os analistas de discurso reivindicavam novas práticas de leitura que cruzariam o que fosse dito aqui e agora com a memória histórico-discursiva do que foi dito em outro momento em outro lugar, a fim de “entender” a *presença de não ditos* (mas que poderiam ter sido) *no interior do que é dito*.

Junto a isso, uma nova preocupação: a de trazer como objeto de análise os discursos cotidianos, *registros do ordinário do sentido*, silenciados comumente. Descrevê-los e expô-los ao equívoco da língua, percebendo com isso que todo enunciado pode “tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (p.53). Os enunciados, descritos como estruturas lingüísticas, são igualmente *pontos de deriva* passíveis de interpretação. Nesse espaço entre a estabilização e a transformação do sentido, a AD deveria trabalhar.

Os analistas deveriam determinar, nas práticas de análise de discurso, os momentos de descrição e os de interpretação que remetem, o primeiro, à descrição da estrutura lingüística e, o segundo, à interpretação da *montagem discursiva*, em que o discurso-outro insiste em se mostrar. Tal análise colocaria o discurso, dialeticamente, tanto na ordem da estrutura quanto na do acontecimento .

No final do texto, Pêcheux critica a noção de formação discursiva que, como uma concepção estrutural, *idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento*, estaria voltada para a repetição, para a regularidade, apagando a possibilidade do acontecimento. Para esse “novo” Pêcheux, no entanto, o assujeitamento nunca pode ser total: *não há identificação plenamente bem sucedida*. Não há dominação sem resistência. Todo o discurso depende de *redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe*, conclui o autor; entretanto é pelo fato mesmo de existir que

ele tem a possibilidade de sinalizar para uma desconstrução e, ao mesmo tempo, para uma reconstrução dessas cadeias. “Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” (Id. *ibid.*: p. 56).

1.2.2 Discurso e Formação Discursiva

O conceito de formação discursiva, emprestado de Foucault, vem colocar, no interior do próprio discurso, a irreduzibilidade da dispersão e do heterogêneo. Para Foucault (1969), aquilo que define uma formação discursiva não é a *unidade* que apenas aparentemente existe entre enunciados, mas sim um *sistema de dispersão* que, de alguma forma, entretanto, torna possível detectar uma regularidade entre enunciados:

“Daí a idéia de descrever essas dispersões; de pesquisar se entre esses elementos (...) não se poderia detectar uma regularidade (...) Tal análise [de uma formação discursiva] (...) estudaria formas de repartição (...), descreveria sistemas de dispersão. No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. Chamaremos de *regras de formação* as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva” (Foucault, *ibid.*, p. 43-44).

Há um deslocamento, efetuado por Pêcheux em *Semântica e Discurso – Uma crítica à afirmação do óbvio* (1975), da noção de “bloco homogêneo” para o caráter dividido de toda formação discursiva, nunca idêntica a si mesma. Isso nos mostra que o conceito de formação discursiva aparece como elemento fundamental a partir da segunda fase da análise de discurso, elemento este que possibilita justamente a compreensão de que um discurso mostra-se sempre irreduzivelmente heterogêneo. Tal noção de formação discursiva questiona a tentativa de postulação de condições de produção homogêneas, as quais, por sua vez, construiriam objetos discursivos igualmente homogêneos. Assim, a concepção de Foucault deixa claro que a heterogeneidade (de objetos, de tipos de enunciação, de conceitos) está implícita

numa formação discursiva e, conseqüentemente, os discursos aí produzidos não podem ser senão elementos heterogêneos e contraditórios.

Pêcheux (1975, p. 160) apresenta, então, o conceito de formação discursiva em sua correspondência, ou seja, “*na sua dependência constitutiva*” com as formações ideológicas:

“(...) as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* (...) nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.)” (Pêcheux, 1975, p. 160).

Na materialidade lingüística, a evidência primeira é a do sujeito origem de si, que o leva a ser fonte de seu discurso, ocultando-se a interpelação pelo pré - construído; a outra evidência é a do sentido transparente, da linguagem como uma imagem transparente da realidade, mascarando-se aí o “*caráter material do sentido*”, dependendo de quem a emprega. As posições ideológicas são identificadas por formações ideológicas, materializadas pelas formações discursivas que determinam, em última instância, o sentido do dizer.

Pêcheux e Fuchs (1975, p. 177) explicitam a relação da formação discursiva com um exterior heterogêneo, isto é, com o interdiscurso, afirmando que “uma formação discursiva é constituída-margeada pelo que lhe é exterior, logo por *aquilo que aí é estritamente não-formulável, já que a determina*”.

Em *O discurso – estrutura ou acontecimento*, Pêcheux (1983b) questiona o uso da noção de formação discursiva na análise do discurso, que, segundo ele, muitas vezes derivou para a idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento voltada à repetição, idéia que condizia com a noção de máquina estrutural a impor uma sobre-interpretação antecipadora a um determinado corpus discursivo. Essa premissa, própria da primeira fase da análise do discurso e, em certa medida, também presente na segunda, foi abandonada na terceira fase, sobretudo pelo estabelecimento do caráter central do acontecimento em sua relação com a estrutura no interior de um espaço discursivo e da centralidade atribuída ao

interdiscurso como o já dito em outro lugar, anteriormente, e que constrói o sentido de uma seqüência discursiva.

No entanto, o conceito de formação discursiva é produtivo se definirmos uma formação discursiva a partir de seu interdiscurso, e não o contrário, uma vez que é o interdiscurso que aparece na base do processo de constituição dos sentidos, enquanto que as formas de agrupamento dos sentidos seriam as formações discursivas.

1.2.3 Do Discurso ao Interdiscurso

É na segunda fase da análise de discurso, a partir da incorporação do conceito de formação discursiva, que se torna possível formular a noção de interdiscurso, definido em Pêcheux (1983a, p. 314) como “‘o exterior específico’ de uma formação discursiva enquanto este irrompe nesta formação discursiva para constituí-la”.

Porém, na primeira fase da análise de discurso, Pêcheux já pressupunha a exterioridade do discurso como o atravessamento do “já ouvido” ou “já dito”, numa reflexão que prenunciava o conceito de pré-construído e de interdiscurso (cf. Pêcheux, 1969). O pré-construído foi elaborado por Pêcheux e Henry (cf. Pêcheux, 1975) para designar as formas sintáticas de encadeamento gramatical, tais como as orações relativas, que recuperam fragmentos de discursos anteriores cujo enunciador foi esquecido. O pré-construído é o traço, no nível sintático, dessas construções exteriores e pré-existentes ao enunciado, daí o efeito de evidência que ele causa (como já estando lá), em oposição ao que é construído no enunciado.

O interdiscurso é o domínio do dizível que constitui as formações discursivas. Ou seja, o que pode ser dito em cada formação discursiva depende daquilo que é ideologicamente formulável no espaço do interdiscurso. A ele se liga o pré-construído, segundo Pêcheux (1975, p. 162), no sentido de que “o efeito de encadeamento do pré-construído (...) [é] (...) determinad[o] materialmente na própria estrutura do interdiscurso.” Portanto, é no interdiscurso que se constitui o sentido, embora seja próprio de toda formação discursiva dissimular sua dependência do interdiscurso, como se os sentidos fossem sempre nascidos no momento da

enunciação. Porém, Pêcheux ressalta que o funcionamento do interdiscurso como instância que determina o sentido não implica a existência de um real além do exterior que é o interdiscurso. O interdiscurso é esse real (exterior). O interdiscurso liga os processos discursivos com a memória, sendo mesmo definido por Orlandi (1992, p. 89-90) como a memória do dizer. Retomando Pêcheux, a autora continua:

“O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e lingüisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciador. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso” (id. *ibid.*, p. 89-90).

Em relação ao interdiscurso, instância de constituição do sentido, conforme dito acima, pode-se definir o intradiscurso como “o ‘fio do discurso’ do sujeito: é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal ‘do exterior’” (Pêcheux, *op. cit.*: p. 167). É, pois, aquilo que é dito no acontecimento enunciativo e que, pelo efeito de interpelação do sujeito pela ideologia, aparece-lhe como o lugar de produção do sentido. Na verdade, esse “esquecimento” do sujeito é efeito do funcionamento do interdiscurso.

Entretanto, é importante frisar que o domínio do repetível não pode ser entendido como aquilo que condena o sujeito a apenas repetir o já-dito. Para entender a relação do sujeito com o interdiscurso, é necessário atentar para a advertência de Orlandi (*op. cit.*: p. 90): “é preciso entender essa relação do enunciável com o sujeito em sua duplicidade. O que despossui o sujeito é o que ao mesmo tempo torna seu dizer possível; é recorrendo ao já-dito que o sujeito ressignifica. E se significa”.

Com a definição de interdiscurso, esclarece-se o que foi dito acima sobre a formulação do conceito do primado da alteridade na análise de discurso, a partir de um certo momento. O primado da alteridade sobre o mesmo é o primado do interdiscurso sobre o discurso, dado pelo caráter histórico-material de constituição deste último.

O desenvolvimento de conceitos como o de **pré-construído**, **interdiscurso** e **formação discursiva** - os quais se tornaram fundamentais para a AD - foi

determinado pelo cerne da questão em torno do discurso: a constituição do sujeito e a constituição do sentido.

1.2.4 A Concepção de Sujeito

A análise do discurso refuta, desde o início, tanto a concepção formalista de sujeito, a qual propõe um sujeito universal porque “idêntico, em um certo nível, a uma “máquina lógica”, capaz de operações (de substituição, concatenação etc.) características da interpretação e composição de toda mensagem” (Henry, 1977, p. 118), quanto a concepção subjetivista, em cuja base está a identificação entre sujeito e indivíduo e na qual o sujeito é concebido como sendo consciente, intencional e senhor do seu discurso. É o próprio Pêcheux (1983a, p. 311) quem afirma que, desde a primeira fase da análise de discurso, se “produz uma recusa (...) de qualquer metalíngua universal supostamente inscrita no inatismo do espírito humano, e de toda suposição de um sujeito intencional como origem enunciativa de seu discurso”.

À concepção idealista de uma língua sem sujeito, esvaziada de todo “ser”, que a tornaria logicamente perfeita, concepção essa apoiada no mito empírico-subjetivista, que acredita poder passar, por meio de um apagamento progressivo, do sujeito concreto individual ao sujeito universal, “situado em toda parte e em lugar nenhum, e que pensa por meio de conceitos” (Pêcheux, 1975, p. 127), Michel Pêcheux opõe uma teoria materialista de sujeito, que, primeiramente, define ideologias não como idéias mas como forças materiais e, em segundo lugar, as concebe não como tendo origem nos sujeitos, e sim como constituindo os indivíduos em sujeitos (cf. id. *ibid.*).

Como já afirmamos anteriormente, a AAD-69, embora já apresentasse uma concepção materialista de sujeito, partia da premissa de que as condições de produção dos discursos eram homogêneas, não permitindo que se pensasse o sujeito dialogicamente construído por outros discursos (o lugar do outro).

É com base na interpelação ideológica, ligada ao inconsciente freudiano, que é formulada a teoria dos esquecimentos, “ilusão necessária” que constrói a unidade subjetiva. Esse sujeito, portanto, que não é a origem de seu discurso, é afetado por

dois esquecimentos. Postulados por Pêcheux e denominados esquecimentos nº 1 e nº 2, eles estão ligados respectivamente ao interdiscurso e à enunciação e têm, portanto, naturezas distintas. Pêcheux (1975) lança mão da terminologia freudiana¹³ para explicar que o “esquecimento nº 1” é de natureza inconsciente, enquanto o “esquecimento nº 2” funciona na zona do pré-consciente-consciente. Essa distinção indica que o sujeito pode penetrar na zona do esquecimento nº 2 de modo consciente (por exemplo, ao se voltar para o seu próprio discurso com o propósito de corrigi-lo, explicitá-lo, reformulá-lo ou aprofundá-lo, sempre em função de um interlocutor, ou melhor, da imagem que ele, sujeito, faz do seu interlocutor), ao passo que seu acesso à zona do esquecimento nº 1 lhe é constitutivamente negado. Essa é a esfera do interdiscurso, na qual se dá a interpelação-assujeitamento do sujeito pela ideologia. Deste modo, pode-se dizer que o autor refere-se ao **esquecimento nº 1**, como um processo inconsciente e ideológico, em que o sujeito tem a ilusão de ser o criador primeiro de seu discurso, “apagando” ou “recalcando” todo o exterior à sua FD; e ao **esquecimento nº 2**, quando o sujeito imagina ter o domínio do sentido do que diz, ou seja, o seu discurso é a expressão transparente da realidade. O sujeito “esquece” que tudo o que diz, bem como o seu sentido vêm da formação discursiva à qual se filia.

No campo da ciência da linguagem, a posição defendida pela AD é a da língua como a base material dos processos discursivos, ou o lugar da materialidade dos efeitos de sentido, sendo que tanto os mecanismos sintáticos como os enunciativos fazem parte da materialidade lingüística. No entanto, os efeitos de sentido não se originam de um sujeito centrado e intencional, que se apropria da língua e a coloca em funcionamento, por meio de um ato individual, conforme a teoria da enunciação de Benveniste (1974). Pêcheux e Fuchs (1975) propõem uma teoria não subjetiva da enunciação, em que o sentido é construído fora do sujeito, em processos que lhe são exteriores e que abarcam os dois esquecimentos, bem como o **interdiscurso**, conceituado como o *exterior específico de um processo discursivo determinado*.

¹³ A teoria dos esquecimentos – postulada por Pêcheux e que teve origem na psicanálise de Freud – foi, de certo modo, abandonada pela AD, porém o interdiscurso tornou-se um conceito fundamental.

O traço que define a função-sujeito é a ilusão constitutiva de ser a origem do que diz pelo mascaramento ideológico de que seu discurso sempre remete a um Outro. Esse é o efeito ideológico elementar: o modo pelo qual o indivíduo é constituído na posição de sujeito não lhe é acessível. Segundo Orlandi (1996, p. 49), o “sujeito que se define como “posição” é um sujeito que se produz entre diferentes discursos, numa relação regrada com a memória do dizer (o interdiscurso), definindo-se em função de uma formação discursiva na relação com as demais.” Aí se distingue um espaço exterior ao discurso e ao sujeito, que é da ordem do essencialmente não-formulável, de um “espaço subjetivo da enunciação”, por onde o sujeito falante circula e promove “deslocamentos no interior do formulável” (Pêcheux e Fuchs, 1975, p. 178).

O atravessamento da psicanálise no campo epistemológico da AD foi um meio encontrado por Pêcheux (1975) para tentar solucionar a questão entre a constituição do sujeito/sentido. Ao aproximar os conceitos de ideologia (Marx, via Althusser) e inconsciente (Freud, via Lacan), o autor buscou apreender, nessa articulação, o sujeito do discurso: um sujeito que não é o centro e tampouco a origem de seu discurso, já que interpelado.

O conceito foucaultiano de **formação discursiva** (FD), como *a regularidade de uma prática*, em que o sujeito do discurso é apresentado como uma *função vazia*¹⁴, ou seja, uma posição ocupada por qualquer indivíduo no momento em que formula o seu enunciado, foi deslocado para a teoria do discurso e retomado por Pêcheux que, com base nele, desenvolve a noção de **forma-sujeito**¹⁵.

O indivíduo, ao inscrever-se em uma formação discursiva, passa a ser constituído como sujeito ou, em outras palavras, é a FD que interpela o sujeito. O funcionamento imaginário do sujeito é explicado pela forma-sujeito, *estrutura discursiva* que designa a forma de sujeição que um indivíduo assume ao realizar a *incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso*. Fundamenta-se, assim,

¹⁴ Foucault explica que o sujeito não é a origem ou a causa do enunciado, mas sim um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes (...) e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos. (Foucault, 1969: 107/9)

¹⁵ O termo foi tomado emprestado de Althusser (1970), que o relaciona à existência histórica de relações sociais contraditórias, determinantes do assujeitamento do indivíduo que somente passará a agente das práticas sociais, a partir de sua identificação a uma forma-sujeito.

a unidade imaginária do sujeito e seu reconhecimento/identidade com outros sujeitos. Ao produzir seu discurso, o sujeito absorve elementos de outros discursos, produzidos por outros sujeitos; no entanto, essa determinação é apagada, gerando o processo imaginário que o leva a crer que o seu discurso lhe pertence. Na verdade, formula Pêcheux, o *lugar vazio* é ocupado pelo *sujeito universal* com o qual o enunciador identifica-se no interior de uma FD determinada.

Esse *sujeito universal* é aproximado, pelo autor, ao *Sujeito* interpelador de Althusser e ao *Outro* de Lacan (tomado da formulação: *o inconsciente é o discurso do Outro*), ligando materialmente na linguagem o *recalque inconsciente* e o *assujeitamento ideológico*. Ou, ao que ele mesmo designa de “processo do Significante na interpelação e na identificação” (Pêcheux, 1975, p. 133-134).

Constata-se, assim, que a definição da noção de interdiscurso e, por via de consequência, do primado da alteridade é essencial para o aprofundamento do conceito de sujeito na análise do discurso.

Contudo, o assujeitamento a uma estrutura sobredeterminante, nas primeiras fases, resulta num conceito de sujeito como efeito-sujeito, perspectiva que será corrigida na última fase da análise do discurso por Pêcheux, em função do enfoque sobre o entrecruzamento entre estrutura e acontecimento¹⁶.

Assinalam Orlandi e Guimarães (1988) que o sujeito da análise do discurso é um sujeito caracterizado pela divisão e dispersão, uma vez que é produzido na relação com o interdiscurso, mas que se apresenta com a aparência (ilusão) de unidade, precisamente porque nele opera o esquecimento nº 1.

Em 1978, Pêcheux faz uma autocrítica e retifica o que escrevera em *Semântica e Discurso*, publicando o texto *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*¹⁷, em que ele aborda as falhas na interpelação da ideologia dominante, por meio de contradições estabelecidas por

¹⁶ Em 1975, Pêcheux afirmara que o sujeito é produzido por pontos de estabilização, que são as formas sócio-históricas dos domínios de pensamento. A ênfase posterior (Pêcheux, 1983b) estaria justamente no questionamento da possibilidade de as estruturas assujeitarem o sujeito de modo irremediável, fixando-o, poderíamos dizer, em pontos de estabilização discursiva, num processo de apagamento do acontecimento. É no deslocamento efetuado por Pêcheux nesse seu último texto que a ruptura com a forma-sujeito como puro efeito ideológico torna-se explícita.

¹⁷ *Il n'y a de cause que de ce qui cloche* é o título original do referido texto que, no Brasil, foi publicado, em anexo, no livro *Semântica e Discurso* de 1988.

lapsos, atos falhos, equívocos, enfim, o *non-sense* que inscreve os traços de resistência e revolta, e por onde sobressai o discurso-outro.

Sua reflexão crítica partiu da explanação sobre o que ele denominou *Tríplice Aliança* teórica, ou seja, o campo de pesquisas envolvendo a Linguística, o marxismo e a psicanálise sob os nomes de Saussure, Althusser e Lacan, bem como de suas divergências no cenário político francês. Tais divergências seriam *uma única e mesma contradição política, operando no elemento filosófico*, levando-o a *intervir filosoficamente e a tomar partido*, ajustando seu pensamento às críticas recebidas sobre *Semântica e Discurso*. As mais contundentes foram as relativas à questão da interpelação e da forma-sujeito.

Contra o *retorno idealista de um primado da teoria sobre a prática*, Pêcheux (1978) afirma seu inconformismo com o assujeitamento ideológico total e, recorrendo à expressão lacaniana que dá título ao artigo, diz:

“o que falta é essa causa, na medida em que ela se “manifesta” incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais “apagados” ou “esquecidos”, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/*non sens* do sujeito dividido. (...) Continua, pois, bastante verdadeiro o fato de que “o sentido” é produzido no “*non-sens*” pelo deslizamento sem origem do significante, de onde a instauração do primado da metáfora sobre o sentido, mas é indispensável acrescentar imediatamente que *esse deslizamento não desaparece sem deixar traços* no sujeito-ego da “forma-sujeito” ideológica, identificada com a evidência de um sentido” (Pêcheux, 1978, p. 300).

Esse *non sens*, então, produziria um sentido pelo *deslizamento do significante*, um efeito de algum outro sentido, identificado à resistência e à revolta, indicando uma falha na interpelação e na reprodução. O processo discursivo possibilita ao sujeito escapar, deslizando por sua própria cadeia significante que não coincide (sempre) com o que ele diz.

O autor, a partir disso, recupera Foucault¹⁸, comparando o assujeitamento ideológico e “o processo de individualização-normatização no qual diferentes formas de violência do Estado assujeitam os corpos e asseguram materialmente a submissão dos dominados” (Pêcheux, *ibid.*: p. 302). Faz, entretanto, uma ressalva

¹⁸ Foucault via *Surveiller et punir* (1975), traduzido como *Vigiar e punir* e publicado no Brasil pela Editora Vozes em 1977.

no tocante à dificuldade de Foucault imaginar uma possibilidade de revolta, o que o impede, de lidar com a categoria da *contradição*.

No final do artigo, Pêcheux inscreve o sujeito nas práticas de resistência ao declarar que não há dominação sem resistência, sendo necessário “ousar se revoltar”; tampouco pensar do lugar de alguém. É preciso “ousar...pensar por si mesmo”.

Todas essas discussões e referências em relação à AD irão, a partir de então, esboçar o tema da *heterogeneidade*.

1.2.5 Heterogeneidade Discursiva

A reflexão teórica de questões como a ligação sujeito-produção de sentido, sua conseqüente relação com a leitura, em uma perspectiva de interpretação, juntamente com a retomada da questão da enunciação, parece ter levado a AD a firmar suas bases teóricas. “A enunciação reapareceria sob a categoria da **contradição** que seria designada, de forma mais descritiva, de **heterogeneidade** e, sob uma outra categoria, a do **acontecimento**” (Guilhaumou e Malidier, 1986a, p. 64). A formulação da língua como a base material sobre a qual se desenvolvem os processos discursivos que na terceira época é reformulada, passando a constituir os dois momentos sucessivos de descrição da estrutura lingüística e de interpretação da montagem discursiva, aprofundou a relação entre a teoria do discurso e a Lingüística.

Além de Pêcheux, muitos outros pesquisadores tiveram importância elevada e marcaram, com seus estudos, as mudanças ocorridas na disciplina. Não é pertinente neste trabalho percorrer o caminho feito por esses autores e agregar, neste momento, as suas contribuições e propostas. No entanto tomaremos como referência a contribuição de J. Authier-Revuz sobre abordagem da presença da alteridade no discurso do sujeito, a qual, trabalhando no campo da semântica e da enunciação, evidenciou as rupturas apreensíveis na superfície material do discurso, decorrentes das marcas deixadas ali por outros discursos, produzidos anteriormente.

Authier-Revuz (1990), tendo como referência os estudos sobre dialogismo de Mikhail Bakhtin e a psicanálise lacaniana, defende a existência de formas marcadas

de heterogeneidade, explícitas ou implícitas, que irrompem no processo enunciativo, comprometendo e posicionando o dizer do falante. Os exemplos multiplicam-se: o discurso relatado – discurso direto e indireto –; a *conotação autonímica*, termo usado para definir a utilização das palavras de outro por meio de aspas, ou grifos, sem contudo descontinuar o “fio” discursivo; os vários tipos de glosas metaenunciativas e de metalinguagem; como também as várias possibilidades da presença diluída do *outro no discurso*, o discurso indireto livre, as ironias, metáforas e metonímias etc.

Às formas de alteridade, descritas lingüisticamente na seqüência material do discurso, a autora denomina de *heterogeneidade mostrada*. Já a *heterogeneidade constitutiva* indica a representação não explicitada, em um discurso, de sua relação constitutiva com outros discursos anteriores, fato esse nunca considerado pelos estudos lingüísticos tradicionais.

As formas, marcadas explicitamente ou não, são mostradas no fio linear do discurso como sinais da própria natureza dialógica da linguagem, de sua própria heterogeneidade constitutiva. Assim, a subdivisão da heterogeneidade enunciativa segundo a autora, é a seguinte:

a) Heterogeneidade mostrada: refere-se a manifestações explícitas, marcadas ou não-marcadas, que são recuperáveis ao longo da enunciação, denunciando a presença de um discurso outro (o outro se inscreve na cadeia discursiva). Segundo Authier-Revuz, a heterogeneidade não-marcada pertence à ordem do processo real de constituição do discurso, pois não é representável, não é localizável e constitui o *Outro do discurso* – onde estão em jogo o interdiscurso e o inconsciente. Para Maingueneau, “as formas não-marcadas são identificáveis sobre a base de índices textuais diversos ou graças à cultura do co-enunciador (discurso indireto livre, alusões, ironia, pastiche...)” (Maingueneau, 2000, p. 78). Não são, portanto, marcas lingüísticas explícitas, tais como as que aparecem na forma marcada. Nesta forma, trata-se de marcas presentes sob as formas de aspas, de glosas, do metadiscurso, da parafrasagem, do discurso direto ou indireto, de travessões, ou seja, o discurso alheio se mostra, é marcado, indicando a não-coincidência do discurso com ele mesmo.

Desse modo, a heterogeneidade mostrada aponta para a presença evidente do **outro**. Um outro que pode vir marcado lingüisticamente ou ainda para a presença do outro diluída completamente no discurso.

b) Heterogeneidade constitutiva: a heterogeneidade constitutiva (ou não-marcada) é aquela que não se mostra no fio do discurso; o outro está inscrito no discurso, mas sua presença não é explicitamente demarcada na superfície (por exemplo, discurso indireto livre, imitação, entre outros). É constitutiva uma vez que remete aos aspectos fundamentais da formação de um discurso, sendo este constituído por outros discursos que são apropriados pelo enunciador e aparecem no discurso através da memória discursiva. A este aparecimento deu-se o nome de interdiscurso. Para sedimentar suas idéias, Authier-Revuz apropria-se do conceito de dialogia de Bakhtin no qual todo discurso é construído a partir do discurso do outro, sendo a fala necessariamente atravessada pela fala do outro. Dessa maneira, Maingueneau (2000, p. 79) argumenta que “o discurso é não apenas um espaço onde vem se introduzir o discurso do outro, ele é *constituído* através de um debate com a alteridade, independentemente de toda marca visível de citação, alusão etc”. A heterogeneidade constitutiva é apreendida pela memória discursiva de uma dada formação social e é através da apreensão dos diferentes discursos que circulam numa dada formação social (classes, subclasses, grupos divergentes, pontos de vista diferentes etc.) que se pode ver as relações polêmicas entre os discursos (constituído por diversas formações discursivas).

Portanto, conceber a heterogeneidade discursiva como a presença de um ou mais textos em outro, seja por intermédio da alusão, paródia, citação etc., implica fazer um movimento de leitura não linear, retomando os contextos anteriores que determinado intertexto ou palavra integrou. Assim, buscam-se os possíveis significados, as vozes, os sujeitos de outras enunciações que, no texto centralizador, podem estar com novos sentidos.

Como a Lingüística nunca tocou no problema, a autora apoiou suas investigações sobre a heterogeneidade constitutiva em duas abordagens exteriores, quais sejam, o dialogismo bakhtiniano e a psicanálise lacaniana. A concepção de um sujeito uno é questionada em Bakhtin pela necessidade da interação dialógica entre os indivíduos. O dialogismo é um princípio de constituição tanto do ser humano

como da linguagem. No discurso, o reflexo disso dá-se através das palavras empregadas, que são sempre *habitadas* por outros discursos, em relação aos quais o locutor posiciona-se conscientemente ou não.

Em alguns momentos, Authier-Revuz aproxima a teoria da produção do sentido de Bakhtin à de Pêcheux, principalmente à obra de 1975. A teoria psicanalítica apresenta o sujeito como dividido e descentrado pelo inconsciente, mas sempre procurando escamotear essa divisão. Os sonhos, atos falhos, lapsos, esquecimentos, e outros, seriam sintomas de manifestação do inconsciente, resgatáveis pela escuta analítica. O trabalho psicanalítico seria o de deslocar o discurso de sua cadeia significante normal para nele escutar outras vozes, outros discursos. A escuta analítica pontua no discurso explícito o que ignoramos do nosso próprio discurso interior. O que expressamos na cadeia lingüística linear pode significar outra coisa, pode haver outras palavras sob aquelas que dizemos.

Assim, segundo a autora, o sujeito só poderia ser tomado, então, como uma “representação”, um **efeito de linguagem**, não reconhecendo os outros discursos que o constituem tampouco o fato de não ser a fonte do que diz.

Na opinião de Authier-Revuz, o lingüista deveria reconhecer, na ordem do discurso, a forma ilusória pela qual o sujeito representa-se como centro de sua enunciação. É o que ela faz, relacionando a heterogeneidade mostrada **no** discurso e a heterogeneidade constitutiva **do** discurso e afirmando que, pela ilusão da unidade, o sujeito denega a heterogeneidade constitutiva de seu discurso, marcando na linearidade da seqüência significante um lugar limitado para o discurso-outro.

A análise do discurso vai procurar resgatar a heterogeneidade constitutiva do discurso, através da materialidade discursiva representada, no interdiscurso, pelo pré-construído, ou seja, a partir do discurso do outro, o “exterior constitutivo”, o “já-dito” sobre o qual qualquer discurso se constrói.

O discurso, nesse sentido, não opera sobre a realidade das coisas, mas sobre outros discursos, sem no entanto, diminuir a importância da relação texto-contexto, pois para Mikhail Bakhtin, toda fala é situada tanto por um contexto imediato quanto por uma situação social mais ampla. Daí a afirmação de Authier-Revuz de que todos os discursos são “atravessados”, “ocupados”, “habitados” pelo discurso do outro, daí serem fundamentalmente, constitutivamente heterogêneos. Sob a palavra, há outras

palavras. A palavra do outro é condição de constituição de qualquer discurso (Authier-Revuz, 1990; Maingueneau, 1987).

Em síntese, a tese fundamental sustentada por Authier-Revuz é a de que o discurso nunca é homogêneo, uma vez que mistura vários tipos de seqüências, passando de um plano marcado a um não-marcado, deixando transparecer a subjetividade do enunciador. Isto quer dizer que o enunciador se entrega em sua própria enunciação.

1.3 BAKHTIN E ANÁLISE DO DISCURSO: APROXIMANDO OS CONCEITOS

Nesta parte, realizaremos uma síntese dos conceitos e pressupostos teóricos que embasam este estudo – expostos anteriormente – a fim de constituírem um instrumental teórico que expresse nossa posição a respeito das questões que envolvem o discurso, formando, então, os fundamentos para a nossa análise. Registraremos os momentos de convergência entre a AD e os conceitos de Mikhail Bakhtin.

Inicialmente gostaríamos de explicitar que a psicanálise não atravessará nosso trabalho. Não percorreremos seu caminho. Citações de origem psicanalítica são pontuadas em razão de referência a outros autores (principalmente Authier-Revuz que embasa sua teoria da heterogeneidade em Lacan). Apesar de nos apoiarmos em Authier-Revuz, assumimos os conceitos sobre o dialogismo a partir de Mikhail Bakhtin, ou seja, o “outro” no discurso não aquele do inconsciente, mas do diálogo com outrem. Não abordamos o sujeito e seu discurso como produtos da relação com o inconsciente, mas como elementos da interação social, uma vez que a linguagem é uma prática social e interativa de expressão.

A língua fornece a base material de construção dos discursos e este, por sua vez, deve ser considerado como um processo social e histórico de produção da linguagem. Conforme foi sustentado por Pêcheux (1983b), e assumimos, o discurso é um ponto de entrecruzamento entre a linguagem e a história.

Assumimos também o discurso como uma experiência de relação social entre indivíduos, portanto coletiva, e que provoca efeitos de sentidos, produzidos pelas diferentes posições ou pontos de vista assumidos pelos interlocutores. A

conseqüência é a heterogeneidade, uma vez que sobre o discurso incidem determinações sócio-culturais ligadas à história. A experiência dialógica – pela linguagem – constitui os sujeitos e seus sentidos e deixa marcas desse processo no discurso. As marcas, no entanto, não são evidências empíricas, mas leves sinais, vestígios que permitem surpreender essa característica essencial da linguagem que é o “jogo”, embate de sentidos que faz um enunciado significar indiretamente a ambivalência semântica. Sujeito e sentido são construídos na experiência discursiva. Essa construção “atravessa a superfície do discurso **enunciado** e engendra na **enunciação** - novo estrato aberto na análise da linguagem – um certo sentido com um certo sujeito” (Kristeva, 1969, p. 316).

Nessa perspectiva de articulação entre enunciação/enunciado, a enunciação será enfocada como o acontecimento do encontro e interação com a palavra do outro. Acontecimento situado social e historicamente e que produz enunciados¹⁹. Do discurso, recortaremos os enunciados. São formas discursivas, através das quais conseguimos apreender os indícios, deixados pela enunciação, que englobam os sujeitos, suas posições e seus deslocamentos e as circunstâncias de ocorrência. O enunciado é a unidade de análise do discurso. Para a sua interpretação, além dos elementos lingüísticos, será levada em conta a relação com o contexto de produção.

Nossa visão do sujeito, produtor de enunciados, é a de um sujeito fragmentado, contraditório e plural, pela própria constituição dual do ser humano. É um sujeito que utiliza sua experiência cotidiana não só para reproduzir as suas condições de existência, mas também como fator de resistência, marcando essa posição na sua produção discursiva. Um ser dialético, um sujeito ator, histórico e não-natural, pois, em tensão com a realidade, nega-se a deixar certas coisas seguirem seu curso ao acaso, permanecendo sempre iguais, como nega-se também a reproduzir um conhecimento espontâneo e imediato que sirva somente para formar a alienação e o senso comum. Um sujeito não conformado, mas que ao contrário, interfere no rumo das coisas para transformá-las.

¹⁹ Várias outras correntes, além das ligadas à AD ou a Bakhtin, argumentam a favor da enunciação como um acontecimento único e irrepetível. Elas seguem a orientação, como por exemplo de Foucault (1969) e Benveniste (1974).

Recapitulando brevemente os conceitos abordados anteriormente, concordamos com Pêcheux (1983a, p. 313) e com a AD que assumiu enfaticamente a contradição: “a existência do **outro** está pois subordinada ao primado do **mesmo**”, o que leva o enunciado a ser constitutivamente freqüentado por seu outro, possibilitando que o heterogêneo se mostre, uma vez que a contradição constitui o discurso. Concordamos também, no nível do interdiscurso, com o postulado de que o enunciado apresenta uma divisão dialética interna, resultante de efeitos interdiscursivos e que o leva a uma dualidade de sentidos: o que não está marcado, explicitamente, na superfície intradiscursiva, continua presente, deixando vestígios, significando, por ser o *outro* lado.

A tensão dialética é uma das características principais do signo lingüístico também para Bakhtin. Nele habitam, concomitantemente, traços de valor contraditórios que produzem sentidos diversos, mesmo antagônicos por refletirem não passivamente, mas de maneira polêmica, o sujeito e seu horizonte social. Ao produzir um enunciado, o sujeito posiciona-se em relação a **já-ditos-outros** que, pela via da história, têm uma continuidade semântica.

Mesmo que a seqüência linear do enunciado seja a mesma, tendo em vista que é um outro momento da história, o enunciado significará diferente: “a língua significa porque a história intervém, o que resulta em pensar que o sentido é uma relação determinada do sujeito com a história” (Orlandi, 1996, p. 46).

Nesse sentido, o discurso não é uma coerência homogênea, pois o tecido interdiscursivo é historicamente não-homogêneo. A história intervém para possibilitar sentidos diversos, partindo de linearidades aparentes. É essa contradição que institui a alternância ou a simultaneidade de sentidos opostos pois, marcando a presença do “outro”, que é plural, funda a diferença.

Tomaremos da AD o conceito de interdiscurso e tentaremos um cruzamento com a teoria de Bakhtin no que diz respeito às vozes que perpassam e tensionam dialeticamente o nosso discurso. Ambos os elementos são da ordem da memória, portanto da história. Por interdiscurso, entendemos a memória discursiva do dizer, expressa no tecido sócio-histórico de traços discursivos exteriores e anteriores à seqüência material enunciada. Concordamos com Maingueneau (1987, p. 115), que essa “memória não psicológica é presumida pelo enunciado enquanto inscrito na-

história”, sendo constituída de seqüências que “repetem, recusam e transformam” outras seqüências, estabelecendo com elas uma relação polêmica. Dessa relação resultam os efeitos de sentido, constituídos na relação entre os discursos.

A alteridade é um fenômeno constitutivo de toda a linguagem, pois o é também do ser humano. Conforme Bakhtin (1963) o homem não possui território interior soberano, ele está inteiramente e sempre sobre uma fronteira; olhando o interior de si, ele olha nos olhos do outro ou através deles. O homem também não pode dispensar o outro, uma vez que não pode tornar-se ele mesmo sem o outro, nem encontrar-se nele, sem antes encontrá-lo em si mesmo.

A identidade é, portanto, um movimento de reconhecimento em direção ao outro. Em sintonia com Bakhtin, Maingueneau (1984) e Marandin (1993) já aproximavam o interdiscurso das vozes dialógicas, considerando o primado de seu estudo dentro da AD. Seus estudos pregam a definição da presença de discursos no interior do enunciado, via abordagem do inter e do intradiscurso. O exterior constitutivo do interdiscurso tece todos os discursos, que são, assim, sempre habitados, ocupados pelas palavras dos outros. Reconhecer esse exterior é dar uma identidade para o discurso.

Relembramos Bakhtin/Volochinov (1929), quando, décadas antes, já afirmara serem as formas sintáticas as mais aproximadas das formas concretas da enunciação. O elemento concreto do interdiscurso que proporcionaria a ancoragem lingüística, unindo sintaxe e semântica, seria o *pré-construído* que, na opinião de Marandin (ibid.), é essencialmente dialógico.

Como já foi exposto anteriormente, o *pré-construído* é um efeito discursivo de memória, não identificável claramente na superfície do enunciado (intradiscurso), que remete a traços opacos de outros discursos inscritos no discurso presente e que reproduz um conhecimento fixo, comum, sempre atual e reconhecido por todos.

Relacionando com Bakhtin (1926), vemos no *pré-construído* ecos de avaliações culturais que ressoam, difundindo condutas, já que a cultura é composta de discursos que expressam a memória coletiva. Nesse sentido, o *pré-construído* não precisa sequer ser explicitado, sendo remetido ao pensamento de um sujeito universal, uma voz social homogeneizante que assume, organiza e difunde o consenso. Enfim, o *pré-construído* é formado por representações culturais que

expressam o homogêneo, o senso comum que seria um elemento coletivo, ligado ao imaginário social, que apaga qualquer traço de individualidade.

Essa mesma idéia é manifestada por Bakhtin (1979), ao apontar que, no discurso cotidiano, os sentidos arraigados podem ser transfigurados pela intervenção da experiência histórica dos sujeitos. Este também é o pensamento de Pêcheux (1983b) ao descrever os discursos do cotidiano como passíveis de transformação semântica, podendo tornar-se outros, diversos de si.

Podemos, então, verificar a importância de um horizonte de memória como elemento histórico-cultural tanto para Bakhtin como para a AD. Por intermédio desse horizonte, resgata-se para a análise os traços de processos discursivos, em que a língua e a história tecem o seu jogo para construir um sentido fixo àquele momento específico, mas que sempre pode se transformar em outro pela intervenção de outros processos discursivos de outros momentos históricos.

Nosso trabalho de análise no nível da heterogeneidade discursiva procura mostrar como essa aparente homogeneidade lingüística linear é rompida pelo acontecimento discursivo e pelos discursos outros, subvertendo os sentidos aparentemente presentes.

O interdiscurso, esse não dito que significa a presença de discursos-outros, deixa seus sinais materialmente, via pré-construído, no interior de nosso dizer. Esse discurso-outro sempre atravessa o nosso discurso e é a base do que Authier-Revuz (1990) nomeia de *heterogeneidade constitutiva*. Em sua opinião, apoiada em Bakhtin, a palavra do outro está presente em nosso discurso. O que apareceria na superfície do enunciado seria uma “negociação” lingüística do sujeito falante com o exterior que constitui o seu discurso. É importante atentar para o fato de que essa exterioridade integra tanto o sujeito como o seu discurso.

A alteridade, para Bakhtin, é um processo dialógico, cujo elemento comum entre os parceiros é o discurso. O retorno do outro²⁰ é marcado de diferentes maneiras no discurso do sujeito pelo que Authier-Revuz (1990) convencionou chamar de *heterogeneidade mostrada* e *heterogeneidade constitutiva*, que não se reduzem uma à outra, porém são articuláveis:

²⁰ Authier-Revuz utiliza “outro” e “Outro” (o da psicanálise). Estamos assumindo, como já dissemos, somente o primeiro.

“Heterogeneidade constitutiva do discurso e heterogeneidade mostrada no discurso representam duas ordens de realidade diferentes: a dos processos reais de constituição de um discurso e a dos processos não menos reais, de representação, em um discurso, de sua constituição. (...) Face a “isso fala” da heterogeneidade constitutiva responde-se através dos “como diz o outro” e “se eu posso dizer” da heterogeneidade mostrada” (Authier-Revuz, 1990, p. 32).

Bem próxima da AD, no que tange ao domínio do interdiscurso, a autora enfatiza que os “pontos de heterogeneidade” observáveis em um discurso revelam os discursos fundadores, além de serem uma forma de representar a enunciação.

Em Bakhtin (1963) a idéia de discurso é manifesta como um concerto de incessante produção de efeitos de sentido. O sentido é distribuído entre diversas vozes, em uma relação dialógica entre os diversos enunciados já produzidos sobre um mesmo tema. Resulta desse movimento a possibilidade da pluralidade de sentidos. A linguagem é incompleta no sentido de que tudo não se diz, mas o que não se diz continua presente, significando possibilidades. É essa a interpretação de Bakhtin para o *continuum* infinito de sentidos inesgotáveis que, esquecidos, podem ser capturados pela memória histórica e discursiva e renovados em novos contextos. Portanto, a procura por uma alteridade constitutiva - dialógica, interdiscursiva ou heterogênea - do sujeito e do discurso parece-nos ser um ponto de contato entre Mikhail Bakhtin e a AD e que procuramos trazer para o nosso trabalho.

2 OS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E A CRÔNICA NO CONTEXTO JORNALÍSTICO

O primeiro capítulo deste trabalho foi destinado à fundamentação teórica, no qual o objetivo maior foi a aproximação dos campos da análise do discurso francesa e da teoria da enunciação de Mikhail Bakhtin, procurando, no entanto, não perder de vista suas especificidades e a coerência desse estudo.

Neste, o objetivo é estabelecer os procedimentos metodológicos que embasarão a análise do *corpus*: num primeiro momento abordaremos algumas questões acerca do gênero/tipo de texto que será objeto de análise deste trabalho (crônica); em seguida, iremos retomar algumas considerações sobre a natureza do discurso no que tange principalmente à heterogeneidade discursiva; então, e finalmente, com base no desenvolvimento teórico e metodológico apresentado, procederemos à análise das crônicas de *O presidente que sabia javanês*.

O objeto de análise deste trabalho é o discurso, concebido como um objeto lingüístico-semântico, social e histórico. Por ser de natureza sócio-histórica, ele tem uma estrutura complexa e, o que é fundamental, mutável. Assim, este estudo não pretende esgotar as discussões, chegar a conclusões definitivas, pois a característica mais acentuada deste objeto de estudo é sua incompletude.

A Análise do Discurso realiza-se com base em “recortes” que se constituem em fragmentos correlacionados com a situação discursiva através da manutenção do relacionamento entre representações textuais e as suas condições de produção. Considera-se que *corpus* significa um recorte de dados, determinados pelas condições de produção, conforme um certo objetivo e os princípios teórico-metodológicos que possibilitarão uma possível leitura, orientando a análise. O recorte de dados feito, como já foi mencionado, tem como base as crônicas de *O presidente que sabia javanês*, de Carlos Heitor Cony, publicadas inicialmente na Folha de S. Paulo, no período de 1994 a 2000, enfocando a política brasileira e tendo como personagem principal o presidente da república, Fernando Henrique Cardoso. São 133 crônicas selecionadas para o livro e dispostas cronologicamente em 7 grandes temas: 1994 – Um plano e um candidato; 1995 – Primeiro reinado; 1996 – Velhas palavras; 1997 – Tudo pela reeleição; 1998 – O servo do poder; 1999

– Cinzas de Vila Rica; 2000 – Nosso homem em Brasília. A análise das crônicas – e/ou trechos delas – visa a estabelecer as relações entre as condições de produção do discurso e seus processos de constituição que permitiram que o texto fosse produzido e gerasse determinados efeitos de sentido e não outros.

Do discurso, serão recortadas as seqüências discursivas ou enunciados²¹, que serão a unidade de análise, ou, como afirmou Mikhail Bakhtin (1929), *a unidade efetiva da interação verbal*. Os enunciados são elementos heterogêneos que identificam as posições de quem os produz. Assim, partindo desses pressupostos que envolvem os enunciados e o discurso como um *continuum* sócio-histórico, e a partir das considerações teóricas abordadas nesse trabalho que, acima de tudo não esgotam as questões sobre o discurso, serão, fundamentalmente, abordados na análise discursiva das crônicas: a heterogeneidade e a dialogização.

2.1 DISPOSITIVO DE ANÁLISE

A fim de efetivar a análise das seqüências discursivas no âmbito do interdiscurso serão articuladas a *memória discursiva do dizer* (pré-construído) da AD e a *memória histórico-social* bakhtiniana, uma vez que, de natureza polifônica e coletiva, essa memória desempenha um papel fundamental na construção da identidade, da história e dos sentidos. Nesse sentido, a alteridade constitui o discurso, pois este se constrói em sua relação dialógica ativa com outros discursos.

Convém não esquecer a importância de dois fatores, quais sejam: em primeiro lugar, tanto o intradiscurso quanto o interdiscurso fazem parte de uma cena discursiva sócio-histórico-cultural que deve ser levada em conta para a análise. O segundo fator diz respeito à própria contradição que faz com que o mesmo constitua o outro, permitindo à seqüência intradiscursiva o rompimento linear e a abertura ao diferente. O que é palpável para nós, ao que temos acesso, a materialidade concreta

²¹ Cabe ressaltar que em nosso trabalho não realizamos uma delimitação exata para as diferentes passagens que aqui recebem o nome genérico de “enunciado”. Ora equivale a uma crônica, ora a uma frase ou parte dela e, outras vezes, engloba duas ou mais frases, dependendo do contexto e dos propósitos da análise. Concordamos com Maingueneau que o enunciado pode ser “definido como a unidade de comunicação elementar, uma seqüência verbal dotada de sentido” ou “considerado como um equivalente de texto, ou seja, como uma seqüência verbal relacionada com a intenção de um mesmo enunciador” (1996:54-5).

do dizer, é o intradiscurso que nos remete a um sentido opaco, fornecendo-nos *pontos de deriva* possíveis sobre os quais, desliza a interpretação do analista do discurso. Cabe ressaltar aqui que a interpretação dessas marcas, ao nível do interdiscurso, evidencia um pré-construído identificado ao senso comum, ou um pré-construído que, deslizando sobre o sentido sedimentado, rompe-o dando lugar ao acontecimento discursivo. Outro aspecto fundamental refere-se ao processo discursivo que, obviamente, não acontece em níveis estanques: o funcionamento e os efeitos produzidos pelas marcas lingüístico-enunciativas são operacionalizados no *fio* da seqüência discursiva, demonstrando que se atravessam ali discursos produzidos em outros lugares e em outros momentos. Tais segmentos não podem ser descritos e interpretados sem que se leve em conta o registro do sujeito, já que são *pontos de expressão da subjetividade*, atestando a presença do *homem na língua* (Benveniste, 1974). Um sujeito que, por meio de movimentos críticos de resistência e subversão, tem a chance de intervir para transformar.

Surge aí a importância ao papel do sujeito falante no processo da enunciação e a inscrição desse sujeito nos enunciados que ele emite. Considerando, então, o papel do sujeito, insere-se à AD a reflexão sobre a significação e as considerações sócio-históricas de produção conforme relação estabelecida entre ele, seu enunciado e o mundo.

2.2 O PAPEL DO CRONISTA E O LUGAR DA CRÔNICA NO JORNAL

Muito além do chamado "conteúdo", a crônica significa toda uma parcela valiosa de uma época e este aspecto torna-se mais precioso por ser o resultado de uma subjetividade exercida cotidianamente: o território da crônica conseguiu manter-se o mais "independente" possível de normas internas e coerções dos manuais de redação do jornalismo brasileiro. Para alguns a crônica não se encaixa como notícia – mas ela faz dos fatos seu enredo e das vítimas suas personagens –; para outros, sua linguagem e seu estilo próprios não permitem que ela seja simplesmente

jornalismo, seria mais que isso, seria literatura. A que gênero, então, poder-se-ia classificar a crônica? Jornalístico ou literário²²?

Essa é uma dúvida que está presente em muitos estudos, ensaios e teses sobre a crônica brasileira, divide escritores, jornalistas e até os próprios cronistas. Alguns, embora considerem a crônica um gênero literário, apontam o seu caráter efêmero. Outros afirmam que ela apenas utiliza os recursos da literatura para fazer jornalismo. Há também aqueles que desistiram de classificá-la como gênero homogêneo, atribuindo-lhe natureza híbrida (Coutinho, 1978, p. 247- 49).

A polêmica existe porque a crônica brasileira nasceu no folhetim do século XIX para ser publicada no jornal. Uma das linhas do Romantismo – aquela mais idealizada da realidade – contribuiu, em parte, para que o acento lírico pesasse sobre a crônica desde as suas primeiras manifestações. Ambientada na imprensa, ela se alimentou de notícias, digeriu fatos e ganhou consistência de texto jornalístico. Porém, pode-se dizer que em alguns casos, para a crônica, o fato ou a notícia só valem quando podem ser utilizados como meio ou pretexto do qual o escritor, com seu estilo e criatividade, retira o máximo partido (id. Ibid.).

Carlos Heitor Cony insinua que a crônica é um gênero literário menor, mas a linguagem e o estilo fazem a diferença. E, é por meio da própria crônica, que ele fala sobre esse gênero de texto:

A CRÔNICA COMO GÊNERO DO JORNALISMO E DA LITERATURA

"Alunos do Curso de Comunicação pedem-me uma definição do jornalismo literário e, em complemento, o papel da crônica nesse tipo de jornalismo. Embora não me considere a pessoa indicada para falar sobre o tema, tentarei dar uma resposta coletiva ao que me pedem, com as naturais ressalvas sobre a autoridade (nenhuma) com que me meto nesta praia, que não é a minha.

Para definir o jornalismo literário, vamos começar pelo substantivo, que é jornalismo, deixando o adjetivo para depois. O que é o jornal? É um periódico, uma coisa feita de período em período. Por mais que pareça incrível, Franz Kafka, que nunca foi realmente um jornalista, tem a imagem mais perfeita que conheço sobre o assunto. Ele compara o jornal a um trem que sai todo dia, num determinado horário, vazio ou

²² Em conformidade com Bakhtin (1979), nessa tentativa de classificar a crônica como gênero "jornalístico" ou "literário" não pressupomos que exista apenas um gênero jornalístico e somente um literário. Estamos entendendo que o editorial, a notícia, a reportagem etc., presentes no jornal, constituem-se gêneros distintos. O mesmo ocorre com a literatura que engloba diferentes gêneros: o romance, o conto, a poesia, dentre outros. O que pode ocorrer com a crônica é, por vezes, uma aproximação maior com o jornalístico ou com o literário. Apesar disso, a polêmica persiste e ainda gera discussões – daí trazermos a questão para nosso trabalho.

cheio, e de determinada plataforma, para chegar a outra. Se estiver lotado, tudo bem. Se estiver com lugares vazios, dará prejuízo, porque cada lugar sem passageiro não poderá ser reciclado, usado uma segunda vez.

Em países subdesenvolvidos, espera-se o trem encher, como um lotação, um pau-de-arara. Uma ferrovia civilizada faz o trem cumprir o horário, independentemente de estar cheio ou com lugares vazios.

O jornal é como um trem — dizia Kafka. Tem que sair em determinado dia, ou todos os dias, mas com uma diferença básica em relação aos trens: ele não pode sair vazio. Com assunto ou sem assunto, tem que ocupar todas as suas páginas, seja com anúncios, ilustrações ou textos paralelos, desvinculados de sua função natural, que é a notícia, a informação, o serviço da comunicação propriamente dito.

O veículo-jornal, ao contrário do veículo-trem, não pode sair com lugares não ocupados. E, para encher com alguma dignidade o ângulo morto de cada edição, apelou-se, entre outras coisas, para a crônica, que tem uma tradição paralela na história da comunicação humana.

Nos séculos 16 e 17, a crônica era um gênero-bonde, um gênero-ônibus, onde tudo cabia com o nome de crônica. Qualquer relato levava o nome de crônica, que tem embutido o conceito de tempo (cronos), cobrindo um período, sendo, portanto, um periódico.

Voltemos agora ao jornalismo dito literário. A literatura é, em essência, o oposto do período, do tempo. Ela procura ser intemporal, sem vínculo com a data — nada mais frustrante do que a literatura datada.

Daí a conclusão de que a crônica, como gênero jornalístico ou como gênero literário, é uma contrafação.

Os mais radicais poderão considerá-la subjornalismo ou subliteratura. Dirão alguns: há crônicas admiráveis, e a citação de Machado de Assis é obrigatória. E cada um poderá citar um autor ou uma determinada crônica admirável. Mas, se Machado não tivesse escrito os romances finais de sua carreira, seria hoje um João do Rio melhorado, um Humberto de Campos mais consistente.

Contudo não podemos ignorar que foi nos Jornais, aqui e em outros países, que, para ocupar lugares vazios, os editores procuravam autores de textos exclusivamente literários, sem compromisso com o período, com a data. Em jornal, Manuel Antônio de Almeida publicou as "Memórias de um Sargento de Milícias". Em jornal, saiu "O Guarani", de José de Alencar. Grosso modo, o folhetim, mesmo com sua carga pejorativa, seria o padrão do jornalismo literário, o passageiro disponível que ocuparia o lugar de uma notícia, de uma informação, de um serviço.

Antes da existência dos jornais, a comunicação era feita por arautos ou mesmo por camadas de fumaça, à maneira dos índios, ou por sinais luminosos. Não corria o risco de ser confundida com a literatura. Quando os sinais foram codificados em palavras compostas por letras, a aproximação com a literatura tornou-se inevitável.

Mas a notícia, base do jornal, é como a anedota em que Guimarães Rosa a comparava ao fósforo que se acende, brilha um instante e se apaga. Torna-se inútil como um fósforo queimado. Não funciona uma segunda vez.

Comprometido com a notícia, com o fato do dia, o jornal abriu espaços para a comercialização, que o sustenta industrialmente, e para os passageiros robotizados que podem ocupar os lugares vazios de cada edição. Surgiram então as colunas, os "potins", os "faits divers", as charges e, naturalmente, as crônicas, que são a expressão mais visível do jornalismo dito literário. Daí que os cronistas, mesmo os bem-sucedidos, são vistos como subprodutos, autores de circunstância que, mais cedo ou mais tarde, ficarão datados.

Resumindo a ópera: pode-se concluir que não há jornalismo literário. Há jornalismo e há literatura. Funcionam por meio de sinais ou símbolos, que são as palavras compostas por letras, mas nem todas as letras formam necessariamente aquilo que se compreende como literatura.

Há jornalistas que dominam a técnica e a composição do texto. Mas são eles, exatamente, que se tornam cada vez melhores à medida que deixam de ser literários" (Folha de S. Paulo, 06/12/02: E-16).

Candido (1981), em ensaio considerado clássico sobre o tema, aponta que uma das mais importantes funções desse "gênero menor" é a de ajudar a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas:

"Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas. [...] não tem pretensões a durar, uma vez que é filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa [...] a sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão" (Candido, 1981, p.14).

Para Candido (1981), a crônica moderna firmou-se no Brasil nos anos 30, quando ainda a profissão de jornalista não estava regulamentada e grande parte dos profissionais que atuavam nos jornais era composta por escritores. É nessa fase que surgem nas redações nomes como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e Rubem Braga, que se voltou quase exclusivamente ao gênero, após 10 anos atuando como repórter. Em todos os cronistas, Candido vê um traço comum:

"(...) deixando de ser comentário mais ou menos argumentativo e expositivo para virar conversa aparentemente fiada, foi como se a crônica pusesse de lado qualquer seriedade nos problemas. (...) e, no entanto, não apenas entram fundo no significado dos atos e sentimentos do homem, mas podem levar longe a crítica social. (...) Quero dizer que por serem leves e acessíveis talvez elas comuniquem mais do que um estudo intencional a visão humana do homem na sua vida de todo o dia" (Candido, 1981, p.17-19).

Parece-nos que o cronista assume, no mínimo, duas visões: num primeiro momento, de alguém que vê – extremamente atento ao tempo – os fatos e faz da crônica uma membrana sensível capaz de registrar a moda, os costumes, as mudanças, novas expressões e termos, a novidade e as marcas do tempo que são as notícias; e numa segunda visão, tem-se o olhar de alguém que julga, critica, faz o leitor pensar. A seguir introduziremos os conceitos de Mikhail Bakhtin acerca dos gêneros do discurso.

2.2.1 Sobre a Noção de Gênero do Discurso

Para Mikhail Bakhtin (1979, p. 279) a questão do gênero discursivo está constitutivamente ligada ao enunciado e à situação social, pois segundo ele “qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*”. Assim, o enunciado, enquanto produto da interação verbal entre locutores, é a unidade real da comunicação. Mas como se constitui o enunciado? Há um vínculo inextrincável entre a formação do enunciado e a situação de produção, aí compreendidos os aspectos tanto da situação social mais imediata quanto do contexto mais amplo, bem como os interlocutores. São esses elementos que constituem o conjunto das condições de emergência do enunciado e lhe determinam a sua “corporeidade”. Se de uma perspectiva o enunciado é único, individual, irrepetível e concreto, na medida em que é o produto da interação de locutores situados sócio-historicamente, de outra parte ele também traz marcas específicas comuns a outros enunciados da mesma esfera social, marcas essas que possibilitam e regulam o seu aparecimento.

Assim, para compreender a construção de um enunciado é preciso considerar tanto o fato de estar inter-relacionado com outros enunciados (interdiscursividade), quanto o fato de que está em ligação com a situação social que o provoca. Em *Os gêneros do discurso* (1952-53) e *O problema do texto* (1959-61), o autor discute o vínculo entre o intercâmbio comunicativo social e a interação discursiva. É nas diferentes esferas da práxis humana que se originam os enunciados, que refletem as condições específicas de sua constituição pelo seu *tema*, seu *estilo* (recursos léxicos, fraseológicos e gramaticais) e sua *composição* (formas de composição e acabamento dos enunciados). Aos diferentes tipos de intercâmbio social correspondem diferentes tipos de enunciados, que, historicamente, constituem formas “relativamente estáveis” de enunciados, os **gêneros discursivos**:

A diversidade de esferas da práxis humana e o próprio fato de que em cada esfera há um repertório variado de gêneros leva à constatação de uma grande variedade de gêneros, heterogêneos entre si. Mikhail Bakhtin reconhece, diante disso, tanto a dificuldade de se trabalhar com o traço comum entre os enunciados, a sua natureza verbal, quanto a de se definir o caráter genérico (de gênero) do enunciado. Para o autor (1952-53), a primeira distinção a se fazer (e ser observada):

no estudo dos gêneros) é entre *gêneros primários* (simples) e *gêneros secundários* (complexos), que não é apenas uma diferença funcional, que poderia tornar os traços comuns aos gêneros abstratos, mas uma diferença de formação histórica. Os gêneros secundários surgem nas condições da comunicação cultural mais complexa e, em seu processo de desenvolvimento, absorvem e transformam diversos gêneros primários. Em contrapartida, os gêneros primários também influenciam os gêneros secundários.

Se o discurso só pode existir na forma de enunciados, também nós “utilizamos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma *forma padrão* e relativamente estável de *estruturação de um todo*” (Bakhtin, 1952-3, p. 301). Mas, como o próprio autor enfatiza, os gêneros são *formas relativamente estáveis* da construção de um todo verbal, ou melhor, de um enunciado. Eles, de um modo sensível e ágil, refletem e refratam as mudanças sociais. A vida do gênero constitui-se justamente na interação dialética entre o dado (estabilizado) e o novo. É a questão da constitutividade histórica: como o sujeito e a linguagem, o gênero também está sempre em constituição. Ele é unidade e continuidade do seu processo de formação:

“O gênero sempre é e não é ao mesmo tempo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo. O gênero renasce e se renova em cada nova etapa do desenvolvimento da literatura e em cada obra individual de um dado gênero. Nisto consiste a vida do gênero. (...) [o gênero] é o representante da memória criativa no processo de desenvolvimento literário. É precisamente por isto que tem a capacidade de assegurar a *unidade* e a *continuidade* desse desenvolvimento” (Bakhtin, 1963, p. 106).

2.2.2 Heterogeneidade Genérica: A Crônica como Contraponto à Objetividade no Jornalismo

De acordo com as noções apresentadas sobre os gêneros discursivos, pensamos que a crônica contemporânea pode ser compreendida como uma zona de miscigenação do discurso jornalístico com várias outras formas discursivas, provocando um grande diálogo de pensamentos nos veículos de comunicação. Respondendo à rigidez e uniformidade que se dá no jornal ao material lingüístico e constituindo-se num gênero heterogêneo e flexível, ao contrário dos gêneros

jornalísticos que se firmam pela identidade – editorial, reportagem, artigo de fundo etc. – a crônica usa e abusa da variedade de gêneros, dos simples aos mais complexos, na sua composição: diálogo do cotidiano, retratos, tipos, cenas cômicas e dramáticas, versos, sonetos, relatos, narrativas, comentários, contos, confissões, descrições líricas, sátiras, paródias, dentre outros, constituindo-se em discurso híbrido.

Dentro dessa perspectiva, a crônica moderna traz em si o imaginário de uma época, pois tem nos seus autores – antes de mais nada – leitores argutos do seu tempo e capazes de produzir memória. Assim, muitos são os estudos, nas mais diversas áreas, os quais tratam a crônica como uma forma diferenciada de documento para o pesquisador implementar suas análises sobre determinada época.

Se por um lado, a notícia e os demais gêneros do jornalismo buscam muitas vezes a conclusão, tentam oferecer ao leitor uma história clara, concisa, em que a objetividade tem a pretensão de esgotar os fatos por meio do relato imparcial, a crônica vai no sentido oposto. Acreditamos que a presença da crônica funcione como uma espécie de perturbação junto ao critério de “veracidade” estabelecido pelo jornal. Perturbação que transfere, em certa medida, para o jornal a qualidade da incompletude – característica da literatura que problematiza o real – provocando uma abertura na pretensão jornalística de dar conta da totalidade dos fatos e de esgotar as discussões. Com essa abertura, o jornalismo ganha em complexidade e o leitor, obviamente, é apresentado com a possibilidade de enriquecer uma leitura que em princípio seria meramente funcional e mesmo ingênuo.

Os fatos e o tempo presente são a matéria-prima do jornal, que os extrai do seu contexto e os organiza num formato, muitas vezes, padronizado e despersonalizado, acessível a um leitor-observador que os consome rapidamente. A palavra do jornalismo age como mediadora da nossa ligação com o mundo, transformando os fatos em acontecimentos, que são reconhecidos por meio dos relatos da atualidade. A notícia está quase sempre no presente. Os fatos de ontem são substituídos pelos de hoje e, na época da Internet e televisão em tempo real, pelos fatos da última hora. Daí a característica quase essencial do jornal: efemeridade.

É com os fatos e com a atualidade que a crônica coloquial se constitui, explorando sua provisoriedade, concretude e singularidade para, simultaneamente manter e ultrapassar esses elementos.

Arrigucci Jr. (1987) caracteriza a crônica como o espaço em que o jornal entra em tensão com o que não é informação nem transitoriedade, o que torna algumas crônicas aparentemente incompatíveis com a modernidade do jornal, que significa rapidez e superficialidade.

No entanto, a crônica – que se origina de *cronos*, tempo – é também um tipo de gênero que mais se aproxima dessa rapidez própria da técnica e do consumo. Nascida nos rodapés dos jornais e fruto da simplificação da linguagem, ela se aproxima do cotidiano e aproxima os fatos da sensibilidade do leitor (Candido, 1992, p. 7). No Brasil, sua evolução, a partir dos artigos sobre as questões do dia publicados no século XIX, incorporou aos poucos características como a leveza, a brevidade, a disposição de divertir sem preocupação de informar, o humor, a narrativa aparentada à ficção dos contos ou a exposição que chega perto da poesia. Outras vezes, porém, a crônica mantém-se fiel aos fatos, marcando, como destacamos anteriormente, toda uma época.

Como exemplo do tratamento atual da crônica pelos jornais brasileiros, tomamos a Folha de S. Paulo²³ que dedica grande espaço à crônica. São várias crônicas publicadas diariamente cujo enfoque é a política, economia e o social, além das que tratam de esportes e as de final de semana as quais são editadas em cadernos especiais, bem como os ensaios e resenhas que também privilegiam a subjetividade.

Subjetividade esta que, segundo Silva (1991), tendeu a ser banida do texto jornalístico desde a modernização da imprensa brasileira, em conformidade com o padrão norte-americano de objetividade, a partir dos anos 50. O jornalismo passou a buscar um texto informativo, direto, enxuto, padronizado e não opinativo. Essa tendência, segundo o autor, impôs-se em graus diferentes nos veículos de comunicação, de acordo com projetos diferenciados, não sendo uma realidade generalizada, apesar de hegemônica no discurso sobre o jornalismo.

²³ Jornal em que Carlos Heitor Cony é membro do Conselho Editorial desde 1996 e onde foram publicadas originalmente as crônicas de *O presidente que sabia japonês*.

Fazendo um contraponto nessa generalizada tentativa de objetividade dos textos jornalísticos, tem-se o cronista que, juntamente com uma equipe de articulistas e colunistas, atua como uma espécie de reforço da linha editorial do jornal, reduzindo o efeito de absolutização da leitura. A crônica é, efetivamente, a janela da pluralidade, pela reprodução do real e (re) criação de gêneros discursivos.

Nesse sentido, qual a consequência da presença de textos assumidamente subjetivos, como a crônica, publicadas no jornal? Parece-nos que, ao mesmo tempo em que se aprofunda a tendência da imprensa à padronização industrial, à brevidade, à rapidez característica das mídias eletrônicas, vê-se consolidar também uma outra tendência, a de ampliação do espaço conferido a autores.

A proliferação e a homogeneização das informações, produzidas cada vez mais em maior quantidade e distribuídas por agências de notícias, além de acessíveis em todos os lugares, contribui para a necessidade de diferenciação pela subjetividade. As notícias parecem todas iguais. O que fará o leitor optar por um veículo, ou mesmo continuar a ler notícias ao invés de abandoná-las por cansaço e tédio? Talvez os pontos de vista pessoais que os jornais se dispunham a oferecer-lhe sejam capazes de costurar o emaranhado de fatos em abordagens mais esclarecedoras, ainda que pessoais ou partidárias – ou exatamente por isso. Assim, formas próximas do literário, como a crônica, têm o papel de antídoto para a fragmentação do jornalismo e sua contraditória pretensão de esgotar os fatos, contribuindo ainda no sentido de evitar a simulação de imparcialidade que tende a absolutizar interpretações e vedar a pluralidade de vozes.

2.2.3 Crônica: Discurso, História e Memória

Ao empreender um estudo sobre a crônica, constata-se, de imediato, que essa produção discursiva, se comparada a outras, compreende uma tipologia híbrida e complexa, porque apresenta especificidades de um gênero que recria um discurso sobre um fato ou acontecimento sob determinada perspectiva e condições de produção.

Dadas as limitações impostas pelo veículo de comunicação utilizado, a produção de uma crônica jornalística possui condições de tempo e espaço

previamente determinados, ou seja, o cronista tem horário determinado para entregar a crônica à publicação, assim como tem de adequar o texto produzido ao espaço da página do jornal, respeitando a diagramação previamente estabelecida.

Pelo fato desses acontecimentos estarem relacionados ao contexto social e, ao mesmo tempo, histórico, esse gênero textual faz, na verdade, o registro do movimento dos homens na construção da sua história, via discurso. Por isso, o estatuto de um fato histórico é adquirido levando em consideração o contexto e o sistema de referência em que se encontra inserido. Dessa forma, a história pode ser tanto o discurso histórico, o texto que organiza um determinado modo de entender os acontecimentos, como também a práxis da qual ele é componente e resultado.

Portadora de um estatuto cristalizado, a crônica ganha, na mídia jornalística impressa, elementos caracterizadores e de referencialização próprios, compreendidos no entrecruzamento do acontecimento/história/memória, cujos sentidos são apreendidos através da interpretação dos recursos lingüístico-discursivos nela empregados. A materialidade lingüístico-discursiva que a constitui sobredetermina uma tipologia singular por apresentar marcas e procedimentos que tornam esse gênero “uma arqui-representação dos lugares em que os interlocutores se colocam comunicativamente no discurso acionado” (Gregolin, 1997), uma vez que os sentidos nela veiculados revelam-se dialogicamente no interdiscurso e na intertextualidade com outros textos, inseridos no mesmo veículo de comunicação. A crônica comporta, nessa perspectiva, uma das principais características desse meio de comunicação impresso – a questão do valor temporal de cada publicação. Como se sabe, o valor de um jornal tem a duração de 24 horas, e esse é um aspecto relevante na consideração das condições de produção da crônica jornalística. Assim, se de um lado, constata-se elementos como agilidade, criatividade e humor, de outro, são imprescindíveis os traços da memória discursiva que se fazem presentes nessa produção.

O nível qualitativo dos efeitos de sentido decorre, então, do entrecruzamento do discurso atual com o discurso histórico. O cronista é, nesses termos, aquele que traz o passado ao presente e recorre, para esse fim, às marcas lingüístico-discursivas deixadas por outros e estabelece pelo dialogismo a interação entre ele (locutor) e leitor (interlocutor).

Outro componente relevante na constituição do discurso da crônica é o humor. Esse recurso, numa perspectiva reflexiva e como traço de linguagem, pode revelar um ponto de vista, um olhar sobre o mundo que requer tanto do locutor quanto do interlocutor uma competência discursiva especial (Brait, 1996). São vários os artifícios expressivos que podem contribuir para esse fim, dentre eles, a ironia. Na crônica jornalística, a ironia é articulada como estratégia de linguagem que se revela tecnicamente eficaz porque estabelece, nessa tipologia, relações interdiscursivas, podendo dessacralizar “o discurso oficial ou efetuar o desmascaramento de uma pretensa objetividade em discursos tidos como neutros” (Brait, 1996, p. 15).

Num primeiro “olhar”, a ironia pode apresentar-se tanto como metáfora, quando corresponde à semelhança de dois objetos, quanto metonímia, numa relação de contigüidade espacial ou temporal. Brait (1996) assinala que a presença da ironia na crônica implica: o locutor (A1) dirige um certo discurso irônico para um receptor (A2), para caçoar de um terceiro (A3) que é o alvo da ironia (Brait, 1996, p. 61-62).

Entendemos que há muito ainda a se falar sobre a crônica moderna – e sem a pretensão de exercitar teoria/crítica literária – acreditamos que, resumidamente, os principais marcos de referencialização e caracterização da crônica, são: a heterogeneidade de gênero, os acontecimentos, a história e a memória.

2.3 O PRESIDENTE QUE SABIA JAVANÊS: DO JORNAL PARA O LIVRO

Entendendo que a crônica, via discurso, faz o registro dos acontecimentos sociais, fazendo história e resgatando a memória de um povo, a publicação em livro de *O presidente que sabia javanês* é mais do que um marco, é mais do “esticar em livro o efêmero do jornal” – como se justifica Carlos Heitor Cony, no prefácio do livro. É antes, um registro histórico:

“São trabalhos datados, certamente incompreensíveis à geração mais nova. Contudo tiveram razão de ser. (...) além de uma reflexão contrária ao pensamento único do neoliberalismo globalizado, representa um momento de revolta proporcional ao nível de insensibilidade social que domina a cena brasileira neste fim de século” (Cony e Angeli, 2000, p. 7-8).

Escritas a partir de 1994 e publicadas originalmente na *Folha de S. Paulo*²⁴, as crônicas reunidas em *O presidente que sabia javanês*²⁵, tendo a política nacional intrínseca ao discurso, registram o percurso do sociólogo Fernando Henrique Cardoso: de ministro da fazenda à reeleição presidencial:

“É um retrato lúcido e cáustico desses anos de rápidas mudanças, em que o país está definitivamente nas teias da globalização e, segundo Cony, regrediu ao estágio de colônia. (...) temos aqui um retrato em cores vivas e ácidas da era FHC, e especialmente do ‘estilo FHC’” (p. 1; trecho da apresentação do livro)²⁶.

O que muda nessa transposição do jornal para o livro, já que a crônica publicada em jornal caracteriza-se pelo consumo imediato? Muda a maneira de produzir sentido. No jornal, a crônica estava inserida num contexto noticioso e, portanto, se o leitor não tivesse todo o conhecimento dos fatos/temas tratados na crônica do dia, ele poderia recorrer às reportagens, dialogar com outros textos a fim de produzir os sentidos na crônica. Além disso, o momento histórico estava sendo retratado em tempo real, o que facilita a compreensão. Em livro, os instrumentos necessários para a construção dos sentidos mudam: o leitor precisa recorrer à sua memória discursiva para gerar os efeitos de sentido necessários. O contexto é outro, os fatos abordados pelo jornalismo são outros e o espaço discursivo “livro”, onde as crônicas agora estão inseridas, também não é o mesmo. Até o acesso às crônicas é alterado: há que haver uma vontade primordial no leitor para adquirir ou emprestar o livro e realizar a leitura. Vontade essa, que se fundamenta basicamente no desejo de (re) ler as crônicas selecionadas a partir de um determinado tema. (FHC e sua política) e uma sucessividade cronológica.

A análise desenvolvida a seguir procura explicitar os mecanismos discursivos presentes nos textos que compõem o arquivo deste trabalho, buscando evidenciar as marcas implícitas e explícitas da heterogeneidade discursiva. Trabalharemos, inicialmente, com trechos escolhidos de acordo com nosso referencial teórico –

²⁴ As crônicas publicadas na *Folha de S. Paulo* adquirem ampla abrangência, uma vez que, além de o jornal ser de circulação nacional, elas são transcritas em outros jornais do país.

²⁵ O livro reúne crônicas publicadas no período 1994-2000, selecionadas por Flamarion Maués e pela editora Ivana Jinkings e vêm acompanhadas com as charges de Angeli. Nossa proposta de análise; no entanto, privilegia apenas o texto verbal.

²⁶ Na apresentação do livro não há indicações de autoria; possivelmente ela foi realizada pela equipe da Editora Boitempo, responsável pela publicação do livro.

retirados das 133 crônicas que compõem o livro – os quais ilustram os conceitos abordados até aqui e que serão trazidos à tona, sempre que houver necessidade.

Na seqüência, serão analisadas 7 crônicas²⁷, uma de cada parte do livro. São elas:

1994 – Um plano e um candidato: FHC sabe javanês (17/01/94)

1995 – *Primeiro Reinado: O guru do garboso* (11/1/95)

1996 - Velhas Palavras: Comida e tristeza (30/11/96)

1997 – *Tudo pela reeleição: O golpe e o crime* (12/01/97)

1998 – *O servo do Poder: A oposição encontrou uma voz* (02/05/98)

1999 – *Cinzas de Vila Rica: Idéia Fixa* (07/10/99)

2000 – *O Nosso Homem em Brasília: Golpe de Cima* (04/05/00)

Já numa primeira e “descompromissada” leitura das crônicas como um todo, percebe-se que há um cruzamento de muitas “vozes” que “falam” nos textos. Essa heterogeneidade faz-se presente, inclusive, até na própria escolha do gênero textual²⁸ feita pelo autor para materializar o seu discurso. Carlos Heitor Cony – cujo universo discursivo é constituído de muitos campos, o político, o religioso, filosófico, literário etc., os quais são trazidos para o interior de seu discurso – não enuncia o que enuncia nas crônicas de um lugar qualquer. Além de cânone da literatura brasileira, ele está, na enunciação das crônicas, produzindo o seu discurso de outro lugar, de outra posição que também não é comum: jornal Folha de S. Paulo, conceituado meio de comunicação, com abrangência nacional e internacional. É desse “lugar” social e histórico que o autor reveste seu discurso de “autoridade” para refutar o discurso de outra autoridade: FHC.

Na crônica “*O teto e o pão*”, o autor afirma não representar nenhuma instituição e apesar de “beliscar ao mesmo tempo na literatura e no jornalismo político”, define-se ideologicamente da seguinte maneira:

²⁷ A seleção destas crônicas – e não de outras – foi feita de acordo com os propósitos de análise estabelecidos neste trabalho. Outrossim, essas sete crônicas escolhidas trazem a apresentação de FHC em situações diversas e refletem os acontecimentos político-sociais de cada um desses momentos.

²⁸ Essa afirmação se justifica tendo em vista a própria caracterização da crônica como um espaço heterogêneo: nela, convivem; simultaneamente, o pequeno ensaio, o conto, o poema em prosa, a narrativa; a notícia, dentre outros. Acreditamos que é justamente, nessa diferença, que reside a identidade da crônica.

“Diante das misérias humanas, com o fracasso da monarquia e da república, da democracia e da ditadura em realizar a única missão urgente, vendo tanto velho sem teto, tanta criança sem pão, não me restou senão a alternativa de um anarquismo entristecido, humilde e inofensivo. (...) Sem disciplina suficiente para ser de esquerda, sem firmeza necessária para ser de direita, não me sinto confortável na imobilidade tática do centro. O que me sobra seria o anarquismo, que tem dois furos históricos. Primeiro, pressupõe a realização de uma utopia desvairada, a sociedade sem leis nem poder, cada qual cuidando do bem comum como a soma do bem pessoal. Segundo, de tão improvável na prática, o anarquismo gerou através dos séculos a caricatura do cara que joga bombas nas creches, tenta enforcar o último rei com as tripas do último papa. Como nunca tivemos anarquia estruturalmente definida e operada racionalmente, por exclusão desdenho a monarquia e a república, a ditadura e a democracia. Fico na minha: o teto e o pão para todos, seja lá como for, desde que com liberdade para ser do contra ou a favor” (Cony e Angeli, 2000, p. 184).

Para manifestar-se “contra” ou “a favor”, Carlos Heitor Cony reveste-se de estratégias discursivas, pondo em cena, em seu próprio discurso, posições diversas, em que o diálogo, as diferentes vozes se fazem presentes e se constituem no pano de fundo para a materialização do seu discurso. Quais são essas vozes? Como elas são mobilizadas pelo autor?

Segundo Bakhtin (1963-1975), existe uma dialogização interna da palavra que é sempre perpassada pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente também a palavra do outro. Isto significa dizer que o enunciador, para constituir o seu discurso, leva em conta o discurso de outrem, que estará perpassado ao seu. Daí que o diálogo no discurso não pode ser pensado em termos de relações lógicas ou semânticas, mas sim em termos de posições de sujeitos sociais, pontos de vista acerca da realidade. Portanto,

“Todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por idéias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações. Orientado para seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros; e tudo isso pode formar substancialmente o discurso, penetrar em todos os seus estratos semânticos, tornar complexa a sua expressão, influenciar todo o seu aspecto estilístico. O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social” (Bakhtin, 1975, p. 86).

Esse dialogismo mostra-se na bivocalidade, na polifonia, no discurso direto, indireto e indireto livre, dentre outras manifestações construídas a partir de marcas lingüísticas.

No texto *A pessoa que fala no romance*, Bakhtin trata justamente das diversas formas de transmissão do discurso de outrem e de sua relevante participação dos objetos do discurso. Para ele, no discurso de qualquer pessoa que vive em sociedade, em média, pelo menos metade de todas as palavras são de outrem. Para isso, basta prestar atenção às palavras que se ouvem por toda parte e se terá essa confirmação:

“Ouve-se no cotidiano, a cada passo, falar do sujeito que fala e daquilo que ele fala. Pode-se mesmo dizer: fala-se no cotidiano sobretudo daquilo que os outros dizem – transmitem-se, evocam-se, ponderam-se, ou julgam-se as palavras dos outros, as opiniões, as declarações, as informações; indigna-se ou concorda-se com elas, discorda-se delas, refere-se a elas, etc. Se prestarmos atenção aos trechos de um diálogo tomado ao vivo na rua, na multidão, nas filas, no hall, etc, ouviremos com que freqüência se repetem as palavras “diz”, “dizem”, “disse”, e freqüentemente escutando-se uma conversa rápida de pessoas na multidão, ouve-se como que tudo se juntar num único “ele diz”, “você diz”, “eu digo”... E como é importante o “todos dizem” e o “ele disse” para a opinião pública, a fofoca, o mexerico, a calúnia, etc. (...) A todo instante se encontra nas conversas “uma citação” ou “uma referência” àquilo que disse uma determinada pessoa, ao que “se diz” ou àquilo que “todos dizem”, às palavras de um interlocutor, às nossas próprias palavras anteriormente ditas, a um jornal, a um decreto, a um documento, a um livro, etc. A maioria das informações e opiniões não são transmitidas geralmente, em forma direta, originária do próprio falante, mas referem-se a uma fonte geral indeterminada: “ouvi dizer”, “consideram”, “pensam” etc.” (Bakhtin, 1975, p. 139-40).

É importante ressaltar que esse discurso de “outrem”, como afirma Bakhtin, não é simplesmente mera repetição. Segundo o autor, é preciso considerar não somente as formas de representação (formalização sintática), mas os procedimentos de transmissão que podem ser muitos variados: pode ser transmitido em todos os níveis possíveis de exatidão e imparcialidade, como também pode sofrer um “enquadramento interpretativo”, “reconsideração”, “re-acentuação”, “deformação paródica” e até “deturpação”. A esse enquadramento do discurso de outrem, Bakhtin (1975) chama de “transmissão interessada de caráter prático”:

“É necessário observar o seguinte: por maior que seja a precisão com que é transmitido, o discurso de outrem incluído no contexto sempre está submetido a notáveis transformações de significado. O contexto que avoluma a palavra de outrem origina um fundo dialógico cuja influência pode ser muito grande. Recorrendo a procedimentos de enquadramento apropriados, pode-se conseguir transformações

notáveis de um enunciado alheio, citado de maneira exata. O polemista inescrupuloso e hábil sabe perfeitamente que fundo dialógico convém dar às palavras de seu adversário, citadas com fidelidade, a fim de lhes alterar o significado. É particularmente fácil, manipulando-se o contexto, elevar o grau de objetividade da palavra de outrem, provocando reações dialógicas ligadas à objetividade; assim, é muito fácil tornar cômica a mais séria das declarações. A palavra alheia introduzida no contexto do discurso estabelece com o discurso que a enquadra não um contexto mecânico, mas uma amálgama química (no plano do sentido e da expressão); o grau de influência mútua do diálogo pode ser imenso. Por isso, ao se estudar as diversas formas de transmissão do discurso de outrem, não se pode separar os procedimentos de seu enquadramento contextual (dialógico): um se relaciona indissoluvelmente ao outro” (Bakhtin, 1975, p. 141).

Essa “transmissão interessada de caráter prático” merece destaque no contexto discursivo das crônicas que estão sendo analisadas, uma vez que Carlos Heitor Cony, ao enquadrar o discurso de outrem, efetua – como afirmara Bakhtin – transformações de significado: polemiza, ironiza, refuta, re-acentua, deforma, enfim, o autor realiza o “enquadramento interpretativo” dos discursos alheios, gerando novos significados.

A partir desses preceitos bakhtinianos – como apontado no primeiro capítulo deste trabalho – a AD propõe o princípio da heterogeneidade: idéia de que a linguagem é heterogênea, isto é, de que o discurso é tecido a partir do discurso do outro, que é o “exterior constitutivo”, o “já dito” sobre o qual qualquer discurso se constrói. Isto, para Authier-Revuz (1990, p. 25-27), significa dizer que o discurso não opera sobre a realidade das coisas²⁹, mas sobre outros discursos, uma vez que todos são “atravessados”, “ocupados”, “habitados” pelo discurso do outro. Daí que o discurso é fundamentalmente, constitutivamente, heterogêneo: sob a palavra, há outras palavras.

É sobre as heterogeneidades e a construção discursiva de *OPQSJ* o próximo capítulo.

²⁹ Para Bakhtin/Volochinov (1929), o discurso não só refrata e intervém no real, como também refere o real.

3 ANÁLISE DAS HETEROGENEIDADES EM *O PRESIDENTE QUE SABIA-JAVANÊS*

3.1 AS HETEROGENEIDADES DISCURSIVAS: ALGUNS EXEMPLOS

Segundo Authier-Revuz, a heterogeneidade pode ser constitutiva ou mostrada. A primeira é aquela que não se mostra no fio do discurso, em que o discurso não revela a alteridade na sua manifestação. A segunda – que pode ser marcada ou não marcada – é a inscrição do outro na cadeia discursiva, alterando sua aparente unicidade e exibindo a alteridade ao longo do processo discursivo. A heterogeneidade mostrada pode ser marcada, quando se circunscreve explicitamente por meio de marcas lingüísticas a presença do outro. Vejamos as diferentes modalidades usadas por Cony – com marcas explícitas ou não – para inscrever esses “outros” no seu discurso.

3.1.1 Heterogeneidade Mostrada Marcada

Segundo Authier-Revuz (1990), as palavras entre aspas – assim como outras modalidades de heterogeneidade mostrada marcada – têm um estatuto que releva da autonomia, do movimento de acumular *uso* e *menção*. A autora trata da **autonomia simples** em que a heterogeneidade que constitui um fragmento citado é claramente manifestada pela ruptura sintática. É o caso do fragmento abaixo, apresentado em forma de um discurso relatado direto:

“Gosto de ver a alacridade com que os arautos do neoliberalismo lembram que as ideologias morreram, o que interessa são os resultados. **No início do fascismo, Mussolini dizia: ‘O cristianismo promete o céu. Eu prometo manteiga!?’** Tal como quer o PSDB, ele ficou no poder uns 20 anos. Até que seus compatriotas o penduraram de cabeça para baixo numa praça de Milão” (Cony e Angeli, 2000, p. 30).

Introduzido por um termo metalingüístico (Z disse: “X”) o fragmento citado está nitidamente delimitado nesta cadeia discursiva. Foi extraído de sua cadeia normal, apresentado como objeto e remetido a outro lugar, a um outro ato de enunciação: o contexto desta crônica. Aqui, além de o fragmento citado entre aspas:

referir-se a um outro espaço enunciativo, designa também uma linha de demarcação entre formações discursivas diferentes: a FD do enunciador e a FD exterior. Segundo Maingueneau (1987, p. 90) “uma formação discursiva se estabelece entre estes dois limites, a saber, um discurso totalmente entre aspas, do qual nada é assumido, e um discurso sem aspas que pretenderia não estabelecer relação com o exterior”. Porém, mais do que dizer que o discurso entre aspas é explicitamente mantido à distância, é preciso analisá-lo no contexto em que está inserido: nas aspas estão presentes os vestígios, as “intenções” do autor. Citando Mussolini, além de marcar explicitamente a FD na qual se inscreve (posição de um sujeito que se declara contra o continuísmo no poder, contra, no caso, a reeleição de FHC), o locutor também inscreve junto ao interlocutor a sua posição/lugar de enunciador que assume através dessas aspas (nesse caso um sujeito que faz uso de uma citação de autoridade³⁰ inserida numa FD antagônica à sua). Porém, em muitos casos – como este – o locutor faz uma citação de autoridade, não para marcar uma adesão a esse discurso como “verdade”, mas para refutá-lo, subvertendo a fronteira entre o que é assumido e o que não é assumido por ele.

Outro exemplo de fragmento citado (discurso direto) e delimitado na cadeia discursiva pelo uso de aspas:

"Não chega a ser amigo próximo. É mais um companheiro de trabalho, pessoa educada, cordial e bem-sucedida.(...) Dele guardo uma frase que me horrorizou e deu um azar nacional. Nas vésperas da posse de Tancredo Neves, um telefonema de dona Antônia convidou-me, em nome de Tancredo, para um jantar íntimo. Agradei e disse que não iria (o jantar foi cancelado logo depois, Tancredo estaria gripado). Nesse meio tempo, o amigo brasiliense soube de minha recusa e me ligou dez vezes, insistindo para que eu fosse. **E pronunciou a frase fatal: "O poder embeleza!"** Senti um frio na espinha" (Cony e Angeli, 2000, p. 46, grifo nosso).

³⁰ Segundo Maingueneau (1987) o raciocínio da citação de autoridade “repousa sobre o seguinte princípio: ‘partindo-se de um fato “X” disse [= assertou] que P’ e, com base na idéia de que X (‘que não é um imbecil’) muito provavelmente não se enganou ao dizer o que disse, é possível concluir sobre a verdade ou verossimilhança de P. Mas, para uma formação discursiva dada, X não pode ser qualquer um; existem coerções muito fortes que pesam sobre sua identidade, coerções estas que, remetem aos próprios fundamentos desta formação discursiva.” (p. 101) Um outro exemplo de citação de autoridade, dentre muitos que Cony faz, é o oriundo do discurso bíblico: “*Falando para os humildes, FHC segue sem saber o conselho de São Paulo, “gaudens cum gaudentibus”: torna-se humilde com os humildes, mas não ao ponto de deixar de ser acaciano.*” (p. 54).

Uma outra modalidade de heterogeneidade mostrada no discurso destacada por Authier-Revuz é aquela em que o fragmento citado, num **gesto metalingüístico** no sentido estrito, remete à língua. Muitos são os exemplos dessa escolha discursiva nas crônicas analisadas (Cony e Angeli, 2000, grifo nosso):

"FHC nunca deixou de ser um homem do Parlamento, **etimologicamente, do "lugar onde se fala"**. Nele, a função executiva é tênue. E ele a despreza" (Cony e Angeli, 2000, p. 130, grifo nosso).

"**Como os verbos e os pederastas**, os presidentes da República podem ser divididos em **ativos e passivos**, (...) FHC é o mais passivo de todos" (Cony e Angeli, 2000, p. 122, grifo nosso).

"**Assim como há incontinência urinária, há incontinência verbal**. FHC sofre deste último sintoma" (Cony e Angeli, 2000, p. 166, grifo nosso).

"**Por mais que procure, não encontro outra palavra para designar as declarações do presidente** da República, semana passada, sobre o descalabro reinante no setor da saúde: cinismo. A alternativa que me ocorre é uma palavra impublicável. Meu vocabulário é pobre" (Cony e Angeli, 2000, p. 82, grifo nosso).

A heterogeneidade explícita nesses exemplos é resultado da construção discursiva do locutor que, num ato de enunciação individual, remete o seu discurso a outro lugar: língua.

A **conotação autonímica** é mais um caso de heterogeneidade mostrada de que trata Authier-Revuz – e que se pode destacar nas crônicas. Aqui, diferente da autonomia simples, não há ruptura sintática: o elemento mencionado é inscrito na continuidade sintática do discurso “ao mesmo tempo que, pelas marcas, é remetido ao exterior do discurso” (p. 30). Desse modo, “uma dupla designação é assim operada pelas formas da heterogeneidade mostrada: a de **um lugar** para um fragmento de estatuto diferente na linearidade da cadeia e a de uma **alteridade** a que o fragmento remete” (id. Ibid.).

Assim, a natureza desta alteridade não está marcada no contexto do fragmento mencionado: ela é especificada e remete tanto a um outro ato de enunciação como para a própria língua enquanto exterior a esse discurso. Daí que, *toda compreensão, interpretação* destas marcas está relacionada à *especificação da alteridade* a que remetem, de acordo com o contexto discursivo.

Nas crônicas de OPQSJ, muitos são os exemplos desses casos em que o uso das aspas marca a alteridade da menção a uma afirmação do outro, discurso:

incorporado ora para ser retificado, ora refutado, ora como apropriado à cadeia enunciativa do locutor:

Considero provável que FHC ignore ou, amortecido pelas pesquisas, não tome conhecimento da monstruosa máquina que está sendo montada para elegê-lo. Como animal político, a ele interessa o poder. Tem uma biografia que o credencia. Em muitos sentidos, é o melhor candidato, mas ameaça ser o pior presidente, **um Collor metido a "light"** (Cony e Angeli, 2000, p. 12, grifo nosso).

A palavra entre aspas "*light*", usada pelo locutor nesse fragmento, caracteriza-se como um ponto de heterogeneidade visto que denota o "exterior" em relação ao discurso, ou seja, a alteridade é especificada e remete para uma **outra língua**.

Deu-se que, semana passada, com o pretexto de inaugurar obras locais feitas por outros, o presidente foi descolar uns votos no Maranhão e no Ceará. Como sempre, houve protestos de pequenos grupos da oposição, que o comentarista genericamente chamou de "**esquerda**". Terminada a informação, ele deu a opinião: "O que querem os esquerdistas? Que o presidente se retire a um convento ou fique preso no palácio? Está no dever dele inaugurar obras que ajudam o Brasil a crescer" (**A citação é de memória**).(...) O comentarista ficou aquilo dentro da roupa. "O que eles querem é tumultuar a vida nacional, provocando badernas e tentando denegrir a imagem do Brasil lá fora!" (Cony e Angeli, 2000, p. 96, grifo nosso).

Ao aspear a palavra "esquerda", o locutor coloca-se numa posição clara: a de não compactuar com o discurso do comentarista (sujeito que vê nos esquerdistas, não as pessoas pertencentes a partidos de esquerda) – que nesse caso marcariam oposição ao governo – mas dada sua formação discursiva, atribui o papel de "tumultuadores e baderneiros" aos mesmos.

Nos exemplos, a seguir, o uso das aspas é marcado pelo uso metafórico da linguagem:

"O grande enigma da nação é se mudam-se os ministros ou não se mudam os ministros. Tal mudança nada tem a ver com a eficiência administrativa, mas com o projeto central de FHC, que é continuar no poder. As composições são feitas para saciar aquilo que o finado Jânio Quadros chamava de '**apetites**'" (Cony e Angeli, 2000, p. 50, grifo nosso).

"O país ficou reduzido a um presidente e a um colégio constitucional composto de umas 650 pessoas: congressistas, governadores amigos, alguns economistas e juristas que encontram as fórmulas adequadas a cada '**interesse**' do presidente" (Cony e Angeli, 2000, p. 98, grifo nosso).

As expressões “apetites” e “interesse” denotam explicitamente uma **outra modalidade de consideração de sentido**, uma vez que não são usadas pelo locutor no sentido corrente da palavra, mas ele constitui um novo sentido recorrendo explicitamente ao exterior do discurso em enunciação³¹.

No próximo exemplo, mais uma vez, a alteridade especificada remete para um outro discurso (exterior a este da enunciação): o locutor, além de distanciar-se, isentar-se do discurso em questão (“dizem sagrado” – não sou eu quem está afirmando), realiza um exercício de confirmação do seu enunciado. Mais uma vez, também, o fragmento marcado remete a um exterior a especificar e determina automaticamente pela diferença um interior, aquele do discurso:

“Entre as coisas que não entendo - ou entendo cada vez menos - está o direito de greve. Vejo os informadores de opinião se esgoelarem, afirmando que o direito de greve é sagrado. Eles não dizem o mais simples, que seria: o direito de greve é constitucional. **Dizem 'sagrado' e dão piedosa entonação a esse 'sagrado'**, como se estivessem dentro do Santo dos Santos - o local mais sagrado do Templo” (Cony e Angeli, 2000, p. 24, grifo nosso).

De acordo com Authier-Revuz (1990), a designação de um exterior específico é, através de cada marca de distância, uma operação de constituição de identidade para o discurso, de modo que em relação a esta identidade, pode-se dizer que é o exterior que define o interior:

“Também a zona de ‘contato’ entre exterior(es) e interior que mostra as marcas de distância num discurso é profundamente reveladora deste discurso, de um lado pelos pontos escolhidos para colocar explicitamente fronteiras, limites, demarcações – quer dizer, de que outro é preciso se defender, a que outros é preciso recorrer para se constituir – de outro lado, pelo tipo de relação que aí se joga com o outro, relação explicitada pelas glosas ou interpretável pelo contexto: há diferenciações que relevam do preciosismo cúmplice de um discurso com seus exteriores, do esforço teórico, por exemplo, para ultrapassar a *tecedura dos discursos pré-existent*s na qual ele é tomado e na qual ele se faz, da marcação de posição de afrontamento polêmico, e de uma ‘luta pela vida’ quando o que se joga na zona de contato não é da ordem de discussão, por mais violenta que seja, mas do direito à existência para **um** dos dois apenas, caso extremo da solidariedade constitutiva de um discurso em relação ao outro. Em resumo, as distinções operadas pelas formas marcadas de heterogeneidade mostrada relevam de uma relação de **um ao outro**, inscrita no

³¹ Cabe ao leitor realizar a decodificação dos termos aspeados. “As aspas constituem antes de mais nada um sinal construído para ser decifrado por um destinatário. (...) Cada decodificação realizada pelo destinatário reforça a convivência entre os parceiros do discurso, visto que estão partilhando a mesma forma de se situar no interdiscurso. O risco permanente de um fracasso nesta decodificação representa: todo o peso desta convivência, que se estabiliza nas fronteiras de uma formação discursiva” (Mangueneau, 1987, p. 91).

comparável, no comensurável, na **pluralidade**" (Authier-Revuz, 1990, p. 31-32, grifo nosso).

Além disso, ao mesmo tempo que essas formas marcadas de heterogeneidade mostrada colocam um exterior em relação ao qual se constituem, também postulam uma outra exterioridade: a do **enunciador**. É o que ocorre nos fragmentos abaixo:

"Afinal, para o político tradicional, **cujo protótipo pode ser o próprio FHC**, a finalidade única da política é ganhar eleição. Todas as energias do governo e de seus ocupantes são canalizadas para isso: exercer o poder pelo poder" (Cony e Angeli, 2000, p. 37, grifo nosso).

"Queiram ou não os interessados, o governo Fernando Henrique Cardoso está começando a repetir os escândalos do governo Fernando Collor de Melo. Com a agravante da correção monetária (**mais dinheiro envolvido nas maracutaias**) e menos pudor. Armou-se a aliança PSDB-PFL que garantiu votos na eleição e agora garante escudo nas investigações. A simetria é perfeita: para um escândalo no PFL (Econômico) corresponde outro no PSDB (Nacional)" (Cony e Angeli, 2000, p. 43, grifo nosso).

"**Cientistas políticos ligados ao governo, sociólogos que consideram FHC um iluminado**, acabam de descobrir que a culpa de tudo o que está acontecendo no país é da oposição. Um deles, **que aliás é meu amigo pessoal**, declara que a democracia não funciona entre nós porque a oposição insiste em fazer oposição" (Cony e Angeli, 2000, p. 150, grifo nosso).

Nesses exemplos, o locutor coloca-se distante da sua língua e de seu discurso, ocupando-se deles como objeto, numa posição exterior de observador, comentador, juiz de seu próprio dizer. É uma forma marcada de distância que remete à figura do enunciador presente nos seus comentários, glosas de retificação e observações de seu próprio dizer.

Essa construção pelo locutor de diferentes níveis no interior do próprio enunciado também é uma forma de heterogeneidade enunciativa (Maingueneau, 1987, p. 93). Segundo o autor, "o dito é constantemente atravessável por um **metadiscurso** mais ou menos visível que manifesta um trabalho de ajustamento dos termos a um código de referência". Assim, quando o locutor constrói o texto, articulando os marcadores de metadiscurso, ele não o faz desinteressadamente: em cada comentário ou retificação há uma intenção. Por outro lado, os comentários/observações realizados pelo locutor nos excertos citados –

atravessados por um metadiscorso – remetem à formação discursiva do locutor, definindo sua identidade em relação à língua e ao interdiscorso, ao mesmo tempo que marca a oposição a outras formações discursivas presentes e que ele refuta.

"Quando ouvi falar pela primeira vez em Fernando Henrique Cardoso, disseram-me que era homem inteligente, estava no Chile, em exílio voluntário, com amigos que eu conhecia aqui do Rio, como Thiago de Mello, Paulo Alberto (Artur da Távola), Ib Teixeira e outros. Eu estava na cadeia, recusei o exílio voluntário, achava que o meu lugar era aqui mesmo. Nesse tempo, eu já era burro e FHC inteligente - **era isso o que eu queria dizer**" (Cony e Angeli, 2000, p. 29, grifo nosso).

No exemplo citado, o locutor novamente distancia-se do interior do seu discurso e instaura as fronteiras pertinentes com o exterior. Na realidade, o locutor possui o que Maingueneau chama de uma concepção apropriada da discursividade para realizar um verdadeiro debate com as palavras, visto que o "metadiscorso se apresenta como um jogo com o discurso; na realidade, ele constitui um jogo *no interior deste discurso*" (Maingueneau, 1987, p. 95).

Mais uma forma de construção discursiva igualmente objeto de análise via heterogeneidade mostrada é **negação**. Nela, os enunciados negativos compõem-se normalmente de atitudes antagônicas e atribuídas a dois enunciadores diferentes em que um assume o ponto de vista rejeitado e o outro, a rejeição deste ponto de vista. Segundo Maingueneau (1987), normalmente distinguem-se dois tipos de negação: a polêmica e a descritiva. Em seguida, apoiado em J. Moeschler, ele destaca outros três a partir da polêmica: a retificação, a refutação proposicional e refutação pressuposicional. Essa tripartição da negação polêmica, de acordo com Maingueneau, é "ao mesmo tempo pragmática e lógico-semântica, apóia-se sobre o fato essencial que a negação é um marcador que apresenta a propriedade de incidir sobre um elemento delimitado, de possuir um campo" (Maingueneau, 1987, p. 82).

É recorrente o uso dessa estratégia de construção nas crônicas de OPQSJ:

"**O eleitor não tinha interesse nem vista para decifrar** as letrinhas miudinhas desse tipo de contrato eleitoral. O que viu - e constituiu-se no logotipo da campanha - foi a mão espalmada de sua Exa. prometendo saúde, educação, segurança, casa, etc" (Cony e Angeli, 2000, p. 39, grifo nosso).

Apesar de ter uma aparente semelhança com a negação descritiva (em que o enunciador apenas descreve um estado de coisas), nesse fragmento tem-se a

negação polêmica: o enunciado opõe-se a uma asserção anterior segundo a qual “o leitor tinha interesse e vista para decifrar (...)”. Assim, a negação polêmica atua na refutação do enunciado positivo correspondente, mantendo uma relação de contradição com o enunciado que refuta.

"Está [ele, FHC] se tornando um refém **não da classe política, mas de ladrões, batedores de carteira da nação**" (Cony e Angeli, 2000, p. 43, grifo nosso).

Esse fragmento representa bem a negação de retificação na qual a incidência é indicada por um encadeamento que se dá sobre a enunciação negativa. Portanto, é o encadeamento com base em um par antonímico (ladrões) que irá selecionar o elemento refutado.

O exemplo, a seguir, explicita claramente a refutação proposicional, uma vez que a incidência da negação não é definida: além de conservar os pressupostos do enunciado rejeitado, ela apenas recusa a primeira asserção, sem corrigi-la:

"Mais da metade da classe trabalhadora, **entre outros motivos porque não se alimenta nem se cuida devidamente**, jamais chega aos umbrais da Previdência. Morre pelo caminho" (Cony e Angeli, 2000, p. 17, grifo nosso).

Normalmente (tal qual nesse caso) a refutação proposicional está ligada a uma justificativa: a classe trabalhadora não chega à Previdência porque não se alimenta.

Um outro aspecto que merece atenção, refere-se à linguagem utilizada pelo locutor nesses dois exemplos citados anteriormente: há um jogo interessante quanto à escolha do vocabulário. Para referentes do alto escalão, o locutor utiliza-se de termos populares (“ladrões”, “batedores de carteira”); para os trabalhadores, termos eruditos (“umbrais”).

Ao utilizar-se de expressões populares, marcadas por gírias, ao mesmo tempo que o locutor realiza um ato de aproximação com o interlocutor, critica e denigre a imagem de FHC. Por outro lado, ao selecionar um vocabulário erudito, constrói positivamente a sua auto-imagem como sujeito produtor desse discurso.

No próximo exemplo ocorre a refutação pressuposicional, cujo objetivo é refutar a pressuposição ao enunciado rejeitado:

“Vi FHC na TV dizendo que ficou com raiva em Corumbá quando lhe perguntaram sobre a reeleição. Prêmio Nobel de hipocrisia. (...) **Não foi a imprensa que inventou ou levantou o tema.** E todos sabemos que não há, dentro do Planalto, prioridade maior do que a continuação desse grupo no poder” (Cony e Angeli, 2000, p. 47, grifo nosso).

Assim, no fragmento apresentado “não foi a imprensa que inventou esse tema” [a reeleição], fica implícito que foi o próprio governo que criou a situação de reeleição e não a imprensa. Portanto, a refutação pressuposicional vem acompanhada de uma justificação.

3.1.2 Heterogeneidade Mostrada Não-Marcada

Se nos exemplos anteriores as marcas lingüísticas/tipográficas eram claras uma vez que se trata de fenômenos da heterogeneidade enunciativa **marcada**; não é o que ocorre nas formas de negociação da heterogeneidade constitutiva com as **formas não-marcadas** de heterogeneidade mostrada (discurso indireto livre, ironia, metáforas etc.). Nestas, ao contrário, sujeito e discurso são expostos de uma forma mais arriscada, jogando com a diluição do outro no um, em que este pode ser enfaticamente confirmado, mas também pode vir a se perder.

Assim, vejamos como Carlos Heitor Cony traz para o contexto das crônicas de OPQSJ essa propriedade de enunciação fazendo ouvir as diferentes vozes – para retomar os termos de Mikhail Bakhtin – ou, como afirma Authier-Revuz, os *outros* (outros enunciadores, outros discursos).

Ironia e carnavalização

Entre as formas de heterogeneidade constitutiva que mais se destacam nas crônicas de OPQSJ está a ironia. Porém, antes de citar alguns exemplos dessa modalidade de construção discursiva, pensamos ser necessária uma breve conceituação da ironia. A ambigüidade, a inversão de papéis e o caráter polemizador, genericamente, são a essência da ironia. No entanto, outro aspecto importante desse recurso é o pressuposto incluso entre autor (enunciador) e leitor (enunciatário). Há a necessidade básica de um campo comum entre eles para se forjar a polêmica e instaurar a ironia:

"Os sinais contextuais, portanto de ordem enunciativa, promovem no plano da significação uma cumplicidade entre o enunciador e o enunciatário [no caso, autor e leitor, respectivamente], de tal modo que imediatamente o leitor pode compreender que aquilo que o locutor assume e enuncia como fato é a tradução de um desejo coletivo e não uma realidade. Daí o efeito de humor. (...) É evidente que nessa duplicidade, esse jogo de presença/ausência que configura o processo irônico, passa (...) pelo cruzamento de discursos compartilhados entre enunciador e enunciatário" (Brait, 1996, p. 59).

Complementando, Beth Brait afirma que o locutor encontra formas de chamar a atenção do interlocutor para o discurso e, por meio desse procedimento, contar com a sua adesão. Sem esse mecanismo discursivo de interpelação-adesão, a ironia não se realizaria. O conteúdo da ironia estará subjetivamente marcado por valores atribuídos pelo locutor, mas apresentados de forma a exigir a participação do interlocutor, sua perspicácia para reconhecer sinalizações – algumas vezes extremamente sutis – inscritas no enunciado:

"A crônica exige que o leitor desvende esse jogo de presença/ausência para ter os seus sentidos desvelados. Entre outros elementos desse jogo, estão como importantes os lugares de enunciação ou os locutores nomeados no texto. Há a pressuposição entre enunciador e enunciatário de conhecimento desses personagens para a compreensão dos enunciados forjados a partir desses lugares. Para ler outros textos, e especificamente a crônica, é necessário desvelá-los para compreender os sentidos ali impressos. O que nos leva à necessidade de uma definição clara de ironia como (...) o discurso que pretende significar o contrário do que é dito literal ou explicitamente e que, nessa perspectiva, também está ligada à definição de ironia como antífrase" (Brait, 1996, p. 72-73).

Semelhante inversão não é nada gratuita. A ironia é um recurso tradicional de destronamento e de polêmica de um outro discurso já estabelecido. É o que podemos perceber na crônica *Neoliberal é a vovozinha*, um, dentre os muitos exemplos presentes em OPQSJ:

"Bolas, FHC não se aceitou ainda como neoliberal de carteirinha; diploma de sócio remido pendurado na sala, flâmula tremulando na antena do carro. Nhenhêném, nhenhêném. Para todos os efeitos ele se diz social-democrata — rótulo confortável para sustentar o extinto charme de um intelectual que fez carreira à esquerda do processo" (Cony e Angeli, 2000, p. 18, grifo nosso).

Em todo o trecho o locutor procura chamar a atenção do interlocutor e para isso constrói ambigualmente o seu discurso, "destronando" e denegrindo o discurso de FHC. Já no início do parágrafo há uma inversão de sentidos, uma vez que a

palavra “bolas” está sendo empregada, não para designar o objeto em si, mas para expressar a indignação do locutor em relação ao comportamento de FHC que insiste em negar a posição de “neoliberal”. Na seqüência, as expressões selecionadas pelo locutor (“neoliberal de carteirinha”, “diploma de sócio remido”, “flâmula tremulando”, inclusive “bolas” – anteriormente citada) remetem ao discurso esportivo/futebol e sinalizam um efeito de sentido a ser construído pelo interlocutor: o jogo de faz de contas, de aparências no qual FHC é titular. Isso se comprova pelo uso do termo onomatopéico “nhenhêném, nhenhêném” que pode ser sinônimo de outra onomatopéia “lengalenga” e significam “resmungo interminável”, “tagarelice monótona e sem interesse”, respectivamente. Assim, FHC – tal qual um torcedor de futebol que, apesar de ser sócio de uma agremiação esportiva (com carteirinha e flâmula), não admite o fanatismo pelo clube – nega, por conveniência, a bandeira de neoliberal e se diz “social-democrata”. Cabe ao interlocutor, como afirma Brait (1996), reconhecer as “pistas” que são oferecidas pelo contexto para, então, compreender os efeitos irônicos do enunciado.

Ao aprofundar a análise dessa relação intersubjetiva que se estabelece no processo de construção da ironia, a autora também afirma que, qualquer que seja sua dimensão, o irônico desencadeia um jogo entre o que o enunciado diz e o que a enunciação faz dizer, com o objetivo de desmascarar ou subverter valores, processo que, necessariamente, conta com o envolvimento do interlocutor:

"Constituindo um fenômeno bivocal, dialógico, um sistema de interação, para utilizar os termos de Bakhtin, as formas de recuperação do já-dito com objetivo irônico não assumem, como tal, a função de erudição, no sentido de invocação de autoridade e muito menos de simples ornamento. Ao contrário, são formas de contestação de autoridade, de subversão de valores estabelecidos (...)" (Brait, 1996, p. 108).

Além disso, a ironia exige, necessariamente, a *opacificação* do discurso, na medida em que o locutor “produz um enunciado de tal forma a chamar a atenção não apenas para o que está dito, mas para a forma de dizer e para as contradições existentes entre as duas dimensões” (id. *ibidem*). Nesse sentido, Beth Brait ressalta que a ironia é uma forma de citação, o locutor convoca para o seu enunciado – sob a forma de alusão ou de paródia – um universo axiológico (coletivo ou individual) estabelecido em outros discursos e com o qual ele não compartilha. Nesse diálogo

entre discursos, ou a maneira de um discurso lidar com os outros, evidencia-se a interdiscursividade irônica. É o que se pode perceber em *O muro e a previdência*:

"Os trabalhadores de uma empresa vinculada a poderoso grupo internacional estavam seis meses sem receber salários. Fizeram greve. Depois das negociações habituais, o piquete grevista ameaçou depredar alguns equipamentos. Chamaram o presidente da holding – que devia o seu cargo, entre outros méritos, ao fato de saber tratar dessas questões. O empresário mandou entrar em seu escritório um comitê de seis representantes dos grevistas, **serviu cafezinho e água gelada, distribuiu uma flâmula da campanha contra os acidentes no trabalho** e, em tom paternal, perguntou: **"Meus filhos, vocês não sabem que o Muro caiu?"** De início, os grevistas não entenderam que muro era. Eles queriam receber seis meses de salário, somente isso. A que muro o patrão se referia? **"Ao de Berlim, meus filhos, o socialismo já era, faliu vergonhosamente, vocês estão na contramão da história etc. etc."** (Cony e Angeli, 2000, p. 17, grifo nosso).

Na construção irônica dessa crônica, o locutor dialoga com outros discursos, jogando argumentativamente com a memória discursiva do interlocutor. Remetendo ao discurso bíblico/paternal, o locutor recorre a associações entre os "trabalhadores em greve" e "meus filhos". É o discurso moral da parábola aqui presente: o empresário revestido de "pai" (aquele que detém grande sabedoria) falando ao "filho" (jovem rebelde e que necessita de ensinamentos). Há também a alusão ao capitalismo e à decadência do socialismo na Alemanha, o que exige que o interlocutor reconheça essas ligações e transfira os sentidos para o momento histórico da enunciação; desse modo, por uma espécie de cálculo interpretativo, o interlocutor instaura os efeitos de sentido/ironia. Isso nos mostra que, na consideração do sentido irônico no discurso, envolve-se, tanto o procedimento discursivo do locutor, que deseja que sua ironia seja percebida, quanto as atribuições de sentido feitas pelo interlocutor.

Faz-se necessário, também, posicionar alguns dos conceitos de Mikhail Bakhtin que se mostram valiosos para o presente trabalho, uma vez que a ironia em OPQSJ, nesse jogo de subversão de valores e discursos estabelecidos, pode ser lida pelo viés da *carnavalização*.

Na crítica elaborada por Mikhail Bakhtin da obra de Fiódor Dostoiévski, especialmente a concernente ao gênero de origem helênica "menipéia", o teórico russo desdobra a análise desse gênero em 14 particularidades. Apesar de ser um gênero historicamente circunscrito ao universo literário, Bakhtin aponta que "a

derradeira particularidade da menipéia é sua publicística³² atualizada. Trata-se de uma espécie de gênero 'jornalístico' da Antigüidade, que enfoca em tom mordaz a atualidade ideológica" (Bakhtin, 1963).

Para tanto, ele observa que as sátiras de Luciano são uma "autêntica enciclopédia da sua atualidade":

"(...) são impregnadas de polêmica aberta e velada com diversas escolas ideológicas, filosóficas, religiosas e científicas, com tendências e correntes da atualidade, são plenas de imagens de figuras atuais ou recém-desaparecidas, dos "senhores das idéias" em todos os campos da vida social e ideológica (citados nominalmente ou codificados), são plenas de alusões a grandes e pequenos acontecimentos da época, perscrutam as novas tendências da evolução do cotidiano, mostram os tipos sociais em surgimento em todas as camadas da sociedade, etc. Trata-se de uma espécie de "Diário de um escritor", que procura vaticinar e avaliar o espírito geral e a tendência da atualidade em formação" (Bakhtin, 1963, p. 118-119).

Bakhtin (1963) destaca que esse gênero se apresenta em fases de profundas transformações sociais:

"Ele se formou na época da desintegração da tradição popular nacional, da destruição daquelas normas éticas que constituíam o ideal antigo do 'agradável' ("beleza-dignidade"), numa época de luta tensa entre inúmeras escolas e tendências religiosas e filosóficas heterogêneas, quando as discussões das "últimas questões" da visão de mundo se converteram em fato corriqueiro entre todas as camadas da população e se tornaram uma constante em toda a parte onde quer que se reunisse gente: na praça pública, nas ruas, estradas, tavernas, nos banhos, no convés dos navios" (Bakhtin, 1963, p. 119).

Mikhail Bakhtin alude ao pleno florescimento da menipéia na Idade Média, quando ocorriam essas profundas transformações sociais com o estabelecimento do cristianismo como a nova religião universal, além da efetivação de sua missão "civilizatória".

Os elementos acima arrolados têm correspondência ao trabalho de Carlos Heitor Cony como cronista político-social. As transformações, bem como as constantes crises pelas quais o país tem passado e a instauração de mudanças no âmbito político/social brasileiro, especialmente na "era FHC", constituem-se o enfoque primordial do autor.

³² Segundo nota do tradutor "o termo é empregado pela crítica soviética como *gênero literário* ou *literatura político-social* centrada em temas da atualidade" (Bakhtin, 1963, p. 118).

As crônicas jornalísticas – em particular o *corpus* aqui analisado - estão marcadas pelo diálogo com o seu tempo. Se até a Idade Média esses conflitos tinham como palco privilegiado a discussão das "últimas questões" nas praças e outros espaços públicos, em nossa contemporaneidade semelhante quadro tem uma caixa de ressonância nos grandes veículos de comunicação. Carlos Heitor Cony discute nas crônicas de OPQSJ o momento político-social dessa fase, 1994 a 2000, os valores que emergem nessa época, colocando-os em contraponto com os anteriores, valendo-se de sua memória vivida, polemizando, assim, as questões sociais e as atitudes políticas.

Essa questão do jogo de vozes representando lugares ideológicos distintos é também estudada por Bakhtin (1963) e denominada de carnavalização literária. O autor a localiza como uma linguagem em que, a exemplo do festejo popular, eliminam-se:

"(...) as leis, proibições e restrições, que determinavam o sistema e a ordem da vida comum, isto é, extra-carnavalesca, revogam-se durante o carnaval: revogam-se antes de tudo o sistema hierárquico e todas as formas conexas de medo, reverência, devoção, etiqueta, etc., ou seja, tudo o que é determinado pela desigualdade social hierárquica e por qualquer outra espécie de desigualdade (inclusive a etária) entre os homens" (Bakhtin, 1963, p. 123).

Assim, um dos elementos básicos desse processo é a coroação-destronamento como:

"Um ritual ambivalente biunívoco, que expressa a inevitabilidade e, simultaneamente, a criatividade da mudança-renovação, a **alegre relatividade** de qualquer regime ou ordem social, de qualquer poder e qualquer posição (hierárquica). Na coroação já está contida a idéia do futuro destronamento; ela é ambivalente desde o começo. **Coroa-se o antípoda do verdadeiro rei - o escravo ou o bobo; como que inaugurando-se e consagrando-se o mundo carnavalesco às avessas**³³. Na cerimônia de coroação, todos os momentos do próprio ritual, os símbolos do poder que se entregam ao coroadado e a roupa que ele veste tornam-se ambivalentes, adquirem o matiz de uma alegre relatividade, tornam-se quase acessórios (mas acessórios rituais); o valor simbólico desses elementos se torna biplanar. (como os símbolos reais do poder, ou seja, no mundo extracarnavalesco, são monoplanares, absolutos, pesados e monoliticamente sérios)" (Bakhtin, 1963, p. 124-5, grifo nosso).

³³ Nesse sentido, Mikhail Bakhtin aponta para a importante inversão de hierarquia que se estabelece pela carnavalização.

A última característica da carnavalização, senão meta primordial, é o riso e o seu papel básico: o riso não como forma exterior, mas o riso interior, essencial e que não pode ser substituído pelo sério, sob a pena de destruir e desnaturalizar o seu próprio conteúdo de verdade revelada por meio do riso que se liberta não apenas da censura exterior, mas do censor interior que existe no próprio homem.

Para construir sua discursividade irônica em torno de FHC e seu governo, Carlos Heitor Cony subverte a fronteira entre o que é assumido e o que não o é por ele (locutor), carnavaliza discursos e posturas políticas e ridiculariza a realidade através da linguagem ambígua e mordaz, rompendo com o monológico:

"Impressionantes os recuos do governo. Não há semana em que o presidente da República não seja **docemente constrangido** a mudar de idéia ou de rumo. **Docemente**, também, ele explica que o recuo não vai interferir no seu programa e propósitos. FHC levou para o poder 34 milhões de votos e apenas um equívoco que anula todos esses mandatos da expressão popular. Ele deve acreditar que votaram nele, FHC, professor, homem de bem, boa praça, simpatião, cordato etc. Até eu torceria para que isso fosse verdade" (Cony e Angeli, 2000, p. 22, grifo nosso).

Nessa crônica (*Fisiologismo ideológico*), o locutor dialoga com as mudanças constantes dos propósitos de FHC enquanto governo, versus propostas apresentadas durante a campanha. Independente do sentido irônico produzido, o que nos interessa é focalizar a movimentação lingüístico-discursiva empreendida pelo locutor, ou seja, *como* ela é construída. Por meio da expressão "*docemente*³⁴ *constrangido (...)*", e "*docemente* também ele explica (...)" o locutor cria uma cena enunciativa antecipatória, apontando para um jogo lingüístico marcado pela ambigüidade do enunciado. O contexto da crônica oferece pistas para a compreensão irônica do enunciado. O leitor (interlocutor) é convidado a reconhecer que FHC não é "meigo, doce", mas apresenta-se como tal para tentar esquivar-se dos compromissos assumidos e não postos em prática: é a caracterização do lobo em pele de cordeiro. Outra compreensão possível deste "docemente" refere-se à resignação, aceitação a tudo e submissão a muitos a ponto de não conseguir governar, mas ser governado.

³⁴ Oportuno ressaltar que alguns termos são recorrentes na construção discursiva do autor ao referir-se a FHC e esse termo "docemente", "doce" é um deles, inclusive para referir-se à primeira-dama.

Na seqüência das análises, estaremos abordando os aspectos da heterogeneidade discursiva em sete diferentes crônicas de OPQSJ, buscando enfocar os aspectos teóricos destacados no primeiro capítulo. A escolha que fizemos pelo título dado a cada uma das análises, suspeitamos que esteja diretamente relacionada à forma de Carlos Heitor Cony referir-se a FHC, o que obviamente, gera efeitos de sentidos.

3.2 O HOMEM QUE SABE JAVANÊS

"Docemente constrangido, rubro de modéstia como um personagem de Nelson Rodrigues, o ministro da Fazenda admitiu o que todo mundo – ele próprio em primeiro lugar – sabia: se for "necessário", será candidato à sucessão de Itamar Franco.

Foi recebido com foguetório em Goiânia e já está distribuindo cestas básicas. Até aí tudo bem. Pior é o discurso: ele fala como se fosse oposição, esquecendo-se de que é a principal posição do caos econômico que marca a situação. Tudo o que fala, politicamente correto é claro, ficaria bem em qualquer boca, menos na dele. Afinal, é nele que o governo colocou a responsabilidade de combater a inflação, a sonegação, a recessão e (para rimar) a esculhambação que paira sobre a vida da nação.

FHC lembra aquele homem que sabia javanês do conto de Lima Barreto. Precisavam de alguém que soubesse javanês, o cidadão apresentou-se e foi aceito. Como ninguém sabia javanês, ele ganhou fama e espaço na mídia: era o homem que sabia javanês e pronto. Comia de graça as empadinhas de camarão na Colombo, era recebido nos salões, dava palpites sobre qualquer assunto. De um homem que sabe javanês esperam-se coisas formidáveis. Exercia mais do que um ofício circunstancial: era um sacerdote, um mago, um oráculo – tudo porque sabia javanês.

A única diferença entre FHC e o personagem do conto é que o homem que sabia javanês sabia que não sabia javanês. FHC é o primeiro a acreditar que sabe javanês. Esquecendo a ficção e enfrentando a realidade: o único trunfo do ministro em ter chance como candidato depende da queda da inflação. Ela só virá, agora, através de um truque igual ao do Plano Cruzado ou do Plano Collor, feitos para durar dois ou três meses. Tanto um como o outro foram uma espécie de cesta básica para tapear a fome também básica de imensa legião de esfomeados crônicos.

O aqodamento de FHC pelo poder já lhe trouxe o vexame da Prefeitura de São Paulo, quando sentou-se antes do tempo numa cadeira que não era dele. Jânio Quadros dedetizou aquilo que ele chamava de "curul" – e isso me dá uma suspeita: talvez Jânio Quadros soubesse javanês" (1994 – *Um plano e um candidato, FHC sabe javanês*, 17/01/1994, p. 11).

Essa crônica talvez seja a mais significativa do livro. Aparecem aqui alguns traços de construção discursiva que serão recorrentes nas outras e que irão marcar a posição crítica do autor em relação a FHC: a ironia em torno do predicativo "doce" (e derivados: "docemente", "docilidade", "dócil") que o autor constantemente usa para referir-se ao presidente, bem como o fato (motivo do título da crônica e do próprio livro) de o presidente pensar que "sabe javanês" que também perpassa as crônicas. Características outras, é claro, serão acrescentadas – como por exemplo: a

comparação constante com o Conselheiro Acácio, personagem de Eça de Queiroz, na crônica “O guru do garboso” – e que serão a marca registrada do discurso do autor que se manterá fiel à sua posição de cronista crítico de FHC.

Destacamos, a seguir, algumas formas de heterogeneidade – em que o autor “categoriza” os enunciados como pertencendo à voz geral, a um ponto de vista marcado para efetivar discursivamente sua posição em relação a FHC. Imaginamos que esse tipo de destaque não deixa de incidir sobre – não só a construção discursiva de FHC - mas principalmente, as estratégias que um sujeito (Cony) utiliza para marcar sua posição de crítica a FHC e ao projeto que ele significa. Parece-nos que se está mais na linha do ditado: “O que Pedro fala sobre Paulo, revela mais sobre Pedro do que sobre Paulo”.

Assim, o locutor inicia a crônica jogando argumentativamente com a memória discursiva do interlocutor: recorre à associação entre FHC e personagens de Nelson Rodrigues. Tal procedimento exige que o interlocutor reconheça essa ligação entre os personagens e, a partir do reconhecimento da citação literária, transfira os sentidos para o momento histórico: FHC, ministro da fazenda, tal qual um personagem rodrigueano, reveste-se de candura, dissimulação, castidade, fingimento para camuflar uma realidade. E a realidade, ou seja, “a vida como ela é (...)” não é levada ao palco, ou melhor, ao povo brasileiro: FHC quer sim ser candidato. Dissimulado, o personagem FHC reveste-se de ingenuidade para encenar aquilo que pensa sugerir: “se for necessário” será candidato à presidência. Essa expressão exige que o interlocutor busque na sua memória discursiva um outro discurso parecido: “se for para o bem geral da nação, diga ao povo que fico”, pronunciado por D. Pedro I quando do retorno da família imperial a Portugal. D. Pedro desejava permanecer no Brasil e ser seu mandatário – em Portugal não teria posição nenhuma, apenas seria o filho de D. João VI – e assim, para “justificar” seu desejo maior, pronunciou a frase que se tornou conhecida como o “Dia do fico”. Tal qual D. Pedro, FHC também deseja imensamente ser o chefe da nação, mas não declara abertamente, pois realmente acredita que “sabe javanês”.

Seguindo esse mesmo raciocínio, outra citação da Literatura Brasileira serve como instrumento para a construção de mais um trecho irônico na crônica. Em “FHC lembra aquele homem que sabia javanês do conto de Lima Barreto (...)” e “de um

homem que sabe javanês esperam-se coisas formidáveis”, o locutor deixa uma pista intertextual para que o interlocutor faça a relação entre a atitude de FHC e a do personagem de Lima Barreto. Por meio dessa associação, o interlocutor interpretará que, como o “homem que sabia javanês”, sua atitude é de um sujeito que detém grande conhecimento, capaz de realizações ou, como prefere o locutor, de quem “esperam-se coisas formidáveis”. Nesse “esperam-se” fica claro que a esperança aí nutrida não é somente do locutor, mas há uma outra voz – a do povo brasileiro – que está marcada implicitamente.

No segundo parágrafo, o locutor coloca-se à distância do enunciado e numa posição de observador, dando vozes a outros enunciadores, inclusive a FHC (“politicamente correto, é claro”): é o discurso indireto livre que aí é construído. O enunciado “e já está distribuindo cestas básicas” implica em dizer que FHC já incorporou a idéia de ser candidato (mesmo afirmando em público que não o é, ainda) e também remete à formação discursiva antagônica à do locutor de que, em sendo candidato e como estratégia de vencer a eleição, distribuem-se cestas básicas. No entanto, utilizar-se desta estratégia eleitoral não é o pior: “até aí tudo bem” – o locutor aqui é o que “perdoa” este tipo de atitude, mas refuta o discurso (“pior é o discurso”) que “ficaria bem em qualquer boca, menos na dele”. Trata-se aqui de outra voz, outro enunciador; aquele que julga, critica.

Por fim, destacamos uma marca explícita de metalinguagem em que o enunciador, ao exteriorizar o seu discurso, remete-o à língua: “Afim, é nele que o governo colocou a responsabilidade de combater a inflação, a sonegação, a recessão e **(para rimar)** a esculhambação que paira sobre a vida da nação”.

3.3 O CONSELHEIRO ACÁCIO

"Nem Max Weber nem Albert Hirschman. Apenas Acácio, o conselheiro, personagem de Eça de Queiroz mais ou menos chupado de modelos existentes em outras literaturas. O Acácio eciano ganhou popularidade maior, transformou-se num símbolo – nem o seu autor imaginou que ele se tornaria guru de alguém ou de alguma coisa. É assim que Eça descreve Acácio: "Citava muito. Era autor. Ocupava-se de economia política: tinha composto os *Elementos Genéricos da Ciência de Riqueza e Sua Distribuição*".

Não conheço, detalhadamente, a produção cultural do atual presidente, mas acredito que o título do livro de Acácio poderia figurar na relação de suas obras completas. O que li de FHC, até agora, coincide espantosamente com o pensamento claro, infosismável e óbvio do conselheiro.

No último domingo, a Folha destacou uma de suas frases típicas e lapidares: "Serviço público é para servir o público". Irretocável. Nem Acácio diria melhor.

Daí o meu espanto quando li, na edição da revista "Veja" desta semana, a matéria de capa que apresenta FHC como "um garboso senhor de 60 e tantos anos". Pensei que a revista estivesse a sugerir essa herança espiritual de Acácio, pois o conselheiro era igualmente um garboso senhor de 60 e tantos anos, embora calvo –na época, a calvície era uma espécie de código entre os conselheiros.

Depois, mais para dentro do texto, verifiquei que o legado de Acácio podia ser distribuído eqüitativamente entre o presidente e a própria revista. Ao descrever a recepção em Brasília, "Veja" se superou ao constatar que dona Ruth Cardoso "brilhou como um farol na festa no Itamaraty". Bem verdade que Acácio teria colocado um ponto de exclamação no final da frase, mas o redator já havia gasto a sua cota, usando belíssima e oportuna exclamação no início do texto: "Que surpresa! Ruth Cardoso, a antropóloga, a intelectual dos milhares de livros..." É o espírito de Acácio que está baixando sobre o governo e sobre a imprensa que o louva nas idéias, no estilo e no guarda-roupa" (1995 – *Primeiro Reinado, O guru do garboso*, 11/1/95, p. 15).

Nessa crônica há novamente o diálogo com a Literatura. Porém, aqui a associação de FHC com personagem literário – que marca todas as crônicas de Carlos Heitor Cony em relação a FHC – surge com justificativa explicitamente descrita: "Nem Max Weber nem Albert Hirschman. Apenas Acácio, o conselheiro, personagem de Eça de Queiroz mais ou menos chupado de modelos existentes em outras literaturas". Trata-se da instituição de um personagem da Literatura Portuguesa, o Conselheiro Acácio (personagem de 60 e poucos anos, experiente, que não se deixa mais tomar pelas paixões e que se coloca acima das misérias humanas; além disso, possui boa retórica, apesar de falar obviedades) que vai ser repetida como um "leit-motiv" ou estribilho ao longo dos anos e das crônicas: "O Acácio eciano ganhou popularidade maior, transformou-se num símbolo – nem o seu autor imaginou que ele se tornaria guru de alguém ou de alguma coisa".

Assim, "o homem que sabia javanês", mais o "conselheiro Acácio" constróem – em conversa direta com a literatura – o "sujeito" FHC segundo a visão de Carlos Heitor Cony. Isso mostra que o lugar de ancoragem dessa construção discursiva se dá pelo diálogo, trazendo a voz da Literatura – o que remete à especulação de que, às vezes, a melhor descrição da realidade é a ficção.

No parágrafo seguinte, o locutor confirma a aproximação de FHC com Acácio, através da ironia: No último domingo, a Folha destacou uma de suas frases típicas e lapidares: "Serviço público é para servir o público. **Irretocável. Nem Acácio diria melhor**".

Com a citação da Revista Veja sobre FHC "um garboso senhor de 60 e tantos anos", o locutor "encena" uma cumplicidade com essa aproximação. No entanto, ele realiza uma crítica à postura da imprensa (Veja), que também é por ele classificada de "acaciana": "depois, mais para dentro do texto, verifiquei que o legado de Acácio podia ser distribuído eqüitativamente entre o presidente e a própria revista". O que se pode perceber é que há uma dupla ancoragem nessa crítica à imprensa: se por um lado o locutor a critica, por outro ele pretende diferenciar seu discurso que está inserido nessa mesma imprensa. Ao desqualificá-la, o locutor tem certeza de que seu discurso é outro, é diferente. E as crônicas, onde foram publicadas, senão na imprensa? Estariam acima "dessa" imprensa? Há, portanto, um jogo de construção do discurso e da imagem do próprio locutor efetivado por intermédio do simulacro discursivo.

3.4 O DONO DA PEDRA FILOSOFAL

"Vi nas folhas uma seleção de frases do presidente da República proferidas em seu programa radiofônico a respeito da venda da Vale do Rio Doce. Falando para os humildes, FHC segue sem saber o conselho de São Paulo, "*gaudens cum gaudentibus*": torna-se humilde com os humildes, mas não ao ponto de deixar de ser acaciano.

Ele garantiu que, vendendo a Vale, "vocês terão mais comida no prato, mais alegria no viver". Taí uma coisa que eu não suspeitava. Sempre pensei que a fome e a tristeza tivessem causas mais complicadas, jamais poderia supor que a venda de uma estatal acabaria com a herança do pecado original.

Fiquei até espantado de somente agora, dois anos depois de ter tomado posse e sessenta e poucos de vida, FHC apareça perante a plebe como o dono da pedra filosofal. Se a venda da Vale trará tantas e tamanhas benesses para "vocês" (humildemente, FHC não falou "nós", mas "vocês", incluindo-me piedosamente nessa chuva de maná que descera sobre a nação), é lícito imaginar o que não aconteceria de divino e maravilhoso se, além da Vale, FHC vendesse a Amazônia "por preço justo".

Afinal, a Amazônia onera o orçamento nacional, tira mais do que dá - ao contrário da Vale, que sempre dá algum lucro, insignificante é verdade, mas lucro.

Teríamos melhor renda "per capita", não atrairíamos a cólera de outros povos pelos crimes ecológicos que lá se praticam. Ficaríamos livres das demarcações de terras indígenas que causam problemas com vizinhos – enfim encheríamos as burras do Tesouro perdendo apenas um pouco do nosso imenso território. Com o que sobrasse, ainda seríamos maior do que o Japão, a Alemanha, os tigres asiáticos. Se o problema é equilibrar contas, apresentar superávits e diminuir despesa, a venda da Amazônia traria melhor resultado do que a venda da Vale. Haveria mais comida e menos tristeza para o restante de brasileiros" (1996 - *Velhas Palavras, Comida e tristeza*, 30/11/96, p. 54).

Nessa crônica o locutor, de início, cria uma cena enunciativa que aponta antecipadamente para a citação, construindo o seu enunciado a partir de outra voz, a do jornal: “vi nas folhas” (que intermediou a frase do presidente do “programa radiofônico” para o contexto jornalístico). Na seqüência, faz uma citação que, num gesto metalingüístico, remete ao discurso bíblico e, ao mesmo tempo, institui a ironia: “Falando para os humildes, FHC segue sem saber o conselho de São Paulo, “gaudens cum gaudentibus”: torna-se humilde com os humildes, mas não ao ponto de deixar de ser acaciano. Ressalta-se ainda que, a ironia aqui se dá justamente pelo fato de o enunciador associar FHC novamente ao já instituído guru, Conselheiro Acácio.

Optando pelo discurso direto (citação aspeada), o locutor afasta-se do seu enunciado, trazendo o discurso de FHC: “vocês terão mais comida no prato, mais alegria no viver” para, na seqüência, com a expressão notadamente oralizada, numa aproximação direta ao discurso coloquial da maioria dos interlocutores, “taí” e a escrita em primeira pessoa, deslizar a sua ironia: “Taí uma coisa que eu não suspeitava. Sempre pensei que a fome e a tristeza tivessem causas mais complicadas, jamais poderia supor que a venda de uma estatal acabaria com a herança do pecado original.” A ironia se dá pelo fato de o locutor (situado numa formação discursiva oposta à de FHC), desqualificar o discurso do presidente em relação à solução “simples” por ele criada para a melhoria de vida (mais comida, mais alegria) do brasileiro pobre, numa tentativa de justificar a venda da Vale do Rio Doce. A ironia se completa com – novamente – mais uma alusão ao discurso bíblico: herança do pecado original. Qual seria essa “herança”? Justamente o que FHC diz pretender acabar com a simples venda de uma estatal: fome, sofrimento, dor etc. e que Carlos Heitor Cony, como diz Bakhtin, carnavaliza, satiriza.

Na seqüência da crônica todos os recursos estão mobilizados pelo locutor para servir à ironia: “Fiquei **até** espantado de **somente** agora, dois anos depois de ter tomado posse e sessenta e poucos de vida, FHC apareça perante a plebe como **o dono da pedra filosofal**” em que o “até” e “somente” – marcadores de escala argumentativa – nesse caso produzem o efeito da ironia. Além disso, a ironia é completada pela associação de FHC com aquele sujeito que “dono da pedra

filosofal”, ou seja, alguém que segundo a filosofia medieval, é detentor de grande conhecimento, sabedoria.

Da fala do presidente, o locutor isola o termo “vocês” pelo uso de aspas, marcando a sua alteridade e remete-o a outros sentidos (vocês = pobres, humildes, necessitados etc.). E, se até então, o locutor apenas exercia o papel de “narrador-observador”, ele deixa esta condição e se coloca numa posição compartilhada entre o “eu” (dele, enunciador) e demais “vocês”, incluindo-se ao povo brasileiro sob a “chuva de maná” (benesse de Deus aos Hebreus: a chuva de maná continha a propriedade de transformar o fruto/alimento no sabor que o povo quisesse; designa também alimento gratuito; ganhar sem fazer esforço.) Mais uma vez, o locutor se vale do discurso bíblico e cabe ao interlocutor buscar na sua memória discursiva ou no seu conhecimento enciclopédico, as pistas para a efetivar a interpretação. Por fim, mais uma expressão é aspeada (vender a Amazônia "por preço justo") que, pelo contexto da crônica, obviamente está sendo usada metaforicamente.

3.5 O DOCE CONSTRANGIDO

"Docemente constrangida, dona Ruth afinal admitiu que é a favor não apenas da reeleição como tese, mas da reeleição-já para seu marido.

Com modéstia, revelando falta de ambição, confessou que para ela seria melhor pensar em outra coisa, ir para casa cuidar dos netos, essas coisas. Mas se vai haver reeleição - na opinião dela - , a nova norma constitucional deve valer para o esposo, pai de seus filhos. avô de seus netos. Comovente. As lágrimas enchem-me os olhos. Há uma lei moral não escrita - e às vezes escrita - que é obedecida até pelos maiores gângsteres da máfia, dos antros do jogo, dos bicheiros, dos traficantes: iniciado o jogo, não se mudam as regras. É a garantia mínima de que haverá uma lei maior acima das questiúnculas que poderão surgir no decorrer da partida.

A estratégia de FHC para descolar um novo mandato não é casuística: é golpista. Conhecemos a mecânica desse golpe: um presidente civil ou militar localiza a fonte do poder, seja nas casernas, seja no capital externo, seja nos interesses empresariais e da elite dirigente. Passa a governar para esses setores, cumulando-os de agrados. E obtém a continuidade do poder, uma vez que militares, capital externo, empresários e elites, que tanto temem o caos, só ficam tranqüilos quando o governante faz o pacto sinistro: "Evito o caos, mas vocês me apóiam até o final dos tempos".

Essa fórmula é velha, não tem inteligência alguma, nem criatividade. Cabe muito bem a FHC: ele acha que descobriu a pedra filosofal, o elixir da juventude que o manterá no poder enquanto o pacto durar.

Tudo bem. Parodiando Mozart, assim fazem todos os governantes para os quais o poder justifica o crime ou o golpe. Pode parecer exagero falar em crime em se tratando da pessoa pacífica do atual presidente. Mas golpe continuado, mais cedo ou mais tarde, termina em crime" (1997 – *Tudo pela reeleição, O golpe e o crime*, 12/1/97, p. 61).

Aqui, certamente encontra-se uma forte marca do diálogo que o locutor realiza com as próprias crônicas: a primeira-dama também é apresentada como a “doce constrangida” tal qual o marido FHC - o “docemente constrangido e rubro de modéstia”. O locutor constrói a ironia desta crônica com as mesmas escolhas na escala argumentativa feitas na primeira: “Docemente constrangida, dona Ruth afinal admitiu que é a favor não apenas da reeleição como tese, mas da reeleição-já para seu marido”.

Assim, ao fazer essa referência interna entre as crônicas, usando neste caso o mesmo predicativo, o locutor reveste o seu enunciado de significados outros, numa espécie de emprego ambíguo do discurso. Dessa forma, o “docemente constrangida” não significa a expressão de alguém que se constrange ou que se demonstra doce, mas através do reconhecimento de um segundo contexto criado pelo locutor e, conseqüentemente da consideração, via discurso, de um outro discurso, implica dizer que, esse “docemente constrangida” caracteriza dona Ruth Cardoso (e FHC, obviamente) como alguém que não pode perder a soberba, o orgulho, a arrogância. E é essa, talvez, a síntese do pensamento do locutor (Carlos Heitor Cony) em relação a FHC: o doce constrangido; logo, o imponente, o soberbo da nação.

No segundo parágrafo da crônica, a ironia continua. Novamente a construção se dá pelo típico discurso bivocal, ou seja, o enunciado adquire duplo sentido. Assim, quando o locutor descreve a posição de dona Ruth Cardoso diante da possibilidade da reeleição de seu marido,

“Com modéstia, revelando falta de ambição, confessou que para ela seria melhor pensar em outra coisa, ir para casa cuidar dos netos, essas coisas. Mas se vai haver reeleição - na opinião dela - , a nova norma constitucional deve valer para o esposo, pai de seus filhos, avô de seus netos. **Comovente. As lágrimas enchem-me os olhos”**.

ele não está apenas dizendo algo pelo enunciado e, portanto, remetendo à enunciação; mas também, e sobretudo, ele volta-se contra a própria enunciação acrescentando-lhe uma idéia oposta no mesmo instante em que ela é enunciada. Portanto, a mesma enunciação serve para dizer “X” (enunciado em negrito) e, simultaneamente, para dizer o seu contrário, devido ao valor argumentativo oposto das enunciações. Mais uma vez, por intermédio da ironia, cabe ao interlocutor

interpretar esse enunciado como uma pluralidade de vozes orientadas pelo eixo da contradição, da oposição de sentidos. Em consonância com Bakhtin (1929-1963), pode-se dizer que nesses predicativos “com modéstia” e “falta de ambição” há uma arena em que se confrontam e lutam dois pontos de vista, dois discursos opostos: aquele do locutor (que finge compactuar com o discurso de dona Ruth Cardoso que se coloca na condição de “modesta”) e o outro aí instaurado pela ironia. Ainda nesse parágrafo, o locutor introduz via discurso indireto a “fala” da primeira-dama, usando para isso o verbo “confessar” que, segundo Maingueneau (1987), apoiado em M. Charolles, não é um verbo neutro, mas veicula pressuposição que nesse enunciado ocorre sobre o ponto de vista de dona Ruth Cardoso, atribuído pelo locutor, face ao que ela diz “confessar”. Assim, “ir para casa cuidar dos netos” e “já que haverá reeleição a nova norma constitucional deve valer para o esposo, pai de seus filhos, avô de seus netos” poderiam estar entre aspas, como discursos citados pelo locutor. No entanto, ele se situa numa posição de observador que, ao mesmo tempo, mostra-se solidário ao discurso relatado para no final, provocativamente, ironizar, desprezar o discurso da primeira-dama: “Comovente. As lágrimas enchem-me os olhos”. É sob esse fundo impregnado de ironia que o locutor, através de sua apreciação em relação ao discurso de dona Ruth Cardoso, deixa implícito o seu discurso antagônico àquele da enunciação. Portanto, dois discursos encontram-se aqui entrecruzados: o discurso literal de dona Ruth Cardoso apresentado pelo locutor e outro discurso aí instaurado, irônico.

Na seqüência da crônica (terceiro parágrafo), o locutor situa-se numa posição de juiz para refutar o discurso da reeleição possibilitada pela mudança da lei durante o mandato de FHC para que ele se auto-beneficiasse: “há uma lei moral não escrita - **e às vezes escrita** - que é obedecida **até** pelos maiores gângsteres da máfia (...)” A glosa inserida pelo enunciador marca, evidentemente, essa alteridade.

Na seqüência, o enunciador continua a argumentação contra a reeleição de FHC e inicia o parágrafo com uma negação polêmica: “A estratégia de FHC para **descolar** um novo mandato **não é casuística**: é golpista”.

A polêmica aqui instaurada, segundo a AD, se dá porque representam posições de sujeito formadas por formações discursivas antagônicas, decorrentes do confronto entre práticas discursivas sociais. Assim, no caso o locutor, ao assumir um

ponto de vista que defende que “a estratégia de FHC para descolar um novo mandato não é casuísta” e, simultaneamente, opor-se ao ponto de vista contrário – “a estratégia é casuística” – está refutando um possível enunciado de outra formação discursiva. Negando uma afirmação e reafirmando uma antagônica, o locutor justifica seu ponto de vista (por oposição) ao caracterizar a atitude de FHC como “golpista”. E continua a sua explícita caracterização: “conhecemos a mecânica desse **golpe**”. Logo, e por extensão, FHC é **golpista**. Com essa estratégia discursiva, Carlos Heitor Cony também fecha o discurso sobre FHC, ou seja, não deixa brechas para outras possibilidades de sentido (“é golpista, sim, e está encerrada a discussão!”).

Nesse mesmo enunciado (“conhecemos a mecânica desse (...)”), queremos chamar a atenção para o verbo utilizado pelo locutor na primeira pessoa do plural: “**conhecemos**”. “Nós”, quem? Com quem o locutor está dialogando? Ao assumir a perspectiva de um enunciador genérico, o autor (Carlos Heitor Cony) ao mesmo tempo em que pode se referir a uma coletividade (eu + eles)³⁵, no caso específico de uma crônica publicada em jornal, pode referir-se ao enunciador e seu enunciatário (eu + tu), o que realmente funciona como uma dupla ancoragem do ponto de vista expresso no enunciado: a afirmação respalda-se tanto em um discurso dado como universal, de um conteúdo conhecido e aceito por todos, bem como apela para uma responsabilidade compartilhada entre o “eu” e o “tu” (no caso Cony e seu leitor). Há um outro diálogo possível entre o locutor e o próprio objeto (FHC) que só pode ser interpretado se o interlocutor, via memória discursiva, for resgatar na história a atuação política de Carlos Heitor Cony e FHC: ambos viveram o Golpe Militar de 64 e, por consequência, o regime ditatorial; ambos foram exilados e ambos “conhecem a mecânica desse golpe”. É como se o locutor, implicitamente, dissesse: “Eu e você (FHC) *conhecemos*...” e você sabe o que está fazendo, ou seja, está repetindo o golpe. Portanto, essa forma de generalização através do “nós”, é um “dizer com”, é um discurso que se agencia apelando a outros discursos: o universal e o creditado ao interlocutor, cuja voz aí evocada, marca a presença do outro. Essa marca plural do “nós” faz-se presente em muitas crônicas do livro, sempre como uma estratégia: de agenciamento, de aliciamento do interlocutor.

³⁵ Esta coletividade referida pode ser “nós brasileiros”, “nós eleitores”, “nós politizados” ou “nós que já vivenciamos uma história parecida e por isso *conhecemos* esse golpe”.

A seguir, ainda no mesmo parágrafo, o locutor avança sua argumentação na crítica à estratégia de FHC manter-se no poder. Nesse momento, ocorre uma quebra na cadeia discursiva com a citação de um discurso direto:

"E obtém a continuidade do poder, uma vez que militares, capital externo, empresários e elites, que tanto temem o caos, só ficam tranqüilos quando o governante faz o **pacto sinistro: 'Evito o caos, mas vocês me apóiam até o final dos tempos'**".

Porém, o discurso que o locutor cita entre aspas como sendo de FHC, não foi dito por ele, ou seja, o locutor a partir de um contexto dado, agencia um discurso apropriado à formação discursiva de FHC e o insere como dito, numa estratégia de desvelamento. Assim, considerando que o locutor situa-se numa formação discursiva antagônica à de FHC, ele traduz a fala do presidente a partir da grade de interpretação de sua própria formação discursiva, ocorrendo o que Maingueneau (1987) denomina de uma "troca" ou mesmo uma esgrima de estratégias lingüísticas. Se, por um lado, os não-ditos, subentendidos e pressupostos das falas de FHC são por este usados para poder dizer sem ser acusado de ter dito; o locutor (Carlos Heitor Cony), por sua vez, também lança-mão de estratégias – nesse caso, a citação entre aspas - que obrigam o interlocutor a ler o que FHC disse/não disse, tornando-o, de certa maneira, responsável por isso. Outrossim, pode-se até especular que não está em jogo aí o FHC empírico (real, concreto, que disse ou deixou de dizer alguma coisa), mas aquele construído discursivamente por Carlos Heitor Cony ao longo das crônicas, a partir da lógica interna de sua formação discursiva, de seu lugar como sujeito histórico, social. Podemos dizer, então, que FHC é uma construção discursiva, no entanto, ele também é parte do real; ele existe materialmente. Daí concordarmos com Mikhail Bakhtin que afirma que o discurso refere e refrata a realidade.

Finalmente, o tom explícito dessa crônica é a ênfase da crítica ferina, feroz a FHC – ressalta-se que esta não é a mais ou uma das mais fortes para contradizer FHC. Parece-nos que Carlos Heitor Cony chega a um estágio em que não mais usa de artifícios lingüísticos (a não ser a ironia, sua marca registrada) ou eufemismos: cai o véu de FHC e Cony também "bate" explicitamente.

3.6 O DESCOBRIDOR DA PÓLVORA

"Com lastimável atraso, e já de olho na campanha eleitoral para a reeleição, o presidente da República começa a criticar a globalização. Só agora, ao término do mandato (que ele espera ser o primeiro, mas não o único), FHC descobriu a pólvora.

Tal como foi aceita e absorvida, como se fosse uma lei da física (a lei da gravidade, por exemplo), a globalização somente poderia beneficiar países em adiantado estágio de desenvolvimento, grosso modo, os países ditos do Primeiro Mundo. O Brasil foi apanhado no contrapé no momento em que, apesar dos pesares, podia ser considerado emergente.

A globalização cortou esse movimento ascendente. Não somente o paralisou, mas, a médio prazo, o enviará de volta ao estágio de subdesenvolvimento colonial.

Já lembrei que as próprias leis naturais, não podendo ser abolidas, podem ser disciplinadas pelo gênio humano. A lei da gravidade não foi revogada, mas domesticada pelas colunas que sustentam nossos tetos, pelos motores que impulsionam os aviões.

Mesmo admitindo que a globalização é uma lei física tão imutável e fatal como a da gravidade, ela teria de provocar a criatividade dos governantes e das sociedades em atraso tecnológico e cultural. E nunca a docilidade que FHC e sua equipe adotaram ao longo de seus já quase quatro anos de poder. Agora é um pouco tarde. Só servirá mesmo ao candidato FHC, que já prepara o discurso eleitoral na oposição a si mesmo, ao que fez, ao que deixou de fazer e, sobretudo, ao que não fez e devia ter feito.

As declarações do presidente em sua última viagem pelo exterior deixam claro que, em face do desgaste apontado pelas pesquisas, ele pretende ser a voz mais categorizada da oposição ao que aí está.

Ele será contra as medidas provisórias, contra a barganha dos cargos públicos, contra o suborno que compra congressistas. Será contra tudo o que foi e fez. Talvez seja reeleito mesmo" (1998 – *O servo do Poder, A oposição encontrou uma voz*, 25/05/98, p. 108).

Aqui a presença da dialogia interdiscursiva encontra-se marcada do início ao fim da crônica. A todo momento, o locutor conversa, dialoga, com um ponto de vista, ou um discurso-outro, o qual recupera no seu texto para, a seguir, dele discordar, comparar ou ainda refutar discursivamente as posições assumidas por FHC presidente e, ao mesmo tempo, candidato à reeleição.

Esse discurso-outro, com o qual o locutor dialoga é um discurso desfavorável à globalização e, principalmente, às estratégias de FHC para reeleger-se. Na passagem inicial, o locutor, ironicamente, marca mais uma vez essa posição de contradição e de indignação:

"Com **lastimável** atraso, e já de olho na campanha eleitoral para a reeleição, o presidente da República começa a criticar a globalização. **Só** agora, ao término do mandato (que ele espera ser o primeiro, mas não o único), FHC **descobriu a pólvora**".

Numa postura mais próxima de juiz que de observador, o locutor a partir de sua formação discursiva que se opõe à globalização, torna saliente a sua avaliação e convida o interlocutor a desvelar, desmascarar as intenções que estavam ocultas no discurso de FHC: durante o primeiro mandato nunca se opôs à globalização e “só agora” ante a possibilidade de se reeleger, “descobre a pólvora”, ou seja, começa a criticá-la. Esse “julgamento” do locutor também torna-se nítido na sua glosa de retificação em que ele recupera da formação discursiva do presidente o desejo insano por um segundo mandato, realizando – sem citação aspeada - um enquadramento perfeito do discurso de FHC: “que ele espera ser o primeiro [mandato], mas não o único”. Este enunciado também remete e, obviamente dialoga, com o título da segunda parte do livro “primeiro reinado”, numa referência implícita (e de certo modo explícita) a outros possíveis “reinados” de FHC – tantos quantos ele conseguisse para manter-se no poder.

No quarto parágrafo, ocorre uma quebra na cadeia discursiva com a introdução da primeira pessoa: “já lembrei que as próprias leis naturais, não podendo ser abolidas, podem ser disciplinadas pelo gênio humano”. Dois aspectos merecem ser destacados. Primeiramente, o locutor realiza um exercício de diálogo com as próprias crônicas, uma vez que há quase um ano antes (03/07/97) ele já havia comparado a globalização à lei da gravidade e aqui ratifica a comparação. Segundo, é a presença de um outro discurso atribuído a um enunciador situado na posição de um sujeito que adverte: “já havia dito isso/prevenido sobre etc.”

Na seqüência da crônica, o locutor afirma:

"Mesmo admitindo que a globalização é uma lei física tão imutável e fatal como a da gravidade, ela teria de provocar a criatividade dos governantes e das sociedades em atraso tecnológico e cultural. E nunca a **docilidade** que FHC e sua equipe adotaram ao longo de seus já quase quatro anos de poder”.

A estratégia aqui utilizada produz um efeito de delimitação de determinado universo discursivo – aquele que defende a globalização como um acontecimento sem volta, sem retorno. Nessa delimitação discursiva, o locutor propõe a incorporação do discurso “mesmo admitindo que a globalização (...)” – exatamente aquele que pretendia combater – para na seqüência questionar o comportamento do governo: “ela teria de provocar a criatividade (...)” e jamais a “**docilidade**”,

predicativo retomado de crônicas anteriores e agora associado não somente a FHC como também à toda sua equipe.

Nos parágrafos finais, o locutor compõe um espaço oportuno à ironia, uma vez que ele reassume a posição de antagonista – “agora é um pouco tarde” – e, ao lamentar a postura interesseira de FHC pela globalização, ele apresenta seu ponto de vista – “FHC já prepara o discurso eleitoral na oposição a si mesmo, ao que fez, ao que deixou de fazer e, sobretudo, ao que não fez e devia ter feito” – para em seguida desqualificar o seu oponente:

“(...) ele pretende ser a voz mais categorizada da oposição ao que aí está. Ele será contra as medidas provisórias, contra a barganha dos cargos públicos, contra o suborno que compra congressistas. Será contra tudo o que foi e fez. Talvez seja reeleito mesmo”.

Assim, situando-se nitidamente numa formação discursiva oposta à de FHC, o locutor dialoga com o interlocutor, forçando-o a buscar na sua memória discursiva algumas ações realizadas pelo presidente a aqui citadas como medidas que o candidato (FHC) pretende criticar na campanha à reeleição. Nesse diálogo, o locutor deixa entrever o conflito instaurado pela enunciação. Conflito este, instaurado pelo locutor no momento em que enuncia, o que lhe permite dizer, por um ângulo inverso, o que já fora dito por FHC em uma outra formação discursiva e em outra situação, mas que em um processo de retomada – no contexto da reeleição – instaura pela heterogeneidade, a ironia. Daí o efeito irônico atingido pelo comentário final “talvez seja reeleito mesmo”.

3.7 O GOVERNO SEM IMAGINAÇÃO

"Dizem que brasileiro é sujeito a idéias fixas. Mulher é uma delas - e talvez a mais perdoável. O governo também cultiva idéias recorrentes, sendo que o confisco da renda dos mais pobres tornou-se uma idéia fixa na cabeça dos atuais governantes. Incapaz de operar uma máquina eficiente e honesta de recolher os impostos naturais, que a sociedade em tese deveria pagar para sustentar os itens básicos da saúde, educação, segurança etc., o governo sem imaginação de FHC insiste em arranjar dinheiro de forma que não dê trabalho: descontando em folha dos funcionários mais modestos, inclusive dos inativos.

O STF tentou corrigir a aberração que obrigava os aposentados a pagar mais do pouco que ganham. Mas as autoridades do Ministério da Fazenda insistem em taxar pensões e benefícios previdenciários, uma comodidade para os que arrecadam e uma crueldade para aqueles que pagam. Como ninguém no governo quer comprar

briga com os militares, é possível que a classe seja isenta desse novo assalto do governo.

O argumento dado por Malan é primário: o governo contava com a arrecadação que o Supremo por ora derrubou. Logo, tem o direito de mudar a lei para que, de outra forma, o confisco continue obrigatório e legal.

Venderam-se as estatais para pagar compromissos da especulação. O ex-ministro Jatene passou um tempão brigando e se desgastando para ressuscitar um imposto para a saúde - que tampouco adiantou à goela de um orçamento federal mal previsto e mal executado.

Malan descobriu que o benefício de 900 e tantos mil inativos do serviço público não pode prejudicar os direitos dos 160 milhões de brasileiros.

A idéia fixa do governo é que pagar salário é um favor. E honrar as pensões que foram descontadas ao longo de 35 anos é um desperdício que alimenta vagabundos" (1999 – *Cinzas de Vila Rica, Idéia Fixa*, 07/10/99, p. 156).

Discursos contrários à taxaço de pensões e benefícios previdenciários estão presentes nessa crônica, realizando um embate com o "discurso oficial" que defende essa arrecadação, considerada ilegal, inclusive, pelo Supremo Tribunal Federal.

A crônica inicia-se pela introdução de um locutor que dá voz a um enunciador genérico: "**dizem** que brasileiro é sujeito a idéias fixas", estratégia discursiva que evidencia um certo afastamento do locutor ao que é dito (alguém diz; não sou eu). A partir disso, o locutor principia a sua argumentação na crítica ao discurso do governo, associando essa suposta característica relacionada ao brasileiro – e também título da crônica – ao comportamento de FHC e sua equipe: "o governo também cultiva idéias recorrentes, sendo que o confisco da renda dos mais pobres tornou-se uma **idéia fixa** na cabeça dos atuais governantes".

A seguir, no segundo parágrafo, o locutor afirma:

"Incapaz de operar uma máquina eficiente e honesta de recolher os impostos naturais, que a sociedade em tese deveria pagar para sustentar os itens básicos da saúde, educação, segurança etc., **o governo sem imaginação de FHC** insiste em arranjar dinheiro de forma que não dê trabalho: descontando em folha dos funcionários mais modestos, inclusive dos inativos".

Essas negações discursivas pressupõem o oposto, ou seja, de que há **governos capazes** e também **governos com imaginação**. Esta estratégia produz um efeito de delimitação de determinado universo discursivo – aquele da competência/consciência política (do locutor), excluído de seu oposto (governo) – um discurso que se institui como valor positivo também para a construção da auto-imagem do locutor. Assim, simultaneamente à essa crítica ao discurso governamental – em que direta e indiretamente o locutor destrói também a imagem

de FHC – um outro discurso e imagem estão sendo auto-legitimados: do locutor (e autor Carlos Heitor Cony).

Nesse mesmo parágrafo, quando o locutor diz que o dinheiro dos impostos que “a **sociedade em tese**” paga e que deveria ser destinado às necessidades básicas, implica novamente numa negação, oposição: **deveria** ser assim, **mas não o é**. Então, o interlocutor poderia questionar: “como está sendo?” As respostas não são apontadas pelo locutor; estão ironicamente implícitas para que o interlocutor construa, a partir do contexto político e social, a compreensão e os efeitos de sentidos do enunciado.

A citação em discurso indireto, no quarto parágrafo, traz a presença de um outro discurso, atribuído a “Malan”, Ministro da Fazenda: “**o governo contava com a arrecadação** que o Supremo por ora derrubou. **Logo, tem o direito de mudar a lei** para que, de outra forma, o confisco continue obrigatório e legal”. No entanto, esse discurso (do ministro) é apresentado pelo locutor por intermédio de sua voz, de suas próprias palavras (pois que o locutor não o realiza por discurso direto ou citação entre aspas), com sua personalidade, dando aquilo que Mikhail Bakhtin chama de “coloração” ao discurso e, conseqüentemente, abrindo as possibilidades para a réplica e o comentário. Um exemplo disso, é a avaliação que o próprio locutor faz ao construir o discurso indireto, refutando de imediato o discurso do Ministro Malan, denominado de “**argumento primário**”. Assim, a estratégia de construção discursiva aqui presente leva o interlocutor ao diálogo, à réplica, uma vez que o embate dos discursos está nítido: de um lado, o governo lutando para legalizar a taxação dos inativos – mesmo que para isso necessite alterar a legislação; de outro, o locutor que deixa emergir toda a subjetividade, transparecendo no fio do discurso a sua posição contrária.

Por fim, a estratégia básica utilizada pelo locutor para efetivamente contrapor-se, é a de *recuperar um discurso já dito pelo governo*:

“A idéia fixa do governo é que pagar salário é um favor. E honrar as pensões que foram descontadas ao longo de 35 anos é um desperdício que alimenta **vagabundos**”.

Aqui está claramente expresso o pensamento do governo: trata-se do discurso de FHC, mas formalmente dito pelo locutor. Ao trazer para o enunciado a

expressão “vagabundos”, o locutor dialoga com um pronunciamento de FHC em que o mesmo usou esta expressão para se referir aos aposentados, gerando polêmica na sociedade e muita crítica por parte da mídia. Ao recuperar esse discurso, o locutor constrói ironicamente o seu discurso (contrário ao do governo), ao mesmo tempo que descredencia o do presidente.

Por fim, podemos dizer que o ponto de vista do locutor não se manifesta explícita e linearmente na crônica, mas é constituído pelas construções irônicas que espalha pelo texto e pelo diálogo com outros discursos.

3.8 O GOLPISTA

"Quando um presidente da República, e não um jornalista que é sempre do contra, começa a ver no panorama nacional o risco de uma ruptura institucional, é que a situação está feia mesmo. O presidente confessou seus temores: corrupção desenfreada em todos os escalões da vida pública e radicalização de exigências sociais nunca atendidas.

Pessoalmente, e apesar de pessimista profissional, não acredito numa radicalização dramática por parte de grupos como o MST e derivados. Ou de equivalentes na outra ponta da corda, no caso, a UDR. Mas temo o próprio governo, que pode desfechar o famoso golpe preventivo, exatamente como em 1964.

No último domingo, em entrevista ao "JB", o presidente mostrou-se preocupado. Após pintar um quadro de radicalização, FHC diz que "é preciso agir preventivamente antes que determinadas situações se consolidem."

Já vimos esse filme. Tanto o AI-1, de 64, como o AI-5, de 1968, invocaram o mesmo princípio da antecipação preventiva. E, não bastando o foco subversivo que se alastra no campo, tal como em 64, o próprio presidente detecta na administração pública a corrupção - outra coordenada que deflagrou o regime autoritário que durou 21 anos.

O gozado, para não dizer o trágico, nisso tudo, é que o anúncio de uma catástrofe institucional venha justamente da parte de quem é pago com o dinheiro de todos nós para evitar esse tipo de ruptura legal. E mais: é pago para coibir e punir a corrupção e intermediar os conflitos sociais, tanto no campo como nas cidades.

As recentes mexidas na administração, oriundas do setor militar do Planalto, já indicam a existência dos sinistros dispositivos preventivos. Vem agora o próprio presidente avisar que há risco de ruptura institucional. Mais uma vez, em nossa história, a subversão ameaça vir de cima" (2000 – *O Nosso Homem em Brasília, Golpe de Cima*, 04/05/00, p. 179).

“Golpe de cima” e “O nosso homem em Brasília” – títulos da crônica e da parte na qual ela se insere no livro, respectivamente – apontam nitidamente para o diálogo. Diálogo que o autor efetiva com outros discursos (político-histórico, jornalístico etc.) os quais recupera na crônica para, a seguir, deles refutar ou mesmo subverter-lhes os sentidos através da ironia. Já no primeiro parágrafo, esse discurso-outro com o qual o locutor dialoga é o discurso jornalístico:

“Quando um presidente da República, e não um **jornalista que é sempre do contra**, começa a ver no panorama nacional o risco de uma ruptura institucional, é que a situação está feia mesmo”.

Nessa passagem o locutor agencia o seu discurso para o próprio lugar de pertencimento: ele (Carlos Heitor Cony) está inserido nesse “lugar” que é o jornal, de onde está “falando” e publicando suas crônicas. Quando ele afirma que “jornalista é sempre do contra” está remetendo ao discurso da contestação, da problematização e questionador da realidade, fortalecendo a sua própria imagem, uma vez que ele, como dissemos, faz parte desta entidade (jornal). As imagens (tanto que o locutor tem de seus interlocutores, como a que faz do referente (ser um sujeito que questiona a realidade) e, principalmente, a imagem que faz de FHC) são construídas pelo locutor com o intuito de mostrar sua postura crítica e legitimar o seu próprio discurso.

Na seqüência, confirma-se esta tese:

“O presidente **confessou** seus temores: corrupção desenfreada em todos os escalões da vida pública e radicalização de exigências sociais nunca atendidas”.

Enquanto o locutor, inserido no meio jornalístico, *questiona, interroga, FHC confessa*, ou seja, os lugares de pertencimento nesse discurso tornam-se claros: juiz e réu (confesso) atuam – e significam – na enunciação. O verbo escolhido pelo locutor para introduzir (via discurso indireto) a fala de FHC remete não somente à estrutura jurídica (sendo réu confesso, não há necessidade de se tentar provar mais nada; ou seja, “eu, jornalista (Cony), não preciso interrogar ou falar; ele já *confessou* tudo”), como ao discurso religioso, de *confessionário* (onde, espera-se ouvir toda a *verdade*, todos os *pecados* cometidos). Portanto, o fato de FHC *confessar* seus *pecados*, amplia, inclusive, o grau de verdade do discurso que está sendo construído pelo locutor. É como se o próprio FHC confirmasse tudo aquilo que o locutor vinha afirmando sobre ele.

Desse modo, podemos dizer que, na medida em que o locutor vai enquadrando e construindo o discurso de FHC – ancorado nesse mesmo discurso - ele constrói, em contraponto, o seu discurso (o discurso do autor, renomado e reconhecido Carlos Heitor Cony). E, respaldado pelo discurso do outro: (FHC) que

está sendo refutado, o discurso do autor se fortalece e emerge como melhor que o outro.

No segundo parágrafo, um outro verbo justifica, não só o título da crônica, mas também o enquadramento discursivo que é feito pelo locutor durante todo o texto:

“(...) **temo** o próprio governo, que pode desfechar o **famoso** golpe preventivo, exatamente como em 1964”.

Após FHC *confessar* sua culpa diante das arbitrariedades cometidas em seu governo, o locutor, numa estratégia de aproximar-se de seus interlocutores – faz uso da primeira pessoa do singular – e também *confessa* (não os *pecados* ou *crimes* como o fez FHC), mas o seu *medo* em relação ao governo. Dialogando com os fatos políticos que marcaram a década de 60 no Brasil, o locutor associa esse momento de crise do governo ao que antecedeu e culminou com o **famoso golpe** (referindo-se a 1964, quando os militares – também usando a justificativa da *prevenção*, pois supunham que os civis levariam o país à falência – deflagraram o regime autoritário que duraria 21 anos).

O quarto parágrafo inicia-se pela introdução de um locutor que assume a perspectiva de um enunciador coletivo (“Já **vimos** esse filme”) que pode referir-se tanto ao locutor e seus interlocutores, como também ao locutor e o próprio FHC que, tal qual Carlos Heitor Cony, viveram e sofreram as conseqüências da ditadura militar³⁶. Assim, esta estratégia discursiva funciona como uma dupla ancoragem do ponto de vista expresso no enunciado, já que a afirmação respalda-se tanto em um discurso conhecido pela maioria dos interlocutores, bem como apela a uma responsabilidade compartilhada (“já *vimos* o filme; logo *temos* que evitar que o fato se repita”). A mesma estratégia é usada pelo locutor no quinto parágrafo, em que ele avança sua argumentação, referindo-se novamente a uma coletividade:

³⁶ Uma referência a este fato é dada na crônica *A inteligência de Laval*, na qual o autor ironiza: “Quando ouvi falar pela primeira vez em Fernando Henrique Cardoso, disseram-me que era homem inteligente, estava no Chile, em exílio voluntário, com amigos que eu conhecia aqui do Rio, como Thiago de Mello, Paulo Alberto (Artur da Távola), Ib Teixeira e outros. Eu estava na cadeia, recusei o exílio voluntário, achava que o meu lugar era aqui mesmo. Nesse tempo, eu já era burro e FHC inteligente - era isso o que eu queria dizer”.

“O gozado, para não dizer o trágico, nisso tudo, é que o anúncio de uma catástrofe institucional venha justamente da parte de quem é **pago com o dinheiro de todos nós** para evitar esse tipo de ruptura legal”.

E a repete na conclusão da crônica “mais uma vez, em **nossa história**, a subversão ameaça vir de cima”, numa referência ao golpe militar, explicitamente associado ao governo FHC; logo, FHC pode, também, “em nossa história” (do locutor e do interlocutor) tornar-se um golpista.

3.9 RESULTADOS DAS ANÁLISES: CONSTRUÇÃO DE DISCURSO E IMAGEM

Um dos recursos mais usados da heterogeneidade constitutiva nas crônicas de OPQSJ é a ironia, recurso efetivado através de um embate dialógico que reporta os sentidos dos acontecimentos da vida imediata, bem como o momento histórico que os impulsiona e os associa a personagens (reais e fictícios) de outras épocas.

Dialogando com o passado e o presente, através da memória discursiva, Carlos Heitor Cony faz um paralelo entre outros momentos políticos da história brasileira (especialmente o da ditadura militar) e o período de governo de FHC, não somente visando os fatos, mas essencialmente os sentidos impressos a partir destes, ora no sentido irônico, ora comparativo. Uma constante, também nas crônicas de OPQSJ, consiste na inversão de ordem polêmica em relação ao discurso de FHC. Cony remete o seu discurso à própria memória vivida – e à de seus interlocutores – para instaurar uma situação de contraste ou comparação com os fatos emergentes da época da enunciação, gerando novos efeitos de sentidos. Ainda no procedimento da ironia, o locutor tanto se serve da ambigüidade de determinados enunciados quanto da negação do lugar do outro pelo devastador papel do riso.

Algumas vezes, o locutor faz uso do discurso relatado em estilo indireto. Em sua enunciação, ecoam outras vozes, o que o redime da responsabilidade a respeito do que é dito, já que, em princípio, “os outros” aí presentes é que “dizem”; não ele (autor, Carlos Heitor Cony). Outras vezes, as aspas são abertas e o texto passa a ser relatado em estilo direto; a alteridade é demarcada e tudo pode ser dito. A ironia, então, se concretiza ora pelas críticas, ora por comparações, e na maioria das vezes

só pode ser percebida pelo interlocutor que tem conhecimento a respeito dos assuntos abordados e dos discursos que são enquadrados pelo locutor.

Como heterogeneidade mostrada, nota-se que, em muitas crônicas, o locutor circunstancialmente migra da primeira pessoa do singular "eu" para a primeira pessoa do plural "nós". Assumindo este "nós", o locutor revela ao interlocutor que a realidade em questão é coletiva e que atinge toda a sociedade, o que caracteriza um chamamento para a co-responsabilidade.

Outra característica marcante em OPQSJ é o uso de nomes e características de pessoas reais, geralmente conhecidas pela História e/ou veiculadas nos principais meios de comunicação. Entre escritores, filósofos e políticos, os mais recorrentes são Eça de Queiroz, Getúlio Vargas, Fernando Collor de Mello, personagens bíblicos, dentre outros. Eles se instauram como um recurso de discurso de autoridade para o sujeito da linguagem compor a sua leitura crítica dos fatos imediatos e de seu objeto (FHC). E, para construir a grande maioria dessa discursividade, a particularidade que se sobressai, como já dissemos, é o uso da ironia que faz-se sentir especialmente quando o locutor desconstrói o discurso e a imagem de seu objeto – num gesto de destronamento da figura do presidente FHC.

Os personagens da Literatura "O homem que sabia japonês" (de Lima Barreto) e o famoso "Acácio" (de Eça de Queirós) são recorrentes nas crônicas, os quais são associados ao também "personagem", FHC. Além disso, o locutor seleciona outros termos para reportar-se e construir discursivamente FHC, o que muito nos chamou a atenção, uma vez que, à medida que as crônicas avançam – e os problemas sociais também – os predicativos vão perdendo a sutileza e tornam-se mais ferozes ironicamente: o "doce constrangido" torna-se o "golpista", o "mão suja". Obviamente que, o locutor ao referir-se a FHC como "o doce constrangido e o rubro de modéstia" não adotou o sentido denotativo dos termos, mas irônico: aquele que está acima das misérias humanas, o soberbo, o fingidor, o cínico.

Assim, os predicativos selecionados pelo locutor para referir-se a FHC estão também referindo o real. É a linguagem refratando e referindo a realidade (Bakhtin, 1929). As privatizações, corrupções, reeleição, promessas não cumpridas, ações do governo em desacordo com seu discurso, problemas de ordem social, econômica e

cultural, enfim, todo o contexto nacional desse período reflete nas crônicas cuja linguagem torna-se mais agressiva.

Além disso, há também a questão das imagens que são construídas discursivamente: a imagem de si (locutor), a imagem que ele faz de seu interlocutor e da situação em que produz o seu discurso³⁷. É o que Pêcheux (1969) chama de jogo de imagens de um discurso³⁸.

Acreditamos que, em *OPQSJ*, há a constituição desse “jogo de imagens” ao longo das crônicas, uma vez que o locutor, ao construir a imagem de seu objeto (FHC), a partir do lugar que ocupa, das condições de produção de seu discurso e da imagem que faz de seu interlocutor (e este do locutor), constrói discursivamente também (mesmo que de modo implícito), a própria imagem (dele, autor = Carlos Heitor Cony)³⁹.

Assim, concordamos com Possenti (1988), que, apoiado em Foucault (1968), afirma:

“(...) a questão que o discurso coloca é: como um enunciado apareceu e nenhum outro em seu lugar? (...) É que não se trata mais, apenas, da questão do sentido, do papel semântico do elemento co-referente, mas de suas condições de aparecimento. Claro que interessa saber o que esse elemento significa. Mas, antes de mais nada, se podem aparecer vários elementos e exatamente um deles aparece, excluindo os outros, podemos perguntar: em que condições, a partir de que representações, com que efeitos, com que finalidade está aí? Para responder a esta questão **deve-se ultrapassar o problema semântico para colocar-se no nível do processo de enunciação de um discurso determinado a um interlocutor num contexto determinado**” (Possenti, 1988, p. 129-130, grifo nosso).

Nesse sentido, selecionamos algumas expressões utilizadas pelo locutor para referir-se a FHC e, portanto, mais que simples exercícios de “referenciação”, os

³⁷ Não se pode esquecer que as crônicas foram produzidas inicialmente para publicação na Folha de S. Paulo (jornal de circulação nacional) e, obviamente, é uma condição privilegiada de veiculação de discurso/imagem e dos efeitos a serem produzidos.

³⁸ Sobre o jogo de imagens de Pêcheux (1969), reproduzimos aqui a divisão, em dois blocos, feita por Mussalim: “1. A imagem que o sujeito, ao enunciar seu discurso, faz: a) do lugar que ocupa; b) do lugar que ocupa seu interlocutor; c) do próprio discurso ou do que é enunciado. 2. A imagem que o sujeito, ao enunciar seu discurso, faz da imagem que seu interlocutor faz: a) do lugar que ocupa o sujeito do discurso; b) do lugar que ele (interlocutor) ocupa; c) do discurso ou do que é enunciado.” (Mussalim, 2001: 137)

³⁹ Cabe lembrar, no entanto, que nesse jogo de imagens, o discurso do locutor não está pré-constituído, mas vai sendo delineado à medida que se constitui o próprio discurso, ou seja, as imagens são construídas no próprio processo discursivo.

predicativos selecionados por Carlos Heitor Cony *significam*, manifestam atitudes de rejeição, de valor:

QUADRO 1 - EXPRESSÕES UTILIZADAS PELO LOCUTOR PARA REFERIR-SE A FHC

EXPRESSAO PREDICATIVA	CRÔNICA	DATA
Docemente constrangido homem que sabe javanês	FHC sabe javanês	17/01/94
animal político Collor metido a light melhor candidato/pior presidente	Informação de cocheira	03/09/94
acácio o conselheiro garboso senhor de 60 e tantos anos	O guru do garboso	11/01/95
Neoliberal de carteirinha	Neoliberal é a vovozinha	17/02/95
Espécime saído de laboratório , Frankenstein incruento, artificial e maligno presidente escravo de acordos e interesses	Fisiologismo ideológico	27/04/95
político tradicional	O poder pelo poder	19/01/96
bom de garganta	Garganta profunda	09/02/96
Sociólogo-presidencial, apenas um sociólogo	Frases	13/03/96
o grande culpado	O grande culpado	20/04/96
o mais fisiológico dos políticos brasileiros, o mais nefasto	O grande fisiológico	07/06/96
dono da pedra filosofal	Comida e tristeza	30/11/96
Executivo do investidor estrangeiro testa de ferro do Imperialismo	Velhas palavras	04/12/96
ex-sociólogo esquerdista	A velha modernidade	01/04/97
cinismo operacional ⇒ cinico	Dois presidentes	20/07/97
varão de Plutarco da economia do mercado	Assim é fácil	10/02/98
Déspota assumido	Déspota assumido	14/02/98
Príncipe dos sociólogos	A era dos pacotes	28/02/98
servo do poder	Servo do poder	12/04/98
político fisiológico e voraz	O direito da fome	04/05/98
Coronelão das velhas oligarquias	Ordem e cesta básica	10/05/98
homem de confiança do verdadeiro poder	Collor e FHC	30/08/98
Barrabás	Barrabás, outra vez	07/10/98
um neocapitalista, um kennediano, um entreguista	O labirinto de Glauber	24/10/98
Oportunista profissional Contínuo bilíngüe	Afinal, quem foi eleito?	03/11/98
Bichado politicamente	Crise de poder	17/01/99
Dependente integral do PFL e PMDB Presidente mediocre presidente fraco	Cabeça e caneta	31/05/99
Aprendiz de feiticeiro	Aprendiz de feiticeiro	28/08/99
Governo sem imaginação Governo incapaz	Idéia fixa	07/10/99
Golpista	Golpe de cima	04/05/00
Aventureiro do poder	"Esqueçam o que eu fiz"	21/06/00
Relações públicas, bem falante, fluente em idiomas, simplicidade, meio gozador	O rei e a rainha	17/07/00
uma espécie de legume ; de poder vegetativo, refém de seus amigos e aliados	Os Gregórios	22/07/00
Insensível ao ridículo mão suja	Mão suja	29/08/00

FONTE: Elaborado com base em Cony e Angeli (2000)

A partir dessa relação resumida de expressões utilizadas por Cony para referir-se a FHC – e dos conceitos apresentados – nossa hipótese é a de que, o discurso sobre FHC, bem como sua imagem, vão sendo construídos em *OPQSJ*,

também a partir do contexto político-social da época (ou conforme afirmou Bakhtin (1929), refratando e referindo a realidade).

E nesse caso, a construção discursiva realizada por Cony decorre: da situação em que se produz esse discurso (crônica político-social para a Folha de S. Paulo); da posição que o locutor ocupa e da imagem que ele faz de si (Carlos Heitor Cony, o escritor); do interlocutor (leitores) e de seu objeto (FHC, Presidente da República). Assim, as escolhas que o autor faz para referir-se ao presidente refletem, principalmente, os efeitos que pretende produzir: uma imagem negativa e outra positiva (de FHC e a do próprio autor, respectivamente).

Cabe ressaltar, ainda, que as expressões predicativas selecionadas pelo autor (e não outras) para a construção de seu discurso, implicam na manifestação de valor negativo em relação a FHC. Mais do que referenciar o objeto, esses adjetivos/substantivos *significam*. Nossa hipótese – e já afirmamos isso neste trabalho – é que, à medida que os mandatos presidenciais de FHC se sucedem e os problemas nacionais permanecem sem solução (inclusive aprofundam-se), o autor, sucessivamente, seleciona formas cada mais agressivas⁴⁰ para realizar a crítica a FHC: o “docemente constrangido” vai tornando-se um “espécime saído de laboratório; torna-se o “mais nefasto” dos políticos, um verdadeiro “déspota assumido”, o “Barrabás, um “golpista” e encerra o segundo período de governo sendo o presidente “mão suja” – “o único cidadão da República que não pode falar em mão limpa” (p. 195).

Desse modo, partilhamos uma vez mais, da opinião de Possenti (1988), ao afirmar que:

“O primeiro efeito de sentido que é veiculado pela alternância das formas de referência é a apresentação de um indivíduo segundo as suas diversas facetas. Em outros termos, ele é constituído, no mesmo texto, de várias maneiras, com o objetivo de **permitir inferências avaliadoras tanto sobre o indivíduo de quem se fala quanto sobre o próprio sujeito do discurso**” (Possenti, 1988, p. 146, grifo nosso).

⁴⁰ No QUADRO 1 destacamos em negrito alguns desses predicativos. Estamos especulando que, a partir de 1998 – quando FHC assume seu segundo mandato presidencial – a crítica de Cony torna-se mais feroz e os predicativos também passam a ser mais “pesados”, culminando com o “mão suja” (“desonesto”, “ladrão”, “criminoso”), em 2000.

Portanto, considerando as sucessivas expressões selecionadas pelo locutor na construção de seu discurso sobre FHC, podemos dizer que elas ao desqualificarem o presidente, exaltam, de certa forma, a imagem do próprio autor: E, qual é a imagem que o locutor, ao enunciar seu discurso sobre FHC, faz da imagem que seu interlocutor faz? Obviamente não é possível saber qual é a imagem que o locutor faz de seus leitores – e estes do autor – e do que está sendo enunciado. No entanto, as formas citadas no quadro em destaque – dentre outras – podem ser claramente interpretadas pelo interlocutor como fortes **argumentos contra FHC**. Sendo assim, fica evidente que as diferentes expressões não foram aleatoriamente selecionadas pelo autor para referir-se a FHC: equivalem a uma crítica ao período de seu governo, bem como uma caracterização negativa da figura do próprio presidente.

Quanto à imagem que o interlocutor possa fazer do locutor e de seu discurso, o autor justifica-se:

“Semana passada, rolaram no "Painel do Leitor" **algumas cartas contra e a favor de minhas críticas ao presidente da República**. (...) Tanto na carta que me criticou como nas duas que me defenderam, há referências ao ódio que nutro contra o atual ocupante do Alvorada. Lamento ter dado essa impressão. Falo mal dele, sempre o critico, mas é apenas no momento em que ligo o computador e a telinha prateada me convoca para mais uma crônica. (...) Eu não preciso inventar nada. **Basta pegar qualquer jornal, ler uma linha de qualquer seção e ali encontro motivo para desancar o presidente**. (...) Um cara que se esbofa para ocupar o poder merece ser cobrado, criticado e até mesmo, em certas ocasiões, desprezado. Mas nunca odiado, a menos que seja um assassino ensandecido, como Hitler. Táí: falei mais uma vez em Hitler. Gosto de comparações no limite. Elas simplificam a coisa e aí posso desligar a telinha” (*O Beir de Túnis*, p. 132, grifo nosso).

Assim, mesmo que o locutor não consiga agradar à totalidade de seus interlocutores, pelo menos boa parte deles, identifica-se com o discurso do autor que, em certo sentido, “diz o que os leitores querem ouvir”. (Possenti, 1988, p. 148). E, para não desagradar aos que criticam sua opção por efetivar a crítica ao presidente da república, o locutor defende-se, dizendo que ela apenas se dá “no momento em que ligo o computador”. É como se fosse uma tentativa de justificar e amenizar as críticas perante os interlocutores contrários.

Já em outra crônica, quando a persistência pelo mesmo assunto (FHC) é questionada pelos leitores, Carlos Heitor Cony, responde:

“Reclamam do cronista a insistência (que um dos leitores chamou de 'diuturna') em criticar o governo em geral e o presidente da República em particular. (...) Como nada neste mundo é unânime, e, segundo Machado de Assis, tudo é possível, **também recebo apelos para continuar exercendo o ofício de molhar os cavalos que estão na chuva para isso mesmo: serem molhados. Ou malhados** - usando uma das coisas que mais detesto, que é o trocadilho. A leitora Maria Clélia Carline, de São Simão (SP), diz em carta que, quando vê as iniciais "FHC" nos meus combatidos textos, passa adiante - no que faz muito bem. Se pudesse, eu também passava. (...) Acredito que também desagradam àqueles que acham que volta e meia perco o rumo e gasto o espaço deste jornal falando de assuntos que não interessam a ninguém, a não ser a mim próprio: moças malcomportadas, santos de minha devoção, as manhãs da Lagoa e outras banalidades do meu cotidiano igualmente banal. Há muito perdi a esperança de contentar os outros. **E raras vezes consigo contentar a mim mesmo**” (*Crítica e autocrítica*, p. 160, grifo nosso).

Portanto, com a mesma ironia com que faz a crítica a FHC e a seu governo, o locutor também justifica-se junto ao público leitor, numa tentativa de convencê-lo de que a opção por tal objeto não é dele, mas uma mera “fatalidade”. O governo existe, os problemas também; logo, devem ser “malhados”. Finalizando, o locutor *confessa* que não consegue “contentar” a todos, tampouco a si mesmo e “se pudesse” abordaria outros assuntos mais “banais”.

Portanto, podemos postular que, explícita ou implicitamente, diferentes discursos são articulados nas crônicas – que assumem a natureza dialógica (e polêmica) do discurso – para a construção discursiva de crítica ao governo FHC. Cabe ao interlocutor, a partir de sua competência de leitura, reconhecer esses discursos e instaurar os efeitos de sentidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É chegado o momento de revermos as discussões desenvolvidas ao longo desta dissertação e destacarmos algumas questões por ela suscitadas.

Esta foi a nossa primeira aproximação aos escritos de Bakhtin e, apesar de possíveis incoerências cometidas, acreditamos que a realização deste trabalho nos trouxe mais segurança para enfrentarmos novos desafios e, principalmente, mostrou-nos o sabor da aventura em trilhar por esses caminhos.

Assim, ressaltamos que, ao final desse exercício de análise, surpreendemo-nos por termos levado a cabo a nossa pretensão inicial pautada pelo interesse em reunir em um mesmo estudo as teorias da enunciação e dialogismo de Mikhail Bakhtin e análise do discurso de tendência francesa.

Nosso percurso iniciou-se pela teoria enunciativa bakhtiniana, relevando as questões relativas ao dialogismo e à alteridade. Primeiramente, enfatizamos a superação feita por Bakhtin, muito antes da realizada por Michel Pêcheux, entre forma e conteúdo, integrando-as pela aproximação entre a estruturação lingüística e a experiência social, via enunciação. Além disso, é também pela enunciação que Bakhtin recupera o sujeito para o discurso, fundamentando na linguagem a relação interativa com o outro. O princípio dialógico reconhece a alteridade como constitutiva do ser humano. É a palavra do outro que traz o mundo exterior até o sujeito.

Essa relação dialógica intersubjetiva é uma relação polêmica em que os sentidos realizam movimentos na tentativa de transformações, pois o discurso não tem um sentido sedimentado; a palavra carrega consigo uma carga de valores culturais que manifestam as contradições sociais. O fato de no interior de um discurso confrontarem-se *vozes*, estabelece uma tensão dialética entre os vários sentidos que elas fazem circular. Esse confronto, em combinação com a situação contextual, tira os sentidos de sua acomodação semântica, dinamiza-os, provocando novos efeitos de sentidos.

Num segundo momento, abordamos os conceitos da AD, fazendo uma incursão pelas três épocas e, acompanhando de certo modo, a trajetória de Michel Pêcheux no empreendimento discursivo. Rompendo com o postulado da linguagem somente como instrumento de comunicação e informação e com a visão do sujeito

como fonte e origem de seu dizer, a AD em suas duas primeiras fases tentou articular o discurso, como estrutura social coletiva, à teoria da interpelação ideológica de Althusser e aos estudos freudianos via Lacan.

A terceira fase inicia, sob o signo da categoria da “contradição” que se tornou o objeto de pesquisa da AD nos anos 80. A partir de então, a análise enfocou os discursos do cotidiano, tentando através deles resgatar a memória histórica do dizer e com ela o sujeito que ali se inscreve.

Como um ponto de intersecção entre a linguagem e a história, os discursos cotidianos, por estarem deslocados dos espaços institucionais, estão mais abertos a outros sentidos. Neles, observa-se com maior facilidade os jogos e equívocos que a língua possibilita. Descrevê-los, para Pêcheux (1983b), é tornar o sentido *suscetível* de deslizar *discursivamente* para o diferente de si, provocando um *acontecimento*.

Foi, também, na terceira fase da AD que muitos pesquisadores, dentre eles Authier-Revuz, tiveram importância na disciplina, contribuindo com seus estudos para muitas mudanças. Uma delas – relevante para nosso trabalho – refere-se à abordagem da presença da alteridade no discurso do sujeito, evidenciando-se as rupturas decorrentes das marcas deixadas ali por outros discursos.

Buscamos, também, alguns pontos de contato entre os conceitos de Mikhail Bakhtin e da AD. Um dos aspectos refere-se ao sujeito, à construção de seu discurso e às relações sociais mantidas com os outros sujeitos. Outro item importante e aproximador das duas teorias, diz respeito ao conceito de interdiscurso, às vozes que dialogam, tensionando um discurso por serem ambos da ordem da memória histórica da linguagem.

Portanto, assumimos a linguagem como um processo de interação entre os indivíduos, uma vez que sua natureza social torna-a um espaço de conflitos em que, como enfatizado por Mikhail Bakhtin (1929, p. 36), “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência”. Reflexo das contradições existentes no meio social, a linguagem é sensível a qualquer alteração que nele se efetue, inscrevendo essas mudanças e engendrando novas representações discursivas.

A situação político-social na qual estamos inseridos e, especificamente o período focado por Carlos Heitor Cony em *O presidente que sabia javanês*, são retratados discursivamente através da crônica publicada inicialmente no meio

jornalístico impresso – Folha de S. Paulo. Apresentamos como hipótese a reflexão de que a situação da economia brasileira, os problemas sociais, a corrupção, enfim, as diferentes dificuldades pelas quais passa o país são representados discursivamente, indicando uma visão não conformista, mas questionadora da realidade. Isso evidencia, por exemplo, como os padrões sócio-culturais interagem e interferem na construção discursiva através das escolhas de elementos significantes que expressam as posições do sujeito produtor de discursos. Essas posições refletem, no que diz respeito ao presidente FHC – objeto retratado nas crônicas – na depreciação de sua imagem e seu discurso construídos pelo autor. Nessa construção discursiva, à medida que um objeto é denegrado (FHC); outro (autor) é simultaneamente enaltecido, numa estratégia de auto-legitimação de seu discurso.

Além dos elementos de heterogenidade mostrada - o uso das aspas, os predicativos, o discurso direto/indireto, o uso de termos em outra língua, dentre outros - e de heterogeneidade constitutiva – a ironia, o pressuposto – do campo de estudos da AD, destacamos as noções estabelecidas pelo teórico russo Mikhail Bakhtin sobre linguagem, dialogismo e carnavalização, conceitos que nos permitiram efetivar as análises do gênero crônica político-social, a partir da produção de Carlos Heitor Cony em *OPQSJ*.

A Análise do Discurso desperta-nos, então, para as diversas vozes que podem compor e se mesclar em um texto e para as enunciações que a partir daí são criadas. Mostra-nos, também, que a ironia é um processo discursivo que pode ser um grande instrumento de crítica política e social, mas que só se estabelece se puder contar com a cumplicidade do interlocutor.

Em qualquer forma de representação, a palavra desempenha papel fundamental e continua sendo o indicador mais sensível de todas as mudanças na sociedade (Bakhtin, 1929) É essa palavra que inscreve, mesmo que numa visão resumida, o sujeito FHC e seu período de governo no Brasil.

Por fim, gostaríamos de salientar que a posição de onde Carlos Heitor Cony – como autor de *OPQSJ* – fala não é comum. A enunciação produzida por ele pode tornar-se um ato de verdade, pois trata-se do discurso de um escritor de respeito e conhecido nacionalmente. Além disso, o seu discurso é reproduzido por um jornal de grande prestígio, que é a Folha de S. Paulo.

Ademais, destacamos o uso da memória discursiva do autor a qual também alimenta esse sujeito da enunciação com mais de 50 anos de vida jornalístico-literária para efetuar, por intermédio da crônica, a crítica das transformações pelas quais passa o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. (1970) *Aparelhos ideológicos de estado*. Lisboa: Presença, 1980.
- ARRIGUCCI JÚNIOR, D. *Enigma e comentário: ensaios sobre a literatura e a experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ATHAYDE JÚNIOR, M. C. *Outras mesmas palavras: paráfrase discursiva em redações de concurso*. Cascavel: Edunioeste, 2001.
- AUTHIER-REVUZ, J. (1990) Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, UNICAMP/IEL, n. 19, 1990.
- _____. (1992) *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- BAKHTIN, M. (1979) *Estética da criação verbal*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. (1952-53) Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. (1979). *Estética da criação verbal*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. (1959-61) O problema do texto. In: BAKHTIN, M. (1979). *Estética da criação verbal*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. (1963) *Problemas da poética de Dostoiévski*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- _____. (1975) *Questões de literatura e estética (a teoria do romance)*. 5. ed. São Paulo: Hucitec/Editora da UNESP, 2002.
- _____. (VOLOCHINOV) (1929) *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999
- BAKHTIN, M. & VOLOCHINOV, V. N. (1926) *Discurso na vida e discurso na arte*. Tradução informal para o português por Tezza, C. e Faraco, C. A. a partir de texto em inglês publicado em V.N. Volochinov, *Freudism*, New York. Academic Press, 1976.
- BARROS, D. Contribuição de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, B. (org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- BARRETO, L. O homem que sabia japonês. In: *Melhores contos de Lima Barreto*. 8. Ed. São Paulo: Global, 2002. (seleção de Francisco de Assis Barbosa).
- BENVENISTE, E. (1966) *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes, 1988.
- _____. (1974) *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BRAIT, B. Alteridade, dialogismo, heterogeneidade: nem sempre o outro é o mesmo. In: BRAIT, B. (org.) *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp, 2001.

_____. (org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. O discurso sob o olhar de Bakhtin. In: GREGOLIN, M. R. & BARONAS, R. (orgs.) *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Paulo: Claraluz, 2001.

_____. (org.) *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp, 2001.

_____. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

_____. (1994) As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, D. L. P. e FIORIN, J. L. (orgs.) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, p. 11-27.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

CANDIDO, A. [et al] *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CASTRO, G. *Em busca de uma lingüística sociológica: contribuições para uma leitura de Bakhtin*. Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 1993.

CASTRO, M. L. D. A dialogia e os efeitos de sentido irônicos. In: BRAIT, B. (org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

CLARK, K. & HOLQUIST, M. (1984) *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva, 1998. (trad. de J. Guinsburg)

CONY, C. H. e ANGELI. *O presidente que sabia japonês*. São Paulo: Boitempo, 2000.

COUTINHO, A. *Introdução à literatura no Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DAHLET, P. Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito. In: BRAIT, B. (org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp; 1997.

DUBOIS, J. [et al]. (1973) *Dicionário de lingüística*. 9. Ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

DUCROT, O. (1984) *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FARACO, C. A. Bakhtin: precursor? In: MARI, H. [et al.] (org.) *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

FARACO, C. A. e NEGRI, L. (1998) O falante: que bicho é esse, afinal? In: *Letras*, n. 49. Curitiba: UFPR, p. 159 -170.

FARACO, C. A., TEZZA, C., CASTRO, G. (orgs.) *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

FOUCAULT, M. (1969) *A arqueologia do saber*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. (trad. de Luiz Felipe Baeta Neves)

_____. (1971) *A ordem do discurso*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998. (trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio)

_____. (1966) *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

GADET, F. & HAK, T. (orgs.) (1983) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

GREGOLIN, M. R. & BARONAS, R. (orgs.) *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Paulo: Claraluz, 2001.

GUILHAUMOU, J. & MALDIDIER, D. (1986a) Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise de discurso. In: GUIMARÃES, E. (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

GUILHAUMOU, J. & MALDIDIER, D. (1986b) Efeitos de arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de Leitura: da História no Discurso*. 2. ed: Campinas: Editora. da Unicamp, 1997.

GUIMARÃES, E. Enunciação e história. In: GUIMARÃES, E. (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

HENRY, P. (1975) Construções relativas e articulações discursivas. In: *Cadernos de estudos lingüísticos 19*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

_____. (1977) *A Ferramenta Imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. (1983) Os fundamentos teóricos da "Análise Automática do Discurso" e Michel Pêcheux. In: Gadet, F. & Hak, T. (orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

INDURSKI, F. Relatório Pinotti: O jogo polifônico das representações no ato de argumentar. In: GUIMARÃES, E. (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

JAKOBSON, R. (1960) *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1970.

KRISTEVA, J. (1969) *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1988.

MAINGUENEAU, D. (1998) *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. (1984) *Genèses du discours*. Bruxelles: Pierre Mardaga Editeur.

_____. (1987) *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1997.

_____. (1996) *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

MALDIDIER, D. (1989) Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de Leitura: da História no Discurso*. 2. ed. Campinas: Editora. da Unicamp, 1997.

MARANDIN, J. M. (1993) Sintaxe, discurso: do ponto de vista da análise do discurso. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de Leitura: da História no Discurso*. 2. ed. Campinas: Editora. da Unicamp, 1997.

MARI, H. [et al.] (org.) *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. (orgs.) *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. v.2. São Paulo: Cortez, 2001.

MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. (orgs.) *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. v.2. São Paulo: Cortez, 2001.

ORLANDI, E. P. (1999) *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 4.ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. (1988) *Discurso e leitura*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. (org.) (1994) *Gestos de Leitura: da História no Discurso*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M. (1983a) A Análise de Discurso: Três Épocas. In: Gadet, F. & Hak, T. (orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

_____. (1983b) *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002. (trad. de Eni P. Orlandi)

_____. (1982) Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, E. P. (org.). *Gestos de Leitura: da História no Discurso*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. (1975) *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. (trad. de Eni P. Orlandi et al.)

_____. (1978) Só há causa daquilo que fala ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. (trad. de Eni P. Orlandi et al.)

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. (1975) A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: Gadet, F. & Hak, T. (orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp. da Unicamp, 1990.

PIRES, V. L. *Discurso e relações de gênero: sob o signo da contradição, o rompimento com o senso comum e a instauração do sentido-outro*. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 1999.

POSSENTI, S. *Apresentação da análise do discurso*. mimeo, 1995.

_____. (1988) *Discurso, estilo e subjetividade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. O eu no discurso do outro ou a subjetividade mostrada. In: POSSETI, S. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. Curitiba, Criar Edições, 2002.

_____. *Indícios de autoria: a propósito de textos de vestibulandos*. mimeo.

_____. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. Curitiba, Criar Edições, 2002.

SAUSSURE, F. (1916) *Curso de lingüística geral*. 20. Ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
SERRANI, S. *A Linguagem na Pesquisa Sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

SILVA, C. E. L. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.

STAM, R. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo: Ática, 2000.

VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.